



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Ligia Cristina Machado

**As diversas formas de trabalho no folhetim “A família Medeiros” de Júlia
Lopes de Almeida**

**CAMPINAS
2016**

LIGIA CRISTINA MACHADO

**As diversas formas de trabalho no folhetim “A família Medeiros” de Júlia
Lopes de Almeida**

Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestra em Teoria e História Literária, na área de concentração História e Historiografia Literária.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Cano.

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pela aluna Ligia Cristina Machado e orientada pelo prof. Dr. Jefferson Cano.

**CAMPINAS
2016**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crislene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

M18d Machado, Ligia Cristina, 1987-
As diversas formas de trabalho no folhetim "A família Medeiros" de Júlia Lopes de Almeida / Ligia Cristina Machado. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Jefferson Cano.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Almeida, Júlia Lopes de, 1862-1934. A família Medeiros - Crítica e interpretação. 2. Gazeta de notícias (Jornal : RJ). 3. Ficção brasileira - História e crítica. 4. Jornais - Seções, colunas, etc. - Ficção - História - Séc. XIX. 5. Identidade de gênero na literatura. 6. Imigrantes na literatura. I. Cano, Jefferson, 1970-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The various forms of labor in the feuilleton "A familia Medeiros" of Julia Lopes de Almeida

Palavras-chave em inglês:

Almeida, Júlia Lopes de, 1862-1934. A família Medeiros - Criticism and interpretation
Gazeta de notícias (Periodical : RJ)
Brazilian fiction - History and criticism
Newspapers - Sections, columns, etc. - Fiction - History - 19th century
Gender identity in literature
Immigrants in literature

Área de concentração: História e Historiografia Literária

Títuloção: Mestra em Teoria e História Literária

Banca examinadora:

Jefferson Cano [Orientador]
Lerice de Castro Garzoni
Marcos Aparecido Lopes

Data de defesa: 19-02-2016

Programa de Pós-Graduação: Teoria e História Literária

BANCA EXAMINADORA:

Jefferson Cano

Lerice de Castro Garzoni

Marcos Aparecido Lopes

Endrica Geraldo

Daniela Birman

IEL/UNICAMP

2016

Ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno

Dedico essa dissertação a minha família, por sempre estar ao meu lado, e ao Fã, por ser quem sempre foi

AGRADECIMENTOS

Algumas histórias fecham um ciclo. O dessa começou na segunda semana de aula do primeiro ano da graduação em História, quando eu entrei no site de pós-graduação do IEL para ver os orientadores. Estava determinada a estudar história e literatura, então precisava saber se algum professor se interessava. É claro, que naquele momento eu não sabia como as coisas funcionavam, mas foi a primeira vez que eu me deparei com o nome do meu orientador. E foi a primeira vez que eu dei pulinhos de alegria pensando “é possível unir essas duas coisas! ”. De lá para cá, passaram-se seis anos e entre a primeira semana de aula e o resto da graduação inteira, muita coisa aconteceu. Mas ironicamente, algo sempre me puxava para estudar temas daquele mesmo orientador cujo nome virou forma e ganhou sentido no decorrer do aprendizado universitário.

Por isso, agradeço ao prof. Jefferson Cano por, indiretamente, ter sido o primeiro a me fazer acreditar que poderia estudar história e literatura. Por ter aceitado quando eu quis mudar radicalmente de um projeto para outro, cursar graduação e pós junto, e ainda complementar com o “projotinho” da empresa júnior bem no semestre de conclusão desse trabalho. Sem o seu apoio nada disso seria possível.

Ainda com relação a esse trabalho, agradeço ao prof. Sidney Chalhoub que aceitou ler, durante a matéria que ofereceu em 2013, *A família Medeiros*. Essas primeiras considerações do professor, e também dos colegas, foram valiosas para o início da pesquisa. Ao professor Atílio Bergamini, agradeço por outra leitura em grupo, em 2014. Suas observações fizeram com que eu me atentasse para detalhes importantes do livro, que desenvolvi no segundo capítulo dessa dissertação. Finalmente, os apontamentos da banca de qualificação, com os professores Marcos Lopes e Lericé Garzoni, possibilitaram que o trabalho realmente se organizasse de forma concreta em seu tema principal. Agradeço por me mostrarem como todos os capítulos estavam unidos ao redor de uma problemática em comum. Pelo apoio financeiro que possibilitou essa pesquisa, agradeço a CAPES.

À professora Márcia Abreu, agradeço por ter me guiado nos primeiros passos da vida acadêmica. A infância a gente nunca esquece e acho que vale o mesmo aqui. As suas lições sobre como produzir um texto vou levar sempre como um modelo profissional. As outras, como um guia pessoal. Os dois primeiros anos da pesquisa de mestrado teriam sido muito mais penosos se eu não tivesse mantido o contato com as pessoas desse grupo de pesquisa. Valéria, Lucas, Maria Clara, Júlio, Alexandro, Atílio os nossos almoços e cafés eram revigorantes, as risadas essenciais. Cássia, obrigada por acompanhar a jornada, os medos e surtos seriam

maiores se estivesse sozinha. À Clara Carolina um carinho especial por ter sido sempre tão atenciosa e solícita nos momentos em que precisei de ajuda. É muito bom saber que posso contar com você.

Nesse último ano agradeço a convivência com minhas jovens amigas do primeiro ano da graduação em Estudos Literários: Thaina, Laísa, Isabela, Heloísa, Mell e Heloísa. Quando voltei para graduação nunca imaginei que participaria de um grupo e muito menos que ele me traria tantas novas possibilidades. Ideias que eu nunca imaginei que pudessem passar de meros sonhos surreais hoje parecem ser um novo caminho.

Tainá e Ana Laura, como sempre, obrigada por estarem ali. A gente nunca acha que um mestrado pode ser tão repleto de desesperos, surtos e claro, fatos da vida pessoal. Obrigada por seus ouvidos, ombros e por toda a atenção – no que se referia ao trabalho e fora dele. Suas palavras e apoio foram reconfortantes e essenciais para uma vida saudável! Serei sempre grata pela amizade que construí com vocês.

Por fim, agradeço a minha família, por ser o meu suporte e estar sempre pronta para me ajudar e acolher. Ao Fátima, é difícil arrumar palavras para descrever tudo o que você é e tudo o que sinto por ter o mérito de estar ao seu lado. Obrigada por estar no começo, meio e fim – só você conhece o caminho completo.

RESUMO

A Família Medeiros, romance escrito por Júlia Lopes de Almeida, apareceu de forma seriada nas páginas da *Gazeta de Notícias* de outubro a dezembro de 1891. Esta dissertação analisa este romance na sua interação com outras partes do jornal, enfocando as representações de gênero e as relações de trabalho. Desta forma, pretende-se apreender o contexto em que o romance discutiu as questões da época, criando uma trama abolicionista três anos após a abolição da escravatura.

ABSTRACT

A família Medeiros, novel written by Júlia Lopes de Almeida, appeared as a serial in the pages of *Gazeta de Notícias* from October to December 1891. This dissertation analyzes this novel in its interaction with other parts of the newspaper, focusing on the representations of gender and labour relations. In this way, it intends to apprehend the context in which the novel discussed the issues of the time, by creating an abolitionist plot three years after the abolition of slavery.

Sumário

Introdução	11
1. Feminismos oitocentistas: presenças e ausências de Júlia Lopes de Almeida ----	25
1.1. A atividade de ser esposa/mãe/escritora: Júlia Lopes de Almeida	25
1.2. A missão de Júlia Lopes de Almeida: a instrução feminina, a educação do lar 37	
1.3. Profissionalização da mulher – ausências de Júlia Lopes de Almeida	49
2. Nas páginas d’<i>A família Medeiros</i> – os personagens e seus espaços: -----	65
2.1. A <i>Gazeta de Notícias</i> e o período de publicação do folhetim -----	65
2.2. Trampolim para o romance -----	68
2.3. A heroína – a construção da mulher ideal para D. Júlia -----	75
2.4. Modernos e conservadores – o evoluir e o retroceder das famílias burguesas 88	
2.5. A mãe e a mamã – maternidade e o ponto de contato entre as “raças” branca e negra -----	98
3. Nas entrelinhas – as formas de trabalho, o ideal e o indesejado	104
3.1. As diferentes edições de <i>A família Medeiros</i> -----	104
3.2. A abolição no oeste paulista – entre os jornais e o romance -----	109
3.3. As conspirações – entre abolicionistas e senhores de escravos	114
3.4. Escolhas e silêncios – Vadios e libertos na República -----	125
3.5 Trabalhadores para o Rio de Janeiro – imigrantes e colonos nacionais -----	131
<i>Dois dedos de prosa</i> – para uma finalização -----	144
REFERÊNCIAS: -----	146

Introdução

Com Lygia [Fagundes Telles] há o hábito de se escrever que ela é uma das melhores contistas do Brasil. Mas, do jeitinho como escrevem, parece que é só entre as mulheres que ela é boa. Erro: Lygia é também entre os homens escritores um dos escritores maiores.

Clarice Lispector¹

Reconhecendo os temas: o feminismo e a questão do trabalho

Em 2012 a editora Companhia das Letras publicou uma nova edição do conjunto de contos *Coração Ardente*, de Lygia Fagundes Telles. Saltou-nos aos olhos, no entanto, a lapela extra que a editora achou conveniente anexar à obra, com palavras de Clarice Lispector, presentes na citação acima. Apesar do nosso objeto de pesquisa estar no século XIX, essa publicação do século XXI, parece dar um tom interessante para começarmos a pensar o mundo onde as escritoras de mais de 125 anos atrás estavam circunscritas. Lygia Fagundes Telles, membro da Academia Brasileira de Letras, é reconhecida por críticos como uma das maiores escritoras brasileiras, no entanto, a afirmação de gênero se mantém. Ainda é preciso dizer, em uma edição recentíssima de uma reconhecida escritora, qual a sua posição também entre os homens que escrevem. Parece necessária a reafirmação da grandiosidade no meio de homens, para mostrar que uma autora pode escrever sobre interesses diversos, sobre questões que não seriam apenas “femininas”. Sobre Júlia Lopes de Almeida, autora aqui estudada, recaiam as mesmas tensões sobre suas habilidades discursivas, como se a imparcialidade de temas fosse um mérito masculino. Clarice Lispector proferiu tais palavras em outro tempo, porém, como nos explica Roger Chartier,² edições significam em seus detalhes, não apenas no texto interno, e estando essas palavras presentes em uma obra editada no tempo atual, possui significados para ele.

Ainda hoje, quando nós, pesquisadores de gênero e literatura oitocentista, começamos o percurso acadêmico uma circunstância parece comum: a surpresa. A leitura recorrente de outros trabalhos sobre o mesmo tema – e similares – mostra como décadas depois do surgimento das primeiras obras sobre mulheres artistas/escritoras, os novos estudos ainda se configuram com base na surpresa de se encontrar durante o século XIX e primeiras décadas do XX tantos nomes de mulheres produtoras de cultura. As histórias literárias e as organizações dos cursos básicos continuam relegando as mulheres à um segundo plano. Antes de nomes como Raquel

¹ Frase presente em capa extra na edição da coletânea de contos *Coração Ardente*. TELLES, Lygia Fagundes. *Coração Ardente*. Companhia das letras: São Paulo, 2012.

² CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, v.5, n.11, São Paulo jan-abril, 1991.

de Queiroz e Clarice Lispector parece haver uma ausência que não deixa de manter o rebaixamento, em um primeiro momento, das mulheres como artistas e acaba podendo gerar a perigosa ideia – para uma análise histórica – da excepcionalidade. Quando não encontramos nomes femininos antes de Raquel de Queiroz ou Tarsila do Amaral temos a impressão de que elas foram heroínas que quebraram um panteão masculino e se impuseram, sendo que na verdade a história de tais artistas segue caminhos muito mais densos do que o simples mérito. Assim também, quando descobrimos autoras em um momento histórico pouco propício para a atividade autoral feminina, devemos tomar o cuidado de, nem por isso, transformá-las em “mulheres à frente de seu tempo” que excederam o esperado. Michèle Riot-Sarcey e Eleni Varikas, nesse sentido, oferecem uma interessante discussão a respeito da noção de excepcionalidade. Elas nos lembram que não devemos nos esquecer que por mais que sejam poucas as mulheres às quais temos acesso, elas são apenas a ponta de um iceberg.³ Mesmo que silenciosas, fizeram – e fazem – parte da história. E um dos pontos que nos interessa especialmente nessa dissertação é a força que sua voz começou a ganhar com o decorrer do século XIX. Como observa Michelle Perrot,

O silêncio é o comum às mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada. Ele cai bem em seus rostos, levemente sorridentes, não deformados pela impertinência do riso barulhento e viril. Bocas fechadas, lábios cerrados, pálpebras baixas, as mulheres só podem chorar, deixar as lágrimas correrem como a água de uma inesgotável dor, da qual, segundo Michelet, elas “detêm o sacerdócio”.⁴

Parte de reconhecer esse silêncio é compreender que ele é limitador, apaga rastros do que aconteceu no passado, era culturalmente exigido, mas não deixou de ser desrespeitado por aquelas jovens e senhoras – diretamente, como fizeram as artistas, ou indiretamente, como tantos outros grupos que, com uma nova perspectiva histórica, puderam ser recuperados por pesquisas nas últimas décadas.⁵

Para seguirmos esse caminho de análise, levando em conta os pressupostos históricos para compreensão da posição feminina no campo literário na passagem do oitocentos para o novecentos, não podemos deixar de levar em conta a noção de gênero problematizada, como

³ RIOT-SARCEY, Michèle e VARIKAS, Eleni. “Réflexions sur la notion d’exceptionnalité” In: *Cahiers du GRIF*, n.37-38, 1988.

⁴ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. P.9.

⁵ Diferente do que se pode ter a impressão, em um primeiro momento, nem todas as mulheres oitocentistas viviam dentro de casa, especialmente as que não eram da elite. Sobre a vida e vivências de mulheres entre o século XIX e XX ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder: em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995; ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

proposta por Joan Scott.⁶ A pesquisadora define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” sendo também “uma forma primeira de significar relações de poder”.⁷ Trabalhos anteriores já mostraram ser possível – e profícua – a apropriação dos conceitos de Scott por pesquisas preocupadas também com as noções da história social.⁸ Oposições citadas por Scott como luz x trevas, inocência x corrupção,⁹ que tão bem se encaixam ao se falar de papel “feminino x masculino” estão muito presentes na época estudada e os próprios defensores da ampliação do espaço de atuação da mulher, no período analisado, se viam em conflito com essas ideias.

Como mostra Simioni a respeito de pintoras e escultoras acadêmicas do mesmo período, as mulheres que se dedicavam ao mundo das artes eram consideradas eternas “amadoras”, como se, por imposição do gênero, nunca pudessem alcançar a maestria naquele exercício.¹⁰ Ainda assim, artes e literatura seriam as áreas mais abertas para o ingresso feminino antes do século XX, por serem consideradas mais apropriadas ao “sexo frágil.” Além disso, como veremos também na nossa exposição a respeito de Júlia Lopes, eram atividades que poderiam ser realizadas em casa, em concomitância com as atividades domésticas.¹¹

Admitir que se desejava adentrar esse universo letrado era, para as mulheres, um enfrentamento com a imagem feminina generalizada na sociedade.¹² Simioni observa a presença do substantivo *senhora* para se referirem, na época, às mulheres artistas. Ao mesmo tempo que deixa evidente o respeito essencial que a etiqueta exigia ao se dirigir às mulheres, não deixava de ser uma marcação do “sexo feminino”.¹³ Assim também podemos observar na presença dessas escritoras em jornais oitocentistas, textos precedidos por “gentil senhora”, “amável senhora” e derivados. Interessante também que uma forma de elogiar o trabalho dessas

⁶ SCOTT, Joan. *Gênero* : uma categoria útil para análise histórica. Tradução : Christiane Rufino Dabat e Maria Bêtanía Ávila. Disponível em :

http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAneroJoan%20Scott.pdf

Acessado : 04/12/2015.

⁷ IDEM. p.21

⁸ Leriche Garzoni faz interessantes observações sobre a utilidade de empregar essas bases teóricas aliadas à pesquisa empírica que dá o tom dos limites e possibilidades para o pesquisador. Aqui também propomos ter em conta tais conceitos teóricos sem nos esquecermos do alto valor da pesquisa com as fontes da época estudada, no caso, os jornais oitocentistas serão nosso principal foco. GARZONI, Leriche. *Arena de Combate*: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX). Tese de doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

⁹ SCOTT, Joan. *Op. Cit.*

¹⁰ SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista*: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2008. Especialmente capítulo 1.

¹¹ IDEM. p.30.

¹² TELLES, Norma. *Encantações* – escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX. São Paulo: Intermeios, 2012.

¹³ SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Op. Cit.* 39.

escritoras era parelha à utilizada por Lispector ao se referir à obra de Lygia Fagundes Telles: aproximando a escrita das mulheres à dos homens. Essas recorrências nos põem em mente a dificuldade de superação de determinados padrões dominantes.

Como veremos, a luta feminina por igualdade de direitos – ou no mínimo a ampliação deles – durou décadas sustentando-se em demandas parecidas. No decorrer do século XX, principalmente depois da primeira guerra, o feminismo evoluiu com mais rapidez, era, porém, outro momento. Quando observamos o século XIX, as modificações foram mais lentas. Isso nos levantou a questão de até onde poderia ir o feminismo oitocentista – de maneira ampla – e, então, ver como Júlia Lopes se colocava nesse ambiente de debates.

Em um segundo momento, para nos aprofundarmos na relação que poderia ter a obra da autora com a sociedade da época, selecionamos o romance *A família Medeiros* e nos debruçamos sobre o jornal, *Gazeta de Notícias*, onde ele fora publicado no formato folhetim. *A família Medeiros*, editada em 1892, havia saído em capítulos naquele periódico nos últimos meses de 1891, um período politicamente conturbado para a recente república. A análise empírica, nas páginas da *Gazeta*, foi essencial nessa etapa.

Interessava-nos entender quais relações poderíamos formar entre o folhetim e as demais discussões que estariam sendo propostas nas páginas do periódico. O romance *A família Medeiros* era recorrentemente lembrado pelos pesquisadores que citavam Júlia Lopes de Almeida como um romance abolicionista, que a autora haveria terminado em 1888, mas que se tornara ligeiramente deslocado no tempo, afinal saíra em folhetim apenas três anos depois da Lei Áurea.¹⁴ Na época, a portuguesa Guiomar Torresão, em elogio explícito a Júlia Lopes, comparou o romance ao congêneres americano *A cabana do pai Tomás*, de Harriet Stowe.¹⁵ Embebidos nessas ideias os últimos estudos sobre o romance tenderam a ver *A família Medeiros* como uma obra abolicionista e enfocaram em suas análises as formas que a autora utilizou para condenar aquele sistema.¹⁶ Apesar de sempre citarem o fato de o romance se relacionar com o fim da escravidão, nenhum trabalho chegou a investigar de maneira mais sistematizada quais seriam os sentidos da narrativa naquele período. Como os leitores de 1891 estariam lendo esse

¹⁴ DE LUCA, Leonora. “O ‘feminismo possível’ de Júlia Lopes de Almeida”. *Cadernos PAGU* (12), 1999. Pp.275-299; MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: T. A. Queirós, 1996.

¹⁵ SILVA, Marcelo Medeiros da. *Júlia Lopes de Almeida e Carolina Nabuco: uma escrita bem-comportada?* Tese de doutorado defendida na Universidade Federal da Paraíba, 2011. P.36.

¹⁶ SALOMONI, Rosane Saint-Denis. *A escritora/ os críticos/ a escritura: o lugar de Júlia Lopes de Almeida na ficção brasileira*. Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005; AMED, Jussara Parada. *Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)*. Tese de doutorado defendida no Departamento de História Social da Universidade de São Paulo, 2010;

romance? E como relacionar a importância da imigração – que também aparece no romance – com a condenação da escravidão? Devemos insistir que defender a abolição em 1891 não é simplesmente *lutar* pela abolição, afinal essa já havia ocorrido. Ou seja, falar de liberdade para os negros no início da república carrega outros sentidos que não apenas o da luta por esse direito. Eles haviam conquistado a possibilidade de ir e vir, em 1888, mas e então? O que acontece depois? É válido apenas falar em liberdade escrava em 1891? Será mesmo que, como disse Wilson Martins, o interesse na publicação de *A família Medeiros* residia no fato de, no início da república, os negros estarem sendo discriminados e sofrendo novos modos de exploração?¹⁷ Parece muito difícil, considerando o pensamento da época e o racismo que estava apenas começando a criar suas bases.

Célia Marinho de Azevedo, por exemplo, em seu artigo *Quem precisa de São Nabuco?*, procurou “descanonizar” a imagem modelar que foi produzida ao redor do letrado pela historiografia clássica, pois até mesmo historiadores mais renomados chegaram a se deixar levar pelo impulso de santificar as palavras de Nabuco. Como argumenta a pesquisadora, Nabuco estava em uma época onde as teorias raciais eram consideradas o auge da análise social de um povo; elas não eram ignoradas por ele em suas formulações teóricas e não faz sentido tentarmos esconder esse viés do letrado por medo da imagem do racismo, que atualmente invoca outras impressões.¹⁸ Pensar em uma defesa da raça – com ideias de igualdade de direitos e capacidades – não é próprio desse período que será aqui estudado. Isso não significa dizer que Júlia Lopes não fosse razoavelmente sensível aos direitos de diferentes raças – as ditas e compreendidas como inferiores na passagem do século XIX para o XX.

Outros trabalhos já se mostraram muito profícuos no estudo de romances e contos em seu suporte original, que, no caso do século XIX, grande parte das vezes eram os periódicos. Nos últimos anos, livros de Machado de Assis e José de Alencar têm sido retomados pela crítica historiográfica para novas análises nesse sentido, com resultados muito positivos. A pesquisadora Daniela Megid, analisou a publicação seriada de “Memórias Póstumas de Brás Cubas” na *Revista Brasileira* o que a fez perceber a grande importância que teve para Machado, o combate da literatura realista e do discurso cientificista que davam formas à uma sociedade apegada às aparências. Megid vai, assim, mapeando pelo jornal em qual contexto se inseria o surgimento de uma obra tão diferenciada como *Memórias Póstumas*. Ao lado disso ela também

¹⁷ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: T. A. Queirós, 1996. P.399.

¹⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “Quem precisa de São Nabuco?” *Estudos Afro-asiáticos*, vol.23, nº1. Rio de Janeiro, jan/jun 2001.

analisa as personagens femininas do autor, verificando formas utilizadas por elas para fugirem a opressão tradicional.¹⁹ Priscila Salvaia, também interessada pelo grande autor, estudou a publicação seriada de “Helena”, nas páginas de *O Globo*, em 1876. Salvaia percebeu a recorrência da temática feminina no período por ela estudado no jornal, o que lhe deu suporte para interpretar o diálogo entre o romance e a temática feminina que surgiam nas demais seções, de modo a mostrar que Helena não era “apenas um autômato da imaginação de Machado”, mas sim “uma mulher” – mostrando que a personagem não estava assim tão longe de suas congêneres reais do Brasil Oitocentista.²⁰ Dayana Façanha, seguiu um caminho um pouco diferente, mas igualmente enriquecedor. Ela estudou o romance *O tronco do ipê*, de José de Alencar, levando em conta discursos parlamentares dos quais o deputado havia participado no período anterior à Lei de 28 de setembro de 1871, a qual tornava livre os ventres de mulheres escravas, e que também giravam em torno do tema da emancipação. A pesquisadora conseguiu demonstrar como as discussões políticas haviam influenciado Alencar na produção desse livro assim como a crítica do autor à política imperial que ele inseriu no romance.²¹ Além desses, vários outros trabalhos foram e vem sendo desenvolvidos para construir uma interlocução entre literatura e história social.²²

Para essa pesquisa, analisar o romance em seu primeiro formato também foi uma escolha esclarecedora. Pudemos perceber o que pode ter motivado a publicação desse romance abolicionista três anos após o fim da escravidão no Brasil. A escolha editorial de publicar “A família Medeiros” estava em sintonia com as formas de trabalho que poderiam ser aplicadas no país. Em 1891 era crucial pensar e defender novas políticas trabalhistas para serem utilizadas na recém-formada república. O debate político sobre as possíveis formas de trabalho a serem adotadas no país foi intenso no final de 1891, quando estava em discussão na Câmara quais seriam as políticas imigracionistas a serem adotadas pelos estados, particularmente pelo Rio de Janeiro. Acompanhar o debate no jornal, assim como a interação das demais seções com a questão trabalhista, foi essencial para construirmos nossa interpretação acerca da publicação do

¹⁹ MEIGID, Daniela Maria. *À roda com Brás Cubas: literatura, ciência e personagens femininas em Machado de Assis*. Dissertação apresentada ao IFCH – Unicamp. Campinas, 2012.

²⁰ SALVAIA, Priscila. *Diálogos possíveis: o folhetim (1876), de Machado de Assis, no jornal O Globo*. Dissertação apresentada ao IEL – Unicamp. Campinas, 2014.

²¹ CARVALHO, Dayana Façanha de. *Política e escravidão em O tronco do ipê, de José de Alencar: o surgimento de Sênio e os debates em torno da emancipação, 1870-1871*. Dissertação apresentada ao IFCH – Unicamp. Campinas, 2014.

²² Podemos ainda citar: SILVEIRA, Daniela. *Contos de Machado de Assis, leitura e leitores do Jornal das Famílias*. Dissertação apresentada ao IFCH – Unicamp. Campinas, 2005. IDEM. *Fábrica de contos – ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010; PINHEIRO, Alexandra Santos. *Para além da amenidade: o Jornal das Famílias (1863-1878) e sua rede de produção*. Tese apresentada ao IEL – Unicamp. Campinas, 2007.

folhetim no periódico naquele momento. Foi por meio da leitura do jornal que percebemos a importância que o tema do trabalho tinha, não apenas no periódico, como também no folhetim. Essa leitura integrada nos possibilitou enxergar o romance e a participação de Júlia Lopes de uma forma diferenciada, trazendo as diversas formas de trabalho, presentes na narrativa, para o primeiro plano.

Podemos dizer que Júlia Lopes de Almeida construiu uma espécie de armadilha para o seu leitor ao colocar as questões domésticas como elemento estruturador de suas histórias. Ela parece ter se utilizado da prerrogativa de que o seu espaço era o da casa e dos assuntos familiares para, na realidade, abordar questões políticas muito presentes e explosivas no período, como o caso das formas de trabalho a serem empregadas na república.

A ideia de que Júlia Lopes só tratou do ambiente doméstico em seus textos surge em sua própria época, como veremos no caso de uma crítica de Aluísio de Azevedo ao romance *A família Medeiros*. Contudo, em muitos aspectos, essa imagem se manteve no decorrer do século XX e XXI e continua sendo reafirmada por pesquisas recentes. A nossa intenção é mostrar que a crítica de Júlia Lopes atingia muitos outros espaços sociais, além da educação feminina no ambiente doméstico.

A seguir citamos a bibliografia principal que nos levantou questões e que foi utilizada no decorrer da dissertação.

A bibliografia em diálogo

As primeiras obras sobre escritoras oitocentistas brasileiras datam dos anos setenta. Profícuos trabalhos de historiadores, sociólogos e críticos literários – em sua maioria mulheres – trouxe ao nosso conhecimento a existência de diversas escritoras, jornalistas e poetizas que escreveram e publicaram suas obras no decorrer do oitocentos.²³ Esses trabalhos pioneiros são ainda hoje muito utilizados pelas pesquisas recentes e apesar de, em sua maioria, darem apenas o ponto de partida inicial para tais estudos, direta ou indiretamente adicionaram questões e possibilidades para a presente dissertação.

Assim sendo, começaremos citando as obras de June E. Hahner, principalmente *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 - 1937* e *A mulher no Brasil*, obras onde

²³ Indicamos dois dicionários que dão ideia da quantidade de escritoras no século XIX. MUZART, Zahide L. *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. (Volume I) Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 1999. E IDEM. *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. (Volume II) Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2004.

a autora apresenta os primeiros jornais femininos dirigidos por mulheres que surgiram no século XIX.²⁴ Nessa mesma linha, Dulcília H. S. Buitoni aprofunda a apresentação de tais jornais, elencando, em sua obra *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*, uma diversidade considerável de jornais femininos que passaram a ser publicados depois dos anos de 1850.²⁵ Ambas autoras dão ênfase aos aspectos feministas que encontravam nesses jornais, apresentando e discutindo a luta dessas letradas por maiores direitos, sendo uma de suas bandeiras a necessidade de uma ampliação da educação feminina. Elas também nos mostram a iniciativa dessas letradas oitocentistas para editarem seus próprios jornais em prol da legitimidade de suas defesas. Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, em *Mulheres de Ontem?*, também trouxe a temática da educação da mulher em textos oitocentistas, analisando-a através de obras de escritores, de jornais femininos e do documento *Polianteia comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do Imperial Liceu de Artes e Ofícios* uma coletânea organizada para comemorar o início das aulas em um liceu feminino.²⁶ Nesse documento havia mensagens educacionais de 127 homens de letras e apenas 4 mulheres. A autora utiliza-se, então, também dos jornais femininos editados por mulheres exatamente para contrabalancear o número de escritos masculinos. Dessa forma, ela trouxe para a pesquisa as defesas femininas presentes nos jornais editados por mulheres, dividindo as ideias da época entre o grupo com ideias mais conservadoras a respeito da mulher ou mais abertas sobre seus direitos.

Sobre a questão dos direitos femininos relacionados à educação a obra de Maria Celi Vasconcelos, *A casa e seus mestres: a educação no oitocentos*, nos deu vários pontos de apoio para analisarmos a questão da educação e a mudança de pensamento pela qual a elite precisou passar para que ocorresse a institucionalização da educação de jovens – meninos e meninas. Já no fim do século a educação sistematizada passava a ser uma exigência para a constituição de uma “civilização moderna”, expectativa da elite com a nascente república.²⁷

A compreensão do papel de letrados durante esse período, conhecido como Belle Époque, além da organização social e cultural pautada na necessidade da civilização da nova república, se deu através das obras *Belle Époque Tropical*, de Jeffrey D. Needell e *Literatura*

²⁴ HAHNER, June Edith. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981. E HAHNER, June Edith. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.

²⁵ BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1981.

²⁶ BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?* – Rio de Janeiro - Século XIX. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, 1989.

²⁷ VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres – a educação no Brasil do oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república de Nicolau Sevcenko.²⁸ O livro *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*, de Leonardo A. de Miranda Pereira, também foi importante para refletirmos sobre o papel desse grupo de letrados da passagem do século e sua visão da nova sociedade que deveria se formar no Brasil.²⁹

Adentrando propriamente o universo das romancistas e poetisas oitocentistas, não poderíamos deixar de citar a pesquisadora Norma Telles e dentre seus vários trabalhos, principalmente a obra *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil – século XIX*. Nessa tese de doutorado, recentemente publicada, Telles destrincha as diversas formas do discurso da submissão e o imaginário corrente do que poderia ou não dizer e fazer uma mulher. Dentro da divisão sexuada da sociedade, sabemos que ainda hoje existem formas de falar – e até de pensar – que seriam propícias para um homem ou uma mulher. O discurso de Telles sobre esse universo foi importante para pensarmos com cuidado os sentidos de gênero que poderiam estar por trás das palavras e na compreensão de mundo que tinham as mulheres no passado. Na segunda parte, ela apresenta e analisa obras de várias escritoras brasileiras do Oitocentos, entre elas, Júlia Lopes de Almeida. Para demonstrar a participação de mulheres, nesse universo letrado, ela apresentou Júlia Lopes de Almeida com a maior personalidade feminina do *fin-de-siècle* enfocando momentos em que a autora defendia a escrita feminina e o espaço da mulher na sociedade. Ao tratar das obras de Júlia Lopes, Telles não deixa de citar *A família Medeiros*, com um grande exemplar da defesa do abolicionismo.³⁰

Maria de Lordes Eleutério também reúne na obra *Vidas de romance – a mulher e o exercício de ler e escrever no entresséculos (1890-1930)* um grupo de escritoras que lutaram pelo direito de tornarem-se escritoras. Entre as escritoras analisadas pela pesquisadora figura Júlia Lopes de Almeida, que, assim como as demais autoras presentes no livro, era integrante da elite brasileira. O livro divide-se em capítulos que trazem em seus títulos as relações familiares das autoras, deixando explícito um dos vieses do texto e da relação dessas mulheres com o ambiente privado, um aspecto importante para as escritoras, como veremos aqui também nessa dissertação.

²⁸ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993. E SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.

²⁹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

³⁰ TELLES, Norma. *Encantações – escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012.

Ao lado desses livros, algumas teses de doutorado também são importantes fontes sobre o nosso objeto de pesquisa. A pesquisadora Michelle Fanini deu a base em diversos momentos para o desenvolvimento desse trabalho. Foi sua tese *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras* que despertou os primeiros interesses em compreender o papel de Júlia Lopes como uma mulher-de-letras de sua época.³¹ A pesquisadora parte, em sua análise, da ausência da autora na academia. Apesar de ter sido a única mulher cogitada a participar da agremiação, acabou ficando de fora por conta do estatuto que impedia a participação de mulheres. Fanini publicou o trecho sobre a autora Júlia Lopes em forma de artigo, *Júlia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras*, dando grande ênfase à formação de uma imagem construída pela autora entre ser mulher, mãe e escritora. Em outro artigo, intitulado *Júlia Lopes de Almeida em “retrato e prosa”*: a propósito dos diálogos entre as imagens da escritora e sua produção literária, a pesquisadora faz um interessante percurso entre as fotos de Júlia e o que ela defendia em suas crônicas como uma boa imagem para mulher.³² Esses trabalhos foram de especial importância para formularmos as noções do capítulo um, sobre a imagem construída de Júlia Lopes entre os romances, as crônicas do *Livro das Noivas* e sua relação com a escrita.

Sônia Roncador em seu livro *A doméstica imaginada*, reservou o primeiro capítulo para discutir a difusão da domesticidade a partir dos personagens que exerciam trabalhos domésticos na obra de Júlia Lopes. Roncador faz um mapeamento interessante desse ambiente de trabalho nas obras da autora e aponta para uma manutenção do medo da elite para com seus criados, algo que, segundo ela, não teria sido superado com a abolição.³³ Barbara Heller³⁴ e Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi³⁵ utilizaram os manuais domésticos, *Livro das noivas* (1896) e *Livro das Donas e donzelas* (1906) para analisarem a participação de Júlia Lopes numa construção educativa da virada do século para a formação de uma “nova mulher”. Deivid Costruba também estudou os referidos manuais educativos em sua dissertação de mestrado. Da mesma forma, ele ofereceu uma análise para a imagem da mulher da Belle Époque levando em

³¹ FANINI, Michele Asmar. *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP, 2009.

³² IDEM. “Júlia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras”. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.14, n.27, pp.317-338. Ano: 2009. E IDEM. “Júlia Lopes de Almeida em ‘retrato e prosa’: a propósito dos diálogos entre as imagens da escritora e sua produção literária”. *Cad. Pagu*. N.41. Campinas, jul/dez, 2013.

³³ RONCADOR, Sônia. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

³⁴ HELLER, Barbara. *Da pena à prensa – mulheres e leitura no Brasil (1890-1920)*. São Paulo: Porto de Ideias, 2006.

³⁵ MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa – discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

conta o contexto da transformação do comportamento familiar que a república esperava difundir.³⁶ Jussara Parada Amed, em sua tese *Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida* (1862-1934), fez um estudo da recepção da época visando especialmente aspectos da obra que se referiam às crianças e às mulheres.³⁷

Sobre *A família Medeiros*, especificamente, apenas a tese de doutorado de Rosane Saint-Denis Salomoni³⁸ se propôs a fazer uma análise do livro como objeto da pesquisa. Ainda assim, a pesquisadora, que escolheu comentar a obra da escritora como um todo, fez uma análise rápida da obra, apenas com a leitura da última edição, de 2009. Salomoni discute três romances de Júlia Lopes: *Memórias de Marta* (1899), *A família Medeiros* (1892) e *Cruel Amor* (1911). Contudo, interessada em mapear o feminismo presente em Júlia Lopes de Almeida de maneira ampla, além de analisar sua presença em críticas literárias do século XIX e XX, Salomoni reserva apenas o último capítulo da tese para a discussão dos romances – o que a nosso ver deixou sua análise das obras literárias reduzida em suas possibilidades interpretativas. A autora não se aprofundou na sua discussão de *A família Medeiros* com uma preocupação histórica, apesar de apresentar o interesse inicial de ver os romances de Júlia Lopes à luz de sua própria época.

Como podemos notar, o que todos esses trabalhos possuem em comum é o núcleo de interesse voltado especificamente para a compreensão da mulher burguesa e seus direitos dentro da obra de Júlia Lopes de Almeida. A maioria deles quis mostrar como a autora estava construindo a imagem da mulher, na recente república. Norma Telles e Rosane Salomoni são duas que enfocaram suas pesquisas em um caráter militante e desafiador da obra de Júlia Lopes de Almeida. Para elas a autora possuía uma crítica feroz e modificadora para a sociedade. Já Sonia Roncador, Bárbara Heller e Ana Maria Magaldi veem a autora de um ponto de vista mais conservador, por isso destacam em suas obras as formas utilizadas por Júlia Lopes para manutenção de certo *status* organizacional da sociedade. Leonora De Luca, em seu artigo, muito conhecido entre os estudiosos de Almeida, *O feminismo possível de Júlia Lopes de Almeida*, ficou com um posicionamento moderado a respeito da autora, como sugere o próprio nome do artigo. Ela defendeu a ideia de que Júlia Lopes se manifestava de acordo com a própria época, dando voz ao que era possível de as mulheres exercerem no fim do século. Foi a partir de uma

³⁶ COSTRUBA, Deivid Aparecido. “*Conselho às minhas amigas*”: Os manuais de ciências domésticas de Júlia Lopes de Almeida (1896 e 1906). Dissertação de mestrado apresentada à FCL – Unesp. Assis, 2011.

³⁷ AMED, Jussara Parada. *Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida*. Tese apresentada à FFLCH – USP. São Paulo, 2010.

³⁸ SALOMONI, Rosane Saint-Denis. *Op. Cit.*

crítica dessa ideia que iniciamos o primeiro capítulo dessa dissertação. Como veremos, é preciso levar em conta várias outras manifestações das mulheres da elite, mesmo que ainda fossem pequenas, sobre qual era o espaço disponível para elas mesmas. O apoio masculino, sobre a profissionalização da mulher em novos lugares de trabalho, assim como a discussão política e jurídica a respeito do tema também demonstra que o espaço possível para a mulher burguesa estava sendo posto em questão no período em que Júlia Lopes escrevia.

No decorrer desse trabalho, o *Livro das Noivas*, além do romance *A família Medeiros* será a obra mais referenciada da escritora. O manual feminino fora publicado originalmente em 1896, mas a edição a qual tivemos contato foi a terceira, de 1914. Escolhemos essa coletânea de crônicas para analisarmos as posições de Júlia Lopes entre suas opiniões divulgadas nas crônicas e o romance analisado. As crônicas acabaram se mostrando profícuas para, como relação a outras obras e autores da última década do século, examinarmos o posicionamento da autora perante uma determinada “condição feminina”³⁹. Como mostra Maria Clementina Cunha, falar de “condição feminina” pode ser um campo perigoso, já que, há alguns anos, diversos trabalhos de história social vêm mostrando que essa posição homogeneizadora das mulheres é errônea. Temos conhecimento dessa problemática em relação a se considerar as mulheres, que podem integrar grupos tão heterogêneos entre si, como um conjunto único e com questionamentos iguais.⁴⁰ Por isso mesmo, tentamos sempre ser muito cuidadosos ao enfatizar que o nosso objetivo, ao falar de mulheres, é tratar de um grupo elitista, para o qual um certo padrão de comportamento e, sim, homogeneização, era essencial na época aqui tratada. A missão civilizadora da qual a elite letrada se via imbuída, no fim do século, desejava acabar com os considerados “subprodutos” da cultura, como análises do carnaval bem nos mostram.⁴¹

Júlia Lopes tendia a falar no plural o “nós, mulheres”, “minhas amigas” evocando uma familiaridade com suas leitoras; incluindo-as em um único grupo de mulheres civilizadas e conscientes – ou que pelo menos buscavam essa consciência ao lerem os seus ensinamentos. Cabe a nós pesquisadores lembrarmos-nos que “as mulheres” e “a sociedade” de Júlia refletem

³⁹ Essa ideia de “condição feminina” aparece nas crônicas de Júlia Lopes de Almeida. Ela acaba sendo retomada por Norma Telles, Rosane Salomoni, Leonora De Luca e outros pesquisadores aqui não referenciados, por estudarem a autora em um período distinto, como Nadilza Martins de Barros Moreira. Por isso achamos útil manter o termo e explicarmos a nossa consideração a respeito dele.

⁴⁰ CUNHA, Maria Clementina Pereira. “De historiadoras, brasileiras e escandinavas – loucuras, folias e relações populares (século XIX e início do XX)”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.3, nº5, 1998.

⁴¹ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. E PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras – literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

um lado social do Brasil república, que não por acaso era o dominante cultural e economicamente.

A dissertação está organizada em três capítulos. Inicialmente, avaliamos o desenvolvimento do feminismo no Brasil oitocentista para inserir Júlia Lopes de Almeida no contexto do seu tempo. Intencionávamos, assim, não correr o risco de afirmarmos erroneamente um posicionamento da autora nas defesas feministas possíveis para o seu momento histórico. Para isso verificamos artigos publicados sobre o assunto, na última década do século dezenove, período que coincide com a publicação do folhetim *A família Medeiros* e as crônicas do *Livro das Noivas*. Esses artigos foram encontrados em periódicos com os quais a autora colaborava, aumentando a chance de podermos afirmar que ela tinha conhecimento daqueles debates que estavam acontecendo. Teremos assim um panorama das ideias da autora e do que era considerado feminismo em fins do século XIX. Dessa forma, vale lembrar que, assim como o feminismo ganhou novas formas e pautas no decorrer do século XX, as ideias da autora também podem ter mudado. Escolhemos enfatizar a questão do feminismo circunscrito em um período – a última década do século XIX – pois levamos em conta que o momento social é de grande importância para a análise dos textos – literários ou não. O feminismo possível de Júlia Lopes em 1891 não é o mesmo do feminismo possível da autora em 1930. Da mesma forma a abordagem que ela poderá dar ao negros e trabalhadores pode se transformar com os efeitos sociais do tempo. Como buscamos mostrar, ao contrário do que De Luca defende, as possibilidades do feminismo eram muito mais amplas do que Almeida dá a ver em suas obras ou entrevistas.

No capítulo 2 damos início à análise do romance em formato de folhetim *A família Medeiros*. Continuamos discutindo a defesa do feminismo dentro da obra tomando o cuidado de analisar o que poderiam ser consideradas atitudes rebeldes para uma mulher, em 1891, que vivia no interior do estado de São Paulo. Usamos, entre outros, mas principalmente, como ponto de reflexão a obra *Machado de Assis: historiador*, de Sidney Chalhoub⁴², cuja análise da dependência nos ajudou a pensar o posicionamento de uma mulher que precisava ancorar-se na proteção masculina, de um familiar, para ter mantida intacta a sua honra. Apresentamos também a recepção que foi dada à obra no período de sua publicação em livro e o contexto histórico em que o folhetim foi publicado nas páginas da *Gazeta de Notícias*. No mesmo capítulo analisamos

⁴² CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

outros aspectos da obra como a relação que a autora via entre o moderno e o conservador nas famílias da elite paulista e a crítica feita por ela aos costumes que essa relação acarretava.

No último capítulo fizemos a análise sistematizada da escravidão e do trabalho assalariado no romance. Mostramos a forma como Júlia Lopes de Almeida abordou a temática da abolição em seu romance em contraponto ao que era dito pelos jornais do período. Citamos como base a obra *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*⁴³, de George Andrews, no que sua abordagem fala sobre o fim da escravidão e início do trabalho livre, o livro *Trabalho, lar e botequim*⁴⁴, de Sidney Chalhoub, no que analisa as diferentes estruturas de pensamento sobre o trabalho, de acordo com a posição social do indivíduo na sociedade carioca da primeira república, a dissertação de Jefferson Cano, *Escravidão, alforrias e projetos políticos na imprensa de Campinas*⁴⁵, que trata das últimas décadas da escravidão em Campinas e a de Matheus Pereira, *Uma viagem possível: da escravidão à cidadania, Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil*⁴⁶, que aborda os primeiros anos após a abolição, principalmente em Santos. Completa-se o enredo do capítulo com a nossa análise da *Gazeta de Notícias*, jornal carioca onde foi publicado o romance da autora.

⁴³ ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru/SP: EDUSC, 1998.

⁴⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

⁴⁵ CANO, Jefferson. *Escravidão, alforrias e projetos políticos na imprensa de Campinas*. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1993.

⁴⁶ PEREIRA, Matheus Serva. *Uma viagem possível: da escravidão à cidadania, Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil*. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 2011.

1. Feminismos oitocentistas: presenças e ausências de Júlia Lopes de Almeida

1.1. A atividade de ser esposa/mãe/escritora: Júlia Lopes de Almeida

Um pouco afastada do grupo intelectual, eu escutava-lhe os nomes que uma senhora ia sussurrando:

– Aquele é Olavo Bilac, o outro é Lucio Mendonça, adiante é Raymundo Correia depois Filinto de Almeida...

– E aquela senhora que está em pé? – perguntei.

– Como? Não conhece? – tornou ella – é a maior escriptora brasileira D. Julia Lopes de Almeida.

D. Julia Lopes de Almeida! Era pois ella que estava na minha frente, tão simples e natural como se a gloria a não iluminasse! Era pois ella, essa cujo nome repercutia tantas vezes nos meus ouvidos infantis, como timbales triumphantes, numa época em que apenas era permitido á mulher brasileira uma cultura exígua, tyrannicamente suffocada, com terror dela lhe insinuar algum voo mais destemido? Era pois ela (...).

Pagina de Saudade, homenagem pelo 1º ano de sua morte - Iracema Guimarães Vilella⁴⁷

*

O belo rosto de D. Júlia aparece-me, agora que se festeja o seu centenário, com a nitidez com que me apareceu , certa manhã de verão, na rua do Ouvidor. (...) Seus olhos possuíam uma inteligência tranquila e penetrante: pareciam mais científicos do que artísticos. A Arte, porém, estava em sua figura harmoniosa, em seu gesto e em sua palavra, na sua elegância natural (...). Aqueles olhos penetrantes de D. Júlia, que ora pareciam velados, ora cintilantes, já tinham pousado sobre muitas cenas da vida humana, sabiam muitas coisas de sua incoerência, da sua amargura, das suas inaptidões. E ela, então, escrevia sobre essas coisas, com leveza e sabedoria, procurando, suponho, instruir sem aconselhar, consolar sem ferir, harmonizar sem entristecer. (...) Nós, crianças, gostávamos de suas histórias e sem a conhecermos gostávamos também daquela que as escrevera.

D. Júlia, homenagem ao seu centenário – Cecília Meirelles⁴⁸

Júlia Valentina da Silveira Lopes nasceu no Rio de Janeiro, em 1862, filha de Antônia Adelina e Valentim José da Silveira Lopes, ambos portugueses e bem instruídos.⁴⁹ Viveu até

⁴⁷ “Pagina de Saudade” in: *Correio da Manhã*, 5 de junho de 1935. P.6.

⁴⁸ Espólio particular da família. APUD: SALOMONI, Rosane Saint-Denis. *Op. Cit.*

⁴⁹ Antônia Adelina era musicista habilitada pelo Conservatório de Lisboa em música, canto e composição. Valentim Silveira Lopes se dedicava ao magistério dirigindo o Colégio de Humanidades, propriedade da família, no Rio de Janeiro. Continuou os estudos mesmo depois de ter formado sua família, indo estudar medicina na

os cinco ou seis anos na cidade de Nova Friburgo mudando-se com a família, depois que o pai adquire o diploma de médico, para a cidade de Campinas, onde passou toda a sua juventude.⁵⁰

O convívio com uma família letrada e o envolvimento com a elite educada da região fez crescer desde cedo o gosto pelas artes na jovem Júlia Lopes. Além da mãe musicista, o pai escrevia artigos para jornais e a irmã mais velha, Adelina Lopes, dedicava-se à poesia.⁵¹ Aos 19 anos, em 1881, estreou na imprensa colaborando no jornal *Gazeta de Campinas* por iniciativa do próprio pai ao descobrir o gosto da filha para a atividade da escrita. Podemos considerar que essa disposição paterna foi um ponto de partida essencial para a ativa formação no mundo das letras que teve a escritora. Ainda assim, as palavras de Júlia Lopes sobre a sua primeira percepção da atividade feminina com ideias e palavras marcava a presença das diferenças de gênero – mesmo que no imaginário das moças oitocentista. Em entrevista a João do Rio, ao narrar o início de sua carreira como escritora, a autora não deixou de enfatizar a recepção, por vezes incerta, que as jovens de sua época ainda poderiam ter quando se arriscavam no mundo das letras:

Pois eu em moça fazia versos. Ah! Não imagina com que encanto. Era como um fazer proibido! Sentia ao mesmo tempo a delícia de compor e o medo de que acabassem por descobri-los. Fechava-me no quarto, bem fechada (...).

De repente um susto. Alguém batia a porta. E eu, com a voz embargada, dando volta à chave da secretária: já vai! Já vai!

A mim sempre me parecia que se viessem a saber desses versos em casa, viria o mundo abaixo. Um dia, porém, eu estava muito entretida na composição de uma história (...) quando senti atrás de mim uma voz alegre: – Peguei-te menina! Estremeci, pus as mãos em cima do papel, num arranco de defesa, mas não me foi possível. Minha irmã, adejando triunfalmente a folha e rindo a perder, bradava: – Vou mostrá-los ao papá! (...) – Vai fazê-lo zangar comigo. Não sejas má! [...]

Meu pai muito sério descansou o *Jornal [do Comércio]*. (...) Tinha uma grande vontade de chorar, de pedir perdão, de dizer que nunca mais faria essas coisas feias, e ao mesmo tempo um vago desejo que o pai sorrisse e achasse bom. Ele, entretanto, severamente lia.

A folha branca crescia nas suas mãos, tomava proporções gigantescas, as proporções de um grande muro onde na minha vida acabara alegria... Então

Alemanha entre o nascimento e infância de sua filha Júlia. Ver: DE LUCA, Leonora. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). *Cadernos Pagu* (12), 1999, pp.281-282.

⁵⁰ IBIDEM.

⁵¹ IBIDEM.

que achas? O pai entregou os versos, pegou de novo o *Jornal*, sem uma palavra, e a casa voltou à quietude. Fiquei esmagada.⁵²

As palavras de Júlia Lopes mostravam bem a dificuldade de se superar as barreiras sociais que eram impostas às mulheres do Oitocentos. Ela falava de si mesma, mas, como veremos, sua obra é acompanhada por um tom didático, preocupado em instruir, auxiliar e inspirar outras mulheres.

A leitura acurada de um relato de vida exige do pesquisador o cuidado de analisar o que pode pertencer às lembranças do entrevistado e o que pode integrar uma intenção, ou mesmo uma forma como ele interpretou o acontecimento. Tais cuidados, no entanto, devem também possuir seus limites. Como disse Giovanni Levi, o excesso de racionalização não deixa de ser outra forma idealizada de olhar para o documento; imaginar que todos os indivíduos agem com uma intenção final, calculando todas suas ações e falas também leva a uma concepção problemática da habilidade humana sobre a objetividade em sua vida.⁵³

Dentro dessa ótica acreditamos que, se em parte existe uma intenção imagética no relato da autora, não podemos deixar de levar em conta a manifestação da individualidade de Júlia Lopes em relação a questões concernentes à sociedade da época. No trecho citado acima, mesmo sendo criada dentro de uma família de letrados Júlia Lopes não conseguia visualizar a ação de escrever com normalidade. Mais do que isso, pela leitura da passagem podemos perceber que ninguém ali agia como se fosse banal a jovem escrever. Primeiramente a travessa irmã caçula, ao buscar denunciar a atividade de Júlia Lopes para o pai, sabia que esse fazer saía da rotina que possuíam. Analisando a atitude do pai também percebemos o tom do julgável e do incerto. Ele pegou a folha escrita em silêncio, leu-a ainda em silêncio e por fim calou-se de modo a deixar a filha mortificada de medo do que aquela descoberta poderia gerar. Não vemos nada de banal na cena. Com a continuação do texto, logo sabemos que, no dia seguinte, ele tomou uma atitude e deu à filha a possibilidade de escrever um artigo para a *Gazeta de Campinas*. Ainda assim o silêncio do momento crucial da descoberta, o medo que Júlia Lopes aparenta sentir antes e depois do texto cair nas mãos de seu pai nos diz muito sobre a relação da época com a instrução da mulher.

Se por um lado o texto acima já demonstra uma forma de construir sua imagem ao adentrar o universo literário, por outro ele não deixa de mostrar a organização de poder entre

⁵² RIO, João do. *O momento literário*. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000134.pdf> Acessado: 3/6/2014.

⁵³ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. Pp.180-181.

homens e mulheres nesse mesmo universo. Como coloca Schmidt, uma forma interessante de ver a biografia ou a autobiografia é também como espaço para investigar o exercício das liberdades possíveis em determinada sociedade.⁵⁴ A história do moleiro Menocchio, trazida a nós por Carlo Ginzburg, mostra, entre outras coisas, a forma como suas ideias poderiam ser recebidas e poderiam integrar a sociedade da qual ele participava. Menocchio era uma figura aparentemente excepcional, contudo, como assinala o autor, “da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação.”⁵⁵ Olhar a forma como Júlia Lopes mobilizava suas possibilidades e caminhos como escritora não se refere apenas a ela e sua construção como figura pública, mas, e exatamente por isso, significa analisar seu posicionamento e sua aceitação social. A escritora, inevitavelmente, integrava as discussões da época sobre as habilidades das mulheres como artistas.

Como afirma Norma Telles, a mulher sempre fora a musa inspiradora das criações masculinas. Para tornar-se criadora era preciso romper uma barreira, era praticamente um ato de rebeldia contra a figura passiva de Musa.⁵⁶ De certa forma, todas as jovens que no desenrolar do Oitocentos resolveram tomar a palavra e opinar estavam admitindo atitudes transgressoras do que sabiam ser o espaço da mulher. Uma transgressão que, talvez, por ainda desenvolver-se dentro do ambiente da casa era parcialmente aceita. A possibilidade de escrever dependia do núcleo familiar a que as jovens pertenciam e da autorização paterna, como vemos no caso da própria Júlia Lopes. É plausível pensar que se a atitude do Dr. Valentim Lopes fosse outra, talvez Júlia Lopes nunca tivesse ingressado na atividade profissional da escrita. Não era uma escolha apenas dela.

No século XIX, a criação cultural tornava-se um ambiente controverso para a produção feminina.⁵⁷ Uma matéria publicada, em 3 de agosto de 1892, na *Gazeta de Notícias*, esclarece o caminho do pensamento masculino diante das possíveis habilidades femininas:

O Dr. James Crichton-Browne mostrou o mes passado, na celebração do 118º aniversario da Sociedade Medica de Londres que o cerebro da mulher era mais leve que o do homem, não só em absoluto, mas em relação a estatura e peso de cada pessoa observada. [...]

⁵⁴ SCHMIDT, Benito Bisso. *Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema*. Comunicação apresentada no XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 1998. Pp. 3-4. O assunto também é tratado por LEVI, Giovanni. *Op. Cit.*

⁵⁵ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008. P.20.

⁵⁶ TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras.” In: PRIORI, Mary del (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. P.408.

⁵⁷ TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012. Pp. 56-63 e SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Op. Cit.*

Observações positivas mostram ainda que a gravidade específica das diferentes partes do cérebro feminino é respectivamente menor que o peso específico das diferentes partes do cérebro masculino.

Cada uma d'essas partes tem funções hoje em geral conhecidas, por isso se pode observar que o fluxo de sangue que alimenta o cérebro, se dirige em maior proporção, no homem, para as regiões onde se originam os atos da vontade, os phenomenos do conhecimento, ou a formação das idéas, e na mulher para centros que principalmente governam os sentidos.

A anatomia e a physiologia confirmam assim, segundo julgo, o que a simples observação moral da mulher havia de ha muito ensinado. Já se sabia que a mulher tem menos vontade de força, menos faculdade de dominio directo e imperioso, menos profundidade de entendimento, **menos poder de criação ideal que o homem** [...].

Eu vejo (...), nas observações ultimamente expostas pelo Dr. Crichton-Browne, a razão de nunca a mulher ter sido um Socrates, um Platão, um Aristóteles, um Spinoza, um Kant, um Laplace, **um Shakespeare, um Hugo**, um Bach, um Beethoven, Wagner, um Rembrandt, um Velasquez, ou um Edison.⁵⁸

Assinado por Frederico Durruvios e enviado de Londres, o artigo, por meio da ciência, buscava comprovar, na última década do século, a inferioridade intelectual da mulher e dessa forma, automaticamente, justificar por que ela nunca alcançaria o homem em vários ramos do conhecimento, entre eles o de letras. Essa ideia também explica a lógica do tratamento que recebiam como escritoras. Quando surgiam na cena literária as mulheres eram sempre consideradas expressão menor da literatura e menos habilidosas. Na maioria das vezes referir-se à obra escrita por uma mulher já pressupunha a necessidade de uma leitura amenizada e benevolente.

Um ano antes, outro colaborador da *Gazeta* havia participado de um debate, que estava ocorrendo na imprensa, sobre a validade da produção de escritoras, sendo partidário de outra opinião. Segundo ele:

Francamente, já basta, meus senhores, de discutir acerca da mulher escriptora. **Vem de longe, muitissimo longe**, a questão que hoje pretendem recommear. [...]

Desde Molière, **desde muito antes**, pergunta-se se a mulher é accetavel como escriptora; e a resposta, quando a pessoa do sexo feminino escreve bem e elegantemente, é que á mulher ninguém contesta o direito de ser escriptor.

[...]

⁵⁸ “Homens e Mulheres – por que é que nenhuma mulher foi ainda um grande homem.” *Gazeta de Notícias*, 3 de agosto de 1892. Grifo nosso.

De tempos imemoriaes ficou decidido que *femme, femina* é vocabulário que etimologicamente exprime o seguinte: - o ente que produz, que crêa. Só isso. Nem o sanscrito, o próprio sanscrito, que diz *bhavayami* (criar, produzir) insinua o que compete á mulher especialmente produzir e criar; **de onde se pode concluir que inimigos e interessados é que caluniosamente espalharam que a mulher tem por profissão produzir e criar unicamente – filhos.**⁵⁹

Nessa passagem notamos o reconhecimento, de um autor da época, da insistência na temática de ser a mulher capaz de criar algo fora do lar ou não. Temos que pensar o universo de aceitação das mulheres como em constante jogo de evolução e retrocesso, espaço no qual frequentemente encontramos elogios e logo depois, críticas. No trecho o autor ainda dá mais um passo, pouco dado por homens, ao dizer que a ideia de que mulheres foram feitas exclusivamente para serem mães seria tendenciosa.

Já o colaborador intitulado Marasquino do periódico *O Paiz* manifestou-se da seguinte forma, sobre o mesmo debate:

Tem paciência meu J. Também eu trago a minha acha de lenha para fogueira em que os colegas te queimam vivo por causa do teu *De passagem* de hontem.

Eu perdoar-te-hia sem grande relutancia o condemnares a literatura feminina; mas o mesmo não posso fazer em relação aos termos de que usaste. Aquilo de chamares as escriptoras machonas e dizeres que toda mulher que escreve, escreve machamente, aquilo não é perdável.

Machona, machamente, hemaphrodita, pello de barba que abortou – que isso dissesses em referencia a parteiras que usam saia e chapéu de pello – *transcal.*

Mas dizel-o em referencia as escriptoras, quando as que temos são **tão delicadas, tão femininas**, tão sem pellos de barba, abortada ou não – é quase um sacrilegio!

Eu gosto das escriptoras. Apenas faço uma restrição. Não desejaria amar nenhuma delas... Porque? Porque não supportaria essa exhibição publica do seu nome, exposto a todos os criticos, a todas as censuras, a todas as pilherias.

Ralar-me-hia de ciumes todos os dias pensando em que ella vasaria para a indiferença cruel dos leitores os seus mais íntimos sentimentos, a pura essência da sua alma.

Parecer-me-hia que ela, com isso se entregaria um pouco a todos, que deixaria de ser minha, exclusivamente minha.

⁵⁹ “Cousas do dia”. *Gazeta de Notícias*, 15 de janeiro de 1891. Os grifos em negrito são nossos, em itálico estava na versão original. Seguiremos essa regra em todas as citações.

Sorrir-me-hia a ideia de ler seus contos, os seus versos, mas assinados por um pseudonymo, de modo que só eu soubesse que eram della, da minha amada [...].⁶⁰

Marasquino não via com a mesma complacência a atividade da escrita por parte das mulheres. O trecho pode nos levantar algumas impressões sobre a atividade feminina no campo da imprensa. Ao se colocarem no espaço público da imprensa, as mulheres corriam o risco de serem consideradas pouco femininas e precisariam lidar com ofensas como essas citadas pelo jornalista. Lidar com essa arena pública e com os conceitos que parte da sociedade poderia fazer do exercício da escrita dessas mulheres era um forte enfrentamento que, sem dúvidas, barrava muitas delas. Podemos imaginar, então, a força desse embate em um momento em que a maioria das reivindicações femininas que começariam a ganhar visibilidade no início do Novecentos ainda eram consideradas absurdas por grande parte dos intelectuais. Na *Gazeta de Notícias*, por exemplo, no início do ano de 1891, foram publicados vários pequenos comentários irônicos sobre a possibilidade de a mulher votar.

Na época em que esses debates surgiram na imprensa, Júlia Lopes de Almeida já escrevia havia uma década e era colaboradora de ambos os jornais citados. Podemos assim inferir que essas discussões não eram estranhas a ela. Para analisarmos o seu papel como escritora e a imagem que ela construiu entre sua função de mãe/esposa e escritora precisamos levar em conta todos esses jogos de espaços e direitos.

Júlia Lopes escreveu durante toda sua vida três dezenas de livros entre romances, coletânea de crônicas, manuais voltados para a educação feminina e livros infantis. O primeiro deles foi *Contos Infantis*, escrito em coautoria com a irmã Adelina Lopes e publicado em 1886. Em 1887, ela publicou, em Portugal, o livro de contos *Traços e Iluminuras*. Nesse mesmo momento ela preparava, em terras lusitanas, o casamento com o poeta Filinto de Almeida, a quem conhecera através da irmã Adelina Lopes, mas também devido ao próprio envolvimento com a imprensa. Em meados da década de 1880, Filinto de Almeida era redator da revista *A Semana*. No fim da década, em 1889, ele se tornaria redator-chefe de *O Estado de São Paulo*. Nesse momento, entre 1889 e 1895, Júlia Lopes de Almeida começava a escrever seus primeiros romances em sintonia com o crescimento profissional de Filinto de Almeida na imprensa e também no ambiente político.⁶¹

⁶⁰ “Salada de Frutas”. *O paiz*, 10 de janeiro de 1891.

⁶¹ Em 1891 ele foi eleito deputado estadual em São Paulo. Ver: DE LUCA, Eleonora. *Op. Cit.* p.284.

Não podemos desconsiderar esse aspecto da vida do casal ao analisarmos o crescimento de Júlia Lopes de Almeida como escritora, assim como o respeito que ela angariou no mundo letrado. Ela, com certeza, tivera muito mais possibilidades de crescer no plano literário do que outros aspirantes a escritores – fossem homens ou mulheres.

No casamento, Júlia e Filinto de Almeida representavam a perfeita unificação de gênios e cumplicidade nos modos de vida. Não por acaso, João do Rio, no já citado *Momento Literário*, nomeou o trecho no qual falava de Júlia Lopes de “Um lar de artistas”. Um lar onde a arte tinha amplo espaço para se desenvolver. João do Rio estava mais correto do que poderia imaginar, já que, anos depois, todos os filhos do casal também se dedicariam à escrita ou à música.

No *Momento Literário*, a entrevista era sobre a escritora Júlia Lopes, porém podemos sentir a onipresença de Filinto de Almeida no título e no texto. Depois de expor as memórias de Júlia Lopes sobre o momento em que seu pai descobrira que ela escrevia, João do Rio apresentava o local onde a entrevista fora realizada, da seguinte forma:

Estávamos **na casa de Filinto de Almeida**, um *cottage* admirável, construído entre as árvores seculares da estrada de Santa Tereza. Eu descera do tramway sob uma forte carga de chuva e, enlameado, molhado, em baixo da branca escada de mármore, não sabia como explicar tão lamentável estado. Filinto, porém, **com um ar levemente imperioso**, o seu ar quando começa a simpatizar com alguém, tomara-me o chapéu e **D. Júlia sorria cheia de bondade** (...).

Fora assim que eu ousara entrar e já trinta minutos havia ouvíamos deliciados a dona daquele lar.

A casa de Filinto fica a dez minutos da cidade (...).⁶²

A entrevista não deixava de apresentar primeiramente Filinto de Almeida como chefe da casa, uma figura masculina presente no espaço onde surge a escritora e dona do lar. O marido atendia ao convidado com um “ar levemente imperioso”, enquanto a esposa “sorria cheia de bondade.” As contraposições entre figura masculina e feminina, em seu devido lugar, em cada um dos dois é constantemente reiterada no texto, não deixando espaço para uma visualização masculinizada de Júlia Lopes, como Marasquino nos mostrava ocorrer com algumas escritoras na opinião de homens mais intransigentes com a escrita feminina. Filinto de Almeida surgia também como cúmplice da esposa, além de admirador. A casa dos artistas estaria, então, aparentemente repleta de harmonia, como vemos na continuação do texto:

⁶² RIO, João do. *Op. Cit.* p.9-10. Grifo Nosso.

– Há muita gente que considera D. Júlia o primeiro romancista brasileiro.

Filinto tem um movimento de alegria.

– Pois não é? Nunca disse isso a ninguém, mas há muito que penso. Não era eu quem deveria estar na Academia, era ela.

Esse sentimento de mútua admiração é um dos encantos daquele lar. Filinto esquece os seus versos e pensa nos romances da esposa. Leva-a a certos trechos da cidade para observar o meio onde se desenvolverão as cenas futuras, é o seu primeiro leitor, **ajuda-a com um respeito forte e másculo.** D. Júlia ama os versos do esposo, quer que ele continue a escrever, coordena os volumes prestes a entrar no prelo. E ambos, nessa serena amizade, feita de amor e de respeito, envolvem os filhos numa suave atmosfera de bondade.⁶³

No momento dessa fala de Filinto de Almeida, a escritora não se encontrava presente para poder contradizer positivamente o marido.⁶⁴ Pela leitura podemos perceber que, muito mais do que negar as próprias habilidades, Filinto de Almeida estava enfatizando o apreço que tinha pela obra da esposa e ao mesmo tempo demonstrando o que João do Rio observaria da relação do casal, no parágrafo seguinte. A sintonia entre ambos fazia com que Filinto de Almeida colaborasse com a sua mulher, ajudando-a quando fosse preciso, acompanhando-a a lugares ou sendo o seu primeiro leitor, mas isso sem perder masculinidade em suas ações. O fim da entrevista nos leva mais uma vez nesse sentido. Questionada sobre qual seria seu romance preferido, Júlia Lopes responde:

(...) é a *Casa Verde*, porque foi **escrito de colaboração com o meu marido.** A *Casa verde* lembra-me uma porção de momentos felizes.

– Imagina eu fazendo romances! **Era porque ela queria.** [...]

D. Júlia sorri. [...]

Então, enquanto o tramway descia a montanha, com a visão daquelas duas horas embaladoras, eu pensei que o adeus perfumado das crianças fora como um resumo e símbolo daquele lar. Filinto dividiu o tempo entre o esforço material e o verso, para dar-lhes conforto. D. Júlia, a criadora genial, tem a doce arte de ser mãe.⁶⁵

⁶³ IBIDEM. Grifo Nosso.

⁶⁴ A questão sobre a presença de Filinto de Almeida na Academia Brasileira de Letras como um elogio a Júlia Lopes de Almeida que não pôde participar por ser mulher aparece em vários jornais da época, tanto quando Júlia era viva quanto em ocasião de sua morte. Segundo Fanini, Júlia Lopes nunca se pronunciou sobre a sua exclusão da academia e participação do marido. Sobre a afirmação de Filinto de Almeida no trecho mencionado, anos depois, em um depoimento, a neta do casal, Fernanda Lopes de Almeida, negou a ideia de que o avô dissesse que não merecia estar na Academia, mas que ele considerava que a esposa também deveria ter participado. Sobre a exclusão feminina na Academia ver: FANINI, Michele Asmar. *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 2009.

⁶⁵ IDEM. P.13.

Mais uma vez, a cumplicidade do casal; faziam um pelo outro. Júlia Lopes tinha a defesa de seus atos respaldada no próprio marido que, por ser homem, mas também uma presença pública, certamente tinha a opinião escutada e respeitada pelos seus pares. Além disso, como vemos na própria continuação do trecho acima, Júlia Lopes completava sua boa recepção através da figura de mãe. O lar de artistas estava bem equilibrado e Júlia Lopes, em momento algum, pelo texto, sobrepunha-se ao seu marido, no máximo andava ao seu lado, respaldada por ele.

A certo momento podemos sentir até mesmo alguma provocação da parte de João do Rio para a afirmação do posicionamento de Júlia Lopes sobre questões dos direitos das mulheres. Na entrevista ele não deixou de questionar a escritora sobre a causa feminista. Assim temos o trecho:

– E o feminismo, que pensa do feminismo?

Parece-me ver nos olhos de D. Júlia um brilho de vaga ironia.

– Sim, com efeito, há algumas senhoras que pensam nisso. No Brasil o movimento contudo não é grande. Acabo de receber um convite de Júlia Cortines para colaborar numa revista dedicada às mulheres. **Descanse!** Há uma seção de modas, é uma revista no gênero da *Femina*.⁶⁶

João do Rio nos dava a sua impressão: aos olhos dele havia “um brilho de vaga ironia” em Júlia Lopes quando questionada sobre o feminismo. Ela, contudo, não nos diz muito a respeito do tema, se esquivava a uma resposta direta. “Há algumas senhoras que pensam nisso”, ou seja, ela não se inclui nesse conjunto, mas também não diz objetivamente que está fora dele. Ao comentar que começaria uma nova colaboração em revista feminina, exclama: “descanse”, o que nos faz imaginar que ela saberia qual a melhor resposta naquele momento; o que o entrevistador esperava.

A entrevistada agia com cuidado naquele terreno nomeado “feminismo”. Na última década do século XIX já vinham sendo colocadas questões sobre o direito de igualdade entre os sexos, como, por exemplo, as manifestações pelo direito ao voto, que surgiram na *Gazeta de Notícias* no ano de 1891, já que, nesse ano, a constituinte excluiu as mulheres do exercício desse direito.⁶⁷ Não encontramos nenhuma manifestação de Júlia Lopes a esse respeito, o que, a propósito, também chegou a ser comentado pela *Gazeta de Notícias*, em um local pouco

⁶⁶ IDEM. P.12.

⁶⁷ O tema foi discutido pelo congresso, do fim de 1890 a fevereiro de 1891, e chegou-se a cogitar a participação, ainda que limitada, de mulheres nas eleições. Essas emendas, no entanto, acabaram sendo recusadas em votação. Ver: KARAWEJCZYK, Mônica. *O voto feminino na constituinte de 1891: primeiros trâmites legais*. Trabalho apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011.

propício para o tema. No meio de um artigo onde avaliava quanto se ganhava, na *Gazeta*, com a atividade literária, o autor, ao citar o nome de Júlia Lopes como uma colaboradora ilustre, complementou “que ainda não se manifestou sobre o voto feminino”.⁶⁸ Tampouco, encontramos, no período da última década do século XIX, algum texto onde Júlia Lopes se manifestasse sobre o feminismo, talvez por isso mesmo a insistência de João do Rio e do autor da *Gazeta*. Vale notar, no entanto, que entender que Júlia Lopes fugia da necessidade de se colocar sobre a questão feminista no fim do século, não significa que a problemática não fosse discutida por outras vozes. Não abordaremos a discussão do voto feminino na constituinte, pois fugiria ao nosso escopo sobre as formas de trabalho, no entanto, essa já é uma boa amostra de que as mulheres estavam sim colocando em foco outros problemas para o seu cotidiano, os quais não podemos ignorar ao analisar o posicionamento de Júlia Lopes de Almeida sobre o espaço de atuação da mulher.

O *Momento literário* é uma fonte importante por nos trazer um relato da própria autora sobre o trabalho profissional da mulher nas letras. Ainda assim, não podemos deixar de sublinhar o tom excessivamente idealista presente na entrevista de João do Rio. Pierre Bourdieu observa que as histórias de vidas tendem a construir uma linearidade, um conjunto coerente e orientado, como se houvesse a real possibilidade de se aplicar no cotidiano um projeto organizado que se reflete nas biografias, nos “já”, “desde pequeno”, “desde então”.⁶⁹ Segundo ele, essa forma de visualização se aplica tanto aos biografados, que podem acabar produzindo uma coerência artificial na sua história, quanto aos biógrafos. Nas citações do início do capítulo, temos lembranças de duas escritoras em homenagens a Júlia Lopes de Almeida, e em ambos os casos se ressalta o esplendor da obra da autora aqui estudada. Coerentemente, deve-se levar em conta a conjuntura da produção de tais documentos, não apenas desses, mas de todos os outros que ao prestarem-se a uma homenagem ou alguma instância de consagração estão inevitavelmente construindo uma imagem a ser apresentada do biografado. A nosso ver a tendência idealizadora é realmente preocupante quando colocada em trabalhos acadêmicos, que devem apresentar o cuidado de advertir sobre as diversas possibilidades que um texto biográfico pode ter.

Em sua análise sobre a representação biográfica de Júlia Lopes, Mirella de Abreu Fontes ofereceu um interessante caminho ao se utilizar das ideias de Bourdieu e tentar visualizar

⁶⁸ “Concurso Litterario”, *Gazeta de Notícias*, 10 de abril de 1890.

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” in: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Op. Cit.* P.184.

as ênfases dadas à biografia de Júlia Lopes como parte de um projeto, mesmo que inconsciente, para mostrá-la como uma pessoa destinada à carreira literária desde a infância. A autora também lembra aos seus leitores sobre os cuidados que o pesquisador precisa tomar com registros de memória que tendem a selecionar e hierarquizar fatos para dar a eles um conjunto orgânico de uma determinada situação.⁷⁰ Unimos a isso a possibilidade do entrevistado se calar diante de alguns assuntos que não ache propício para o momento.

No mesmo *Momento Literário*, a relação mãe/escritora surgia a todo instante, não apenas como uma interpretação de João do Rio, mas pela própria compreensão de Júlia Lopes sobre ser escritora. A seguir temos um dos trechos referentes a essa perspectiva:

Sou de muito pouca leitura. Era capaz de passar a vida toda lendo, mas **uma dona de casa não pode perder tanto tempo**. E até fico nervosa quando vejo livros por abrir. Seria tão agradável gastar a existência lendo!... **Quem entretanto cuidaria dos filhos, dos arranjos da casa?**

– Como faz os seus romances D. Júlia?

– Aos poucos, devagar, com o tempo. Já não escrevo para os jornais porque é impossível fazer crônicas, trabalhos de começar e acabar. Idealizo o romance, faço o canevas dos primeiros capítulos, tiro uma lista de personagens principais, e depois, hoje algumas linhas, amanhã outras, sempre consigo acabá-lo. Há uma certa hora do dia em que as coisas ficam mais tranquilas. É a essa hora que escrevo, em geral depois do almoço. Digo as meninas: – Fiquem a brincar com seus bonecos que eu vou brincar um pouco com os meus. Fecho-me aqui, nessa sala, e escrevo. Mas não há meio de esquecer a casa. **Ora entra uma criada a fazer perguntas, ora é uma criança que chora**. Às vezes não posso absolutamente sentar-me cinco minutos, e é nesses dias que sinto uma imperiosa, uma irresistível vontade de escrever...

– E apesar disso, diz Filinto, tem doze volumes publicados (...).⁷¹

Nas palavras de Júlia Lopes, a função de ser mãe/dona do lar estava sempre de encontro com outras atividades que ela, mulher, quisesse exercer. Percebemos no trecho a organização que ela propunha para poder unificar os seus interesses: ela organizava minuciosamente a ideia do romance antes de começá-lo, assim como organizava a casa antes de sentar-se para escrever. Podemos notar o aspecto de exemplaridade que Júlia Lopes possuía e reinvidicava. Ser esposa e mãe não era uma tarefa fácil, ainda assim, como enfatizava Filinto de Almeida, ela conseguira escrever 12 romances.

⁷⁰ FONTES, Mirella de Abreu. *Júlia Lopes de Almeida* – representações de uma mulher/escritora. Apresentado em: X Encontro Regional de História – ANPUH/RJ. História e Biografias – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

⁷¹ RIO, João do. *Op. Cit.* P.12

Alguns silêncios da organização do lar também puderam colocar em pauta outras possibilidades. No trecho surge a imagem de uma criada apenas para interromper a atividade de escrita de Júlia Lopes pedindo alguma informação. Logo depois, a criança que chorava. As duas situações nos dão a impressão que a mãe deixava a atividade extra de lado para organizar o que se passava na casa. Não aparece, por exemplo, a imagem de uma criada que cuidasse das crianças e, na realidade, desse para Júlia Lopes espaço para que, em silêncio e sem preocupação com o que ocorria com os filhos, pudesse escrever. Em todo momento de referência à casa, temos a sensação de presença da dona do lar, mostrando a necessidade de ela estar em todo espaço para que a organização se concretizasse.

Não podemos dizer que D. Júlia – como era carinhosamente referida nos jornais e nas palavras de alguns escritores próximos – não fosse extremamente cuidadosa com filhos e lar, contudo, enfoques e silêncios nos trazem a perspectiva do que deveria ser mostrado e indicado para os leitores e leitoras de então. Júlia Lopes angariava para si a imagem de exemplo da mulher republicana que unificava obrigações da casa – constantemente reiteradas como de grande importância para o desenvolvimento da burguesia da *belle époque* – e profissionalismo com o trabalho da escrita. Esse perfil marcou a imagem de Júlia Lopes como escritora quando observamos os comentários de críticos nas páginas da imprensa oitocentista ao se referirem à escritora ou aos seus livros. Da mesma forma, foi a imagem que Júlia Lopes defendeu em suas obras, quando em referência à atividade feminina.

1.2. A missão de Júlia Lopes de Almeida: a instrução feminina, a educação do lar

Como afirma Leonora De Luca, na década de 1890 Júlia Lopes de Almeida havia se tornado uma escritora consideravelmente consagrada.⁷² Entre 1888 e 1895 ela publicara três folhetins: “Memórias de Marta” entre 1887 e 1888, no *Jornal da Tribuna*, “A família Medeiros”, em 1891, e “Viúva Simões”, em 1895, na *Gazeta de Notícias*. Até o fim do século todos teriam edições em livro: *A família Medeiros*, 1ª edição no final de 1892 e 2ª em 1894, *Viúva Simões*, em 1897, e *Memórias de Marta*, em 1899.⁷³ Colaborava como cronista em *O*

⁷² DE LUCA, Leonora. *Op. Cit.* p.285

⁷³ Sobre *Memórias de Marta*, algumas pesquisadoras da autora acabaram cometendo uma confusão possivelmente por conta de uma nota que saiu, sobre a primeira edição, em uma 2ª edição sem data do início do século XX. Provavelmente um erro de impressão fez com que saísse o ano de 1889. Nas nossas pesquisas nos jornais, contudo, encontramos várias referências à obra no ano de 1899 como sendo a primeira edição do livro sob a mesma casa editorial, Casa Durski, que aparece na referência ao ano de 1889. Levando em conta o conhecimento da grande incidência de erro que as tipografias cometiam, somos levados a crer que a 1ª edição é de 1899. Conferir a imprensa do período: *Correio Paulistano*, 22 de maio de 1899, *Commercio do Amazonas*, 30 de julho de 1899, *O Commercio*

paiz e jornais voltados para o público feminino como *A Estação*, *A Família* e *A mensageira*, além de podermos encontrar vários contos seus reproduzidos por diversos jornais do país, assim como referências ao seu nome surgiam na imprensa como um exemplo de mulher-escritora,⁷⁴ mãe e esposa.

Pudemos ver na análise do texto de João do Rio o quão entranhado na imagem de Júlia Lopes estava a figura idealizada de mãe/esposa em consonância com a atividade de escritora. Essa construção, que acompanhava também a recepção dada por homens de letras às obras da autora, surgia do que podemos considerar um projeto de vida de Júlia Lopes de Almeida: a conscientização de suas leitoras para a importância da própria instrução e a sua influência na vida do lar. Como mostra Sônia Roncador, o início da república e a medicina deram um papel protagonista para as mulheres no novo projeto modernizador do país; elas eram as responsáveis por uma família bem cuidada, dentro dos preceitos higienistas, e bem-educada, fatores considerados essenciais para o bom desenvolvimento da pátria. Formava-se, assim, o ideal da “mulher doméstica”.⁷⁵

As referências à educação da mulher na obra romanesca de Júlia Lopes são inúmeras, contudo surgem com maior peso em suas crônicas. Podemos perceber que esse era o assunto considerado crucial pela autora, contudo não abarcava apenas um sentido literal de aquisição de conhecimento, mas todo um conjunto relacionado ao bom desenvolvimento da vida conjugal. Não por acaso, em 1897, quando foi convidada a escrever na nova revista feminina *A Mensageira* o tema apareceu em seu primeiro texto no número de abertura do periódico:

A mulher brasileira conhece que pode querer mais, do que até aqui tem querido; que pode fazer mais, do que até aqui tem feito. Precisamos compreender antes de tudo e afirmar aos outros, atados por preconceitos e que julgam toda liberdade de ação prejudicial à mulher na família, principalmente dela, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e do apoio seguro de uma educação bem feita. [...]

Uma mãe instruída, disciplinada, bem conhecedora de seus deveres, marcará, funda, indestrutivelmente, no espírito do seu filho, o sentimento da ordem, do estudo e do trabalho, de que tanto carecemos. Parece-me que são esses **os elementos do progresso e da paz para nações**.

de São Paulo, 7 de maio de 1899, *A Notícia*, 27 de maio de 1899, *A Estação*, 31 de março de 1893. Esse último lamenta o fato do folhetim não ter versão em livro em 1893.

⁷⁴ Os jornais do Oitocentos usavam o termo “mulher-escritora” ao invés de simplesmente escritoras. Trata-se de mais uma marca de gênero e de inclusão em um espaço que não lhes era reservado.

⁷⁵ RONCADOR, Sônia. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhas e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. Capítulo I.

Os pais não pesam essas responsabilidades e é frequente ouvirmos dizer: que sempre é mais barato e mais fácil educar as meninas do que os rapazes.

O assunto é tão melindroso, que eu o evito sempre, e se lhe toco hoje, é porque a índole especialíssima desse jornal a ele me chama com certa imposição e insistência.⁷⁶

O texto de Júlia Lopes não deixava dúvidas sobre aquilo que ela achava primordial para uma revista voltada para mulheres. A ideia de mãe instruída e progresso ganhavam, no novo momento político em que o Brasil se encontrava, o revestimento da modernidade e da mudança. O emprego efetivo de uma educação bem feita era visto como um elemento chave para o desenvolvimento real do país em tempos de república. Nessa primeira década da mudança de regime político, a credibilidade que os letrados davam para o novo governo os fazia acreditar que alcançariam, com ele, o desenvolvimento que a monarquia não havia alcançado.⁷⁷

Na verdade, desde a década de 1880 o discurso médico como incentivador da mulher como guardiã da casa e da saúde se desenvolvia na imprensa voltada para a educação feminina e materna. Nesse período, por exemplo, o jornal *Mãe de Família* tentava educar as mulheres para os cuidados com os filhos em uma relação direta com instruções médicas, pois o próprio proprietário e redator, Carlos Costa, era médico.⁷⁸ Começavam a ganhar forças as preocupações higienistas para a formação da criança e, conseqüentemente, a importância dos conhecimentos maternos. Desta forma, com a república, a educação da mulher tornou-se uma necessidade ligada às ações modernizadoras.⁷⁹ Como afirma Mari Celi Vasconcelos, em fins do século XIX

a infância não tinha, ainda, um estatuto próprio de cuidados, comportamento, sentimentos e ações e pouco a pouco a ideia de crianças boas e más [ia] dando lugar à concepção de indivíduos que poderiam ser melhorados e modificados através da educação, que parecia constituir-se, já naquele momento, no grande desafio de pais, mestres, médicos e políticos.⁸⁰

Como mulher de letras, Júlia Lopes de Almeida se imbuíu de parte dessa missão, escrevendo inúmeros trabalhos, entre manuais de instrução, romances e crônicas, instruindo e

⁷⁶ “Entre Amigas”, *A Mensageira*: revista literária dedicada a mulher brasileira. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1987. V.1 n.1 p.3.

⁷⁷ Na segunda edição de *A educação nacional*, em 1906, José Verissimo deu voz a sua desilusão com o sistema educacional da república, o qual ele acreditava que seria renovador no momento em que publicara a primeira edição daquela obra em 1890. In: VERISSIMO, José. *A educação nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906. A pesquisadora Jussara Parada Amed também assinala essa desilusão nas obras de Júlia Lopes no século XX. In: AMED, Jussara. *Op. Cit.*

⁷⁸ VASCONCELOS, Maria Celi. *A casa e seus mestres – a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

⁷⁹ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de romances – as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. Pp. 71-73.

⁸⁰ VASCONCELOS, Maria Celi. *Op. Cit.* P.248.

aconselhando mulheres da classe mais abastada sobre a importância da sua educação para a organização da família e bom desenvolvimento da infância de seus filhos.⁸¹ De forma muito cuidadosa a autora soube como angariar o respeito de ambos os sexos e se tornar uma voz verdadeiramente ativa entre o fim do século XIX e primeiras décadas do século XX. Em suas obras Júlia Lopes ensinava como ter uma perfeita organização do lar – estando nele incluso o relacionamento com o marido e a função materna. Ela defendeu assiduamente a educação feminina como uma forma de conscientização de sua posição dentro da família.

Júlia Lopes de Almeida conquistou um bem-sucedido papel no mundo letrado, o que lhe permitiu divulgar amplamente suas ideias nas casas burguesas através de seus livros. Essa boa aceitação, contudo, deveu-se à capacidade da autora de preservar a imagem da sua atividade profissional e familiar.

Ainda é interessante notar a maneira como a autora buscava evitar o papel de crítica. No texto acima ela diz evitar o assunto da instrução feminina por conta da dificuldade de discuti-lo, contudo, um ano antes, em 1896, ela publicara o *Livro das noivas*⁸², uma obra inteira recheada de instruções para as futuras mães de famílias, sem, de modo algum, deixar de lado o “melindroso assunto” da instrução da mulher. Talvez essas idas e vindas da autora fossem o que lhe desse a possibilidade de manter-se entre as necessidades femininas e masculinas da elite. Ela demonstrava não querer abrir uma discussão complicada dentro das casas das famílias, contudo o teor do próprio jornal impunha e insistia na inevitabilidade do assunto. É interessante observar que o teor de *A mensageira* não era tão diferente de muitos dos outros periódicos voltados para os interesses da mulher burguesa que circulavam em fins do século XIX. Seu formato poderia ser mais literário, formado por textos longos e recheado de crônicas, contos e ausente da tradicional seção de modas, mas ainda assim colocava em discussão assuntos que os outros periódicos do mesmo gênero abordavam.⁸³ Nesse momento, pós 1870, o tema da

⁸¹ RONCADOR, Sônia. *Op. Cit.*

⁸² A edição que tivemos acesso e utilizamos nessa dissertação é a de 1914, 3ª edição da obra.

⁸³ Sobre a revista *A mensageira* ver: DE LUCA, Leonora. *A mensageira: uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira*. Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1999. Por sua vez, Karine Oliveira aborda outro jornal feminino da mesma época, *A família*, publicado em 1888 onde mostra questões parecidas sobre os assuntos concernentes aos interesses femininos, como educação, criação dos filhos e uma certa individualidade. Vale lembrar que Josefina Alvares de Azevedo, editora-chefe desse último jornal, era assídua defensora do voto feminino, temática que aparecia em seu periódico. Infelizmente, nessa dissertação, não poderemos tratar de todas as diferenças e particularidades de cada folha voltada para o público feminino do fim do século. Sobre o jornal *A família* ver: OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josefina Alvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A família*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional: 2009.

educação feminina, das classes burguesas, surgia em todos eles.⁸⁴ Dessa forma, é fácil notar o exercício de retórica de Júlia Lopes de Almeida, ela efetivamente não evitava o assunto da educação feminina, mas a retomada do tema por essas vias dava, em suas palavras, um apelo de maior necessidade àquela fala.

O *Livro das Noivas*, obra onde a autora aborda vários assuntos que achava necessários para o conhecimento das jovens que se tornariam esposas e donas de um novo lar, é uma obra caracterizada como manual educativo. Segundo Magaldi tratava-se de uma obra de cunho nitidamente didático.⁸⁵ Assim, Júlia Lopes falava sobre cuidados com as roupas brancas, as melhores lavadeiras a se escolher, a supervisão dos criados, a educação dos filhos, os cuidados com os doentes, a ida aos bailes, a utilização de joias, a organização das mesas e cozinha, a melhor forma de lidar na relação com o marido e outros detalhes que ela via como relevantes para o cotidiano.

Nessa obra é nítida a intenção de ponderar na defesa de um dos lados da relação conjugal. Ao mesmo tempo em que a autora nota a discrepância dos papéis femininos e masculinos ela não parte apenas para a defesa da mulher; ela enfoca um meio termo, um jogo entre maiores direitos e manutenção da hierarquia do casal. Logo de início, a autora dava o tom da vida em matrimônio:

Não te resignes a ser em tua casa um objecto de luxo. A mulher não nasceu só para adorno, nasceu para a lucta, para o amor e para o triumpho do mundo inteiro!

Vivendo do coração exclusivamente, expomo-nos aos mais pungentes golpes. Foram para nós inventadas as dores mais crueis, foram-nos confiadas as mais delicadas missões.

A felicidade humana deriva do que vive sob a nossa responsabilidade. É a nós, como mães, que a patria supplica bons cidadãos; é a nós, quando esposas, que a sociedade exige o maior exemplo de dignidade e de moral. **Com a educação superficialissima que temos, não meditamos nisso, e levamos de continuo a queixar-nos de que é nulo o papel que nos confiaram...** Como poderíamos encontrar outro mais amplo e mais sagrado?

(...) É na adversidade que podemos conhecer se o nosso coração é forte ou pusilanime; não te deixes succumbir pelas eventualidades tristes, se com ellas topares, e fortifica com o teu carinho, **a tua resignação e a tua altivez**, a familia que o teu amor escolheu.

⁸⁴ BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel* – a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.

⁸⁵ MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa* – discursos pedagógicos destinados à família no Brasil. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

A tua fronte ilumina-se, vejo voltar o sorriso aos teus lábios. É que és mulher, tens alma, e compreendes quanto se deve **ser forte e serena** para traçar na terra um caminho largo e útil.

[...] A tua imaginação faz-te sonhar com doçuras infindáveis... e tê-las-ás, **se** bem compreenderes a tua missão de esposa e mãe.⁸⁶

A primeira frase do trecho ganha seu verdadeiro sentido apenas com a continuação da leitura dos parágrafos seguintes. Para ter completa consciência do seu papel como mãe e esposa, a mulher não deveria se ver com simples objeto de luxo dentro de uma casa. Era esse papel que acabava sendo diminuído pelas mulheres sem instrução suficiente para entenderem como era importante para a família a função educacional das mães. Ou seja, a autora parte do princípio da educação da mulher para o outro e não para ela mesma. Efetivamente, para Almeida, a mulher dentro do lar era aquela que sempre deveria ceder pelo bem da família como um todo. A oposição de palavras como “forte” e “serena”, “resignação” e “altivez” mostrava que, de certa forma, a mulher tomaria para si todos os papéis. Quando fosse necessário seria forte para passar pelas adversidades da vida, porém em outros momentos saberia se resignar. E, por fim, vemos que a felicidade da esposa estava condicionada à compreensão do seu papel de esposa e mãe.

A relação idealizada entre o esposo e a esposa parece ganhar vida na crônica “Da sala à cozinha”, também presente no *Livro das Noivas*. Júlia Lopes descrevia uma suposta visita que fizera a um casal de amigos. A anfitriã, Anita Mendes, apresentava toda casa para a visitante, que, em sua descrição, enfocava o frescor do local, a cor das paredes e azulejos, o material com que eram feitos os armários e até mesmo as panelas. Quando chegaram ao escritório, Anita Mendes explicou:

Meu marido tem muito methodo e muita ordem.

Gosta de estudar e de ler em socego. Esta sala demonstra isso mesmo. Tudo aqui é solido, simples, fresco e elegante... Tem os livros catalogados; **ajudei-o nessa tarefa, muito contente por auxiliá-lo e ouvir-lhe as explicações que me dava d’este ou d’aquela auctor.**

Nesta estante estão só livros de engenharia e alguns aparelhos cujos nomes não decorei. Nesta estão os classicos, começando por Camões, já se vê, **o grande Camões, que eu não comprehendia e que meu marido me tem ensinado a amar.** [...] ⁸⁷

⁸⁶ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das noivas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914. (3ª edição) pp.13-14.

⁸⁷ IDEM, p. 155

Esse trecho ressoa um pouco o aprendizado que Júlia Lopes de Almeida descrevia de si em “Um lar de artistas” quando questionada pelo entrevistador sobre sua formação literária:

Começa logo com uma pergunta complexa a respeito de formação literária. **Tive duas criaturas que a fizeram – meu pai e meu marido.** Em solteira **meu pai dava-me livros portugueses – o Camilo, o Júlio Diniz, Garret, Herculano.** Já publicara livros quando casei, e só depois de casada é que **li, por conselho do meu marido, os modernos daquele tempo – Zola, Flaubert, Maupassant.**⁸⁸

Nas duas cenas podemos notar o aprendizado das esposas por meio da responsabilidade das figuras masculinas que deviam guiar o conhecimento feminino – o pai e o marido. Júlia Lopes não advogava a causa do desconhecimento feminino, contudo havia uma clara hierarquia de erudição. As mulheres que tivessem o que aprender com o marido transmitiam, nas palavras dela, segurança em suas vidas. Temos então a impressão de que, para a autora, ao mesmo tempo em que as moças deveriam ser bem instruídas elas não precisariam saber tanto quanto o sexo oposto. Os chefes de família aprenderiam mais, contudo, essa perspectiva não seria negativa a partir do momento em que o marido poderia auxiliar a esposa no conhecimento que lhe faltasse.

Concordamos com Ana Maria Magaldi ao mostrar que Júlia Lopes defendia a educação feminina, contudo sendo ela um processo bem controlado. A leitura, por exemplo, deveria ser estimulada, contanto que fosse de livros morais ou educativos para a função de mãe e esposa.

⁸⁹ Na crônica intitulada “Os livros”, aparece com clareza essa preocupação com a boa leitura:

A estante de uma mulher de espirito e de coração, isto é, de uma mulher habilitada a apprehender e conservar o que ler; que souber que isso a instrue, a torna apta para dirigir a educação dos filhos, dando-lhe superioridade e largueza de vistas; a estante de uma mulher inteligente e cuidadosa, que ama os livros, não como mero adorno de gabinete, mas como uns mestres sempre consoladores e sempre justos, essa estante é um altar onde seu pensamento vae, cheio de fé, pedir amparo numa hora de desalento, e conselho em um momento de duvida.

E o doce Michelet, o santo Michelet virá illuminar sua idéa escura; ele lhe dirá: *La femme est-un autel; la femme est une école*; e mostrar-lhe-á como e porque é um altar, como e porque é uma escola. Depois d’essa exposição, ella ha de comprehender com maior lucidez e alegria os seus deveres de esposa e os seus deveres de mãe!

Spencer, Edgar Quinet, todos os que se curvaram para as crianças com um beijo ou uma esmola; todos os que apontaram á mulher o caminho da

⁸⁸ RIO, João. *Op. Cit.* p.12

⁸⁹ MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Op. Cit.* P. 39.

justiça, do amor e do bem, d'ahi a guiarão através dos labirintos traidores da vida, sem hesitação nem temores.

Apprender para ensinar! Eis a missão sagrada da mulher.⁹⁰

Como podemos ver, a missão sagrada da mulher possuía instrutores específicos para que as leitoras e “amigas” de Júlia Lopes não se perdessem. Em um primeiro momento, por uma leitura mais desavisada, pode-se ter a impressão de uma defesa da liberdade e instrução da mulher para um maior trânsito social. Se, contudo, observamos o tom e a insistência em determinados pontos em contraposição ao simples passar por outros assuntos, percebemos que de fato o pensamento da autora estava muito vinculado à relação familiar.

Por outro lado, essa preocupação com a qualidade das leituras talvez também nos possa revelar diferentes aspectos da sua obra como contista e romancista. Como ocorria na época entre os intelectuais, Júlia Lopes dividia a literatura entre romances de leitura fácil e não instrutiva e obras de conteúdo verdadeiramente artístico e social.

Em suas obras, Júlia Lopes soube dividir muito bem os temas tratados. Em livros como o *Livro das Noivas*, ou ainda o *Livro das Donas e Donzelas*, de 1906, a autora enfatizava a moral e as obrigações das mulheres de maneira leve e educativa. Contudo, como romancista e contista, tentava sempre se superar na abordagem dos temas literários que, se não podemos dizer estarem completamente ligados a alguma escola, não deixava de ter muitos traços das questões literárias e sociais do período de atuação da autora. O discurso de Júlia Lopes, contrário a leituras consideradas fúteis e improdutivas como Montepin e Ponson du Terrail⁹¹ nos mostra sua própria intenção como autora ficcional. Nesse sentido, o conjunto de sua obra revela considerável audácia e, de certa forma, mais um momento em que ela se contradiz na representação da feminilidade ideal.

Ao lermos as suas obras de ficção fica difícil acreditar que suas leituras fossem feitas principalmente para a educação dos filhos e o bem-estar da família em geral. Parece-nos interessante, sobre isso, citar os comentários do Frei Pedro Sinzig que, em 1915, organizou um dicionário para as boas famílias saberem, de modo fácil, quais obras ele consideraria imorais. No livro chamado *Através dos romances: guia para as consciências*, ele assim falava de alguns romances de Júlia Lopes:

A falência [1901]: romance mundano, de costumes cariocas. Descreve e põe a nu muitas chagas sociais, [...] não recomendamos a leitura.

⁹⁰ ALMEIDA, Júlia Lopes. *Op. Cit.* P.38-39.

⁹¹ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. Cit.* P.37.

Silveirinha [1914]: Homens que procuram dinheiro a todo transe e mulheres que se divertem igualmente a todo transe. É este o conteúdo do romance. Em toda a sociedade aí apresentada há uma única pessoa simpática. O livro é uma ofensa à igreja católica. **Parece incrível ser ele escrito por uma senhora!** Chega a repugnar!

Viúva Simões [1896]: Não falta inconveniências.⁹²

Sem considerar o valor literário das obras, Pedro Sinzig elencou vários autores consagrados como autores perniciosos para a boa moral cristã. Na sua atividade de romancista, Júlia Lopes não se prendia ao paradigma do feminino, pelo contrário focava na estética literária para construir seus romances. De maneira alguma poderíamos dizer que Júlia Lopes deixou de levar em conta as relações familiares e defender sua política de organização do lar, contudo sua obra ficcional não se resumiu a isso. Como afirma Paramed, “Frei Pedro [Sinzig] não se enganou ao verificar que Júlia [Lopes] descrevia em suas obras uma sociedade permeada pela frivolidade, imediatismos, ateísmos, mundanismo e outros ismos”.⁹³

Temos em suas obras do fim do século um notável tom de denúncia para a situação da mulher dentro do lar, muitas vezes submetida à brutalidade ou indiferença masculina, unida a preocupações da estética literária de então. Segundo a própria autora, somente o conto “Os Porcos” e *A família Medeiros* foram obras à *clef*, ou seja, baseada em situações reais de que ela tivera conhecimento. Contudo, todas suas obras revelam um grande cuidado de observação do real para sua representação literária. *Memórias de Marta* mostrava com cuidado a vida de uma viúva sem recursos, que precisava criar sozinha sua filha;⁹⁴ *A família Medeiros*, como veremos nos próximos capítulos, possui notável observação de situações ocorridas em fins da escravidão; segundo comentário da época, a *Viúva Simões* era um retrato fiel da vida fluminense.⁹⁵

Talvez por esses aspectos, ela tenha participado de uma brincadeira na imprensa da época com a publicação folhetinesca de *A viúva Simões*. Assim como fizera com a publicação de “Filomena Borges”⁹⁶, de Aluísio de Azevedo, a *Gazeta de Notícias* estimulava os leitores a acreditar na real existência da viúva Simões, nome que surgia também em outras folhas como *O paiz* e a *Revista Ilustrada*. De modo a instigar a leitura do folhetim, a narrativa nem mesmo

⁹² SINZIG, Pedro. *Através dos romances: guia para as consciências*. APUD: AMED, Jussara. *Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – USP, 2010. P.128. Grifo nosso.

⁹³ AMED, Jussara. *Op. Cit.* P.129.

⁹⁴ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Memórias de Marta*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

⁹⁵ *Gazeta de Notícias*, 1 de dezembro de 1897. P.2

⁹⁶ LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2015.

foi publicada no formato tradicional no rodapé do jornal. Possivelmente para aguçar a ideia de realidade, o romance fora publicado no formato das colunas do periódico.

O citado conto “Os porcos” e “A Caolha”, também foram duas histórias curtas muito elogiadas e comentadas nos jornais do período. Os dois buscavam tratar da questão da maternidade de maneira crua, voltada para uma ideia realista-naturalista.⁹⁷ A caolha narrava a história de uma mulher pobre e feia, desgastada pelo trabalho excessivo, e tendo como principal deformação a falta de um olho; uma ferida constantemente aberta:

O seu aspecto infundia terror às crianças e repulsão aos adultos; não tanto pela altura e extraordinária magreza, mas porque a desgraçada tinha um defeito horrível: haviam lhe extraído o olho esquerdo; a pálpebra descera mirrada, deixando, contudo, junto ao lacrimal, uma fistula continuamente porejante.

Era essa pinta amarela sobre o fundo denegrido da olheira, era essa destilação incessante de pus que a tornava repulsiva aos olhos de toda gente.⁹⁸

A única alegria da infeliz “caolha”, como passou a ser chamada maldosamente pelas pessoas que a conheciam, era seu filho Antonico. Contudo, esse, que em criança a amava sem ressalva, com o passar dos anos começava a sentir aversão pela deformação da mãe e com o tempo, raiva da vergonha social que recaía sobre ele por ser “filho da caolha”. A narradora vai mostrando a mudança e afastamento de Antonico com a mãe, conforme ele crescia, e a perda sucessiva do afeto filial em pequenos gestos; o beijo no rosto, passava a um simples beijo na mão, para evitar o asco da aproximação da ferida ocular.

Por fim, a narrativa volta-se contra o desapego do filho, quando este pretendia sair de casa e abandonar a mãe, ao revelar que foi ele o culpado pela ferida materna. Apesar do desfecho moralizador, a descrição minuciosa da personagem marcava pela busca da estética realista-naturalista, desenvolvida por grande parte dos literatos do período. São abordados na narrativa a questão do amor e gratidão filial, o preconceito e escárnio social baseados na imagem deteriorada da mulher. Como afirma Maria Beatriz Zanchet, o conto constrói-se por meio do olhar: “o olhar social [que] aproxima e afasta, integra e desintegra, aceita e rejeita.”⁹⁹

Em “Os porcos”, conto que recebeu o primeiro lugar em um concurso literário da *Gazeta de Notícias*, a autora retorna à figura materna, porém nesse momento colocando em pauta a

⁹⁷ ZANCHET, Maria Beatriz. “Tradição e vanguarda na escritura de Júlia Lopes de Almeida”. *Revista Trama*, volume 2, número 4, 2º semestre de 2006. Pp.143-154.

⁹⁸ ALMEIDA, Júlia Lopes de. “A Caolha” in: MORICONI, Ítalo. *Os cem melhores contos brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. P.49. Apesar de ter saído em uma coletânea da autora no século XX, no livro *Ánsia Eterna*, há referências ao conto desde a década de 1890, na imprensa.

⁹⁹ ZANCHET, Maria Beatriz. *Op. Cit.*

possibilidade do amor materno em contraposição à desonra de mulheres enganadas por homens da elite. O conto focava-se apenas em uma personagem e seu conflito interno diante da maternidade indesejada:

Quando a cabocla Umbelina apareceu grávida, o pai moeu-a de surras, afirmando que daria o neto aos porcos para que o comessem.

O caso não era novo, nem a espantou, e que ele havia de cumprir a promessa, sabia-o bem. Ela mesma lembrava-se, encontrara uma vez um braço de criança entre as flores douradas do aboboral. Aquilo, com certeza, tinha sido obra do pai.

Todo o tempo da gravidez pensou, numa obsessão cruelíssima, torturante, naquele bracinho nu, solto, frio, resto dum banquete delicado, que a torpe voracidade dos animais esquecera por cansaço e enfartamento.

Umbelina sentava-se horas inteiras na soleira da porta, alisando com um pente vermelho de celuloide o cabelo negro e corredio. Seguia assim, preguiçosamente, com olhar agudo e vagaroso, as linhas do horizonte, fugindo de fixar os porcos, aqueles porcos malditos, que lhe rodeavam a casa desde manhã até a noite.¹⁰⁰

A expectativa do texto já dava suas formas desde os primeiros parágrafos. A personagem aparece grávida do filho do patrão, como o leitor vem a descobrir nos próximos parágrafos. Esse, contudo, ignora a gravidez da cabocla que, como esperado da época, não encontrou apoio familiar. Diante da situação sem retorno, Umbelina apenas remoía a proximidade da tragédia com o nascimento do filho; a falta de apoio paterno e o descaso do amante não deixavam enxergar nenhuma outra possibilidade.

Assim como “A caolha”, o foco da narrativa era a descrição e a imobilidade da mulher diante da situação em que se encontrava. Próxima ao momento do parto, Umbelina sai de casa, no meio da madrugada, e vaga na mata em direção à casa do patrão. Sem poder social para obrigar o amante a responsabilizar-se pelo filho, ela passa a desejar apenas o desnudamento da verdade – iria matar o filho aos pés daquele que não o protegeu:

A sua ideia era ir ter o filho na porta do amante, mata-lo ali, nos degraus de pedra, que o pai havia de pisar de manhã, quando descesse para o seu passeio costumado. (...)

Ai! Iam ver agora quem era a cabocla! Desprezavam-na? Riam-se dela? Deixavam-na atoa, como um cão sem dono? Pois que esperassem! E ruminava seu plano, receando esquecer alguma minúcia.

Deixaria mesmo a criança viver alguns minutos, fa-la-ia mesmo chorar, para que o pai lá dentro, entre o conformo de seu colchão de paina,

¹⁰⁰ ALMEIDA, Júlia Lopes de. “Os porcos”. In: *Ânsia Eterna*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903.

que ela desfiara cuidadosamente, lhe ouvisse os vagidos débeis e os guardasse sempre na memória, como um remorso.

Ela estava perdida. Em casa não a queriam; a mãe renegava-a, o pai batia-lhe, o amante fechava-lhe as portas... e Umbelina praguejava alto, ameaçando de fazer cair sobre toda a gente a cólera divina!¹⁰¹

Ao perder a virgindade e engravidar, a personagem perdeu o espaço que possuía. A narradora mostrava o risco que as moças corriam caso se submetessem aos desejos de um homem. Porém, apesar de termos essa vertente subentendida no contexto, não é sobre ela que a narrativa foca. O foco, parece-nos, estava no abandono da mãe com seu filho. A criança não possuía futuro: “Guardar a criança... mas como? O seu olhar interrogava em vão o horizonte frouxelado de nuvens”.¹⁰² Ao lado disso, o filho do patrão surgia constantemente tratado como o pai da criança que iria nascer e não apenas como o homem que a fez perder a honra. A narradora não retirava a culpa do pai, que deveria, pelo menos no plano da intenção de Umbelina, viver com o remorso da morte da criança. Porém, há ainda nesse desejo um desapego do sentimento da maternidade, que começa a transformar-se quando, a meio caminho da casa dos patrões, a cabocla dá a luz à criança. A cena, recheada de detalhes do parto sem nenhum auxílio, parece intentar uma aproximação com a benevolência do leitor. Em seguida ao nascimento, a jovem passa a desejar que o amante aparecesse na janela e reconhecesse o filho com amor, assim como ela.

O pai, contudo, não aparece, a cabocla perde as forças diante do imenso esforço que empreendeu ao sair da casa paterna e percorrer o longo trajeto até quase as portas do patrão. Aflita, ela deseja proteger o filho, salvá-lo, no entanto, o destino dado pelo próprio pai parece persegui-la, e antes de morrer vê uma porca vagar com o filho entre os dentes.

De fato, é interessante notar a capacidade de Júlia Lopes de Almeida lidar com esse jogo do suposto lugar da mulher na sua época. Temos a impressão de que em seus romances e contos a autora não se limitava em suas críticas sociais e de gênero, como ocorria nas crônicas. Como percebemos no conto “Os porcos”, a autora sabia colocar tintas escuras e nada poéticas em suas histórias de ficção, trazendo para suas páginas o lado mais frívolo e cruel da sociedade. Ao mesmo tempo, temos a impressão de que ela reconhecia a dificuldade de mudar esse meio social no qual vivia e, por isso, adaptava-se e ensinava as mulheres a adaptarem-se.

Por isso mesmo consideramos que a sua obra deve ser lida com cautela e um pouco de desconfiança. Desde cedo Júlia Lopes alcançou um lugar de mérito entre seus pares e por conta

¹⁰¹ IDEM.

¹⁰² IDEM.

disso haveria limites aceitáveis de suas atitudes para uma boa imagem pública. Como vimos até aqui, a autora tinha uma ideia clara do que ela considerava trabalho para mulheres. Existiu, por parte de Almeida, uma forte intenção de valorizar o trabalho da casa, espaço por excelência da mulher, principalmente dentro do imaginário do espaço ideal da mulher da elite. Segundo ela, sem a mão cuidadosa e imperiosa da patroa, o serviço doméstico não se desenvolveria da maneira correta.¹⁰³ Seria, contudo, apenas essa a possibilidade profissional¹⁰⁴ dentro do horizonte de expectativas de uma mulher de posses até 1900?

A maneira como Júlia Lopes lidou, e não lidou, com a questão mais ampla do trabalho feminino em sua época é um bom parâmetro para analisarmos a intensidade de sua defesa dos direitos da mulher de posses. Em contraposição a outros discursos do mesmo período a respeito desse tema, podemos pensar de maneira mais segura o que poderia ser o feminismo em finais do século XIX.

1.3. Profissionalização da mulher – ausências de Júlia Lopes de Almeida

A discussão sobre os caminhos da educação infantil perpassou todo o século XIX. Maria Celi Vasconcelos expõe como se deu, durante o Oitocentos, a lenta transferência da responsabilidade do ensino infantil da casa para o Estado. Segundo a autora, o ensino guiado por mestres dentro dos lares, principalmente entre as famílias de elite, era o meio predominante de instrução infantil, normalmente feito através de mestres vindos da Europa.¹⁰⁵ A própria autora Júlia Lopes de Almeida fora educada em casa, pela mãe e pela irmã mais velha Adelina Lopes.¹⁰⁶

A insistência pública para uma organização de escolas sob a sua administração deu maior espaço, nos periódicos de finais do oitocentos até o início do novecentos, para o debate sobre as formas como a educação doméstica influenciava no desenvolvimento dos pequenos e quais seriam as melhores formas de proceder com essa educação. Inevitavelmente, a discussão envolvia as mulheres e mães. No debate de quem deveria ser preparado para a educação das

¹⁰³ Roncador analisa longamente o trabalho da patroa e da empregada dentro da obra de Júlia Lopes. Ver: RONCADOR, Sônia. *Op. Cit.*

¹⁰⁴ Afinal, com seus discursos Júlia Lopes estava defendendo a ideia de que a mulher exercia sua profissão dentro do lar, sendo mãe e dona de casa, atividade essencial para o bom desenvolvimento da família. Esse aspecto da defesa feita por ela, sobre o papel da mulher dentro do lar, já corrobora a nossa defesa do próximo tópico do capítulo. Afinal, como poderia uma mulher exercer o papel ideal dentro da casa, se trabalhasse fora do ambiente doméstico?

¹⁰⁵ VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *Op. Cit.* Pp. 267-275.

¹⁰⁶ AMED, Jussara. *Op. Cit.* P.96.

crianças burguesas, as mães passavam a surgir, para uma grande parte dos críticos, como a figura ideal para ensinar os filhos.¹⁰⁷ Os jornais argumentavam que se a casa era o primeiro espaço da educação infantil, por conta disso, cabia às mães estarem devidamente preparadas para cumprirem o dever nacional de educar os futuros cidadãos do país.

No romance *A família Medeiros*, Júlia Lopes passou pela temática da educação, como visto, considerada um ponto crucial da formação feminina para a autora. No livro, cujo enredo transcorre entre 1887 e 88, as jovens mulheres da casa eram instruídas por uma mestra. A alemã, Madame Grüber, fora contratada pelo comendador Medeiros, chefe da família, para educar suas filhas em casa, principalmente Noêmia, a mais nova. Logo no início do romance, quando a mestra vai ser apresentada para o protagonista, Otávio, que acabara de voltar da Europa, podemos perceber algumas sutilezas sobre a educação feminina no ambiente de uma fazenda do interior de São Paulo. Segundo a narradora, durante seu jantar de boas-vindas, “Octavio foi apresentado à mestra de Noêmia, Mme. Grüber. **Os servos e mesmo a dona da casa simplificavam-lhe o nome chamando-a madama, simplesmente**”.¹⁰⁸

Assim como os escravos, a dona da casa não se dirigia a alemã pelo nome; preferia simplificá-lo para uma maneira mais popular: “madama”. No decorrer da narrativa a simplicidade da educação da mãe da família ficava ainda mais proeminente, enfatizando que ela fora criada apenas para desenvolver os serviços domésticos braçais, relacionados puramente com a organização do espaço. A representação dessa personagem, sem voz e sem nome, em contraposição com a mocinha da narrativa, Eva Medeiros, era uma crítica feita pela autora à ignorância feminina.¹⁰⁹

A presença da preceptora apontava ainda uma tendência da época. Desde os últimos anos da monarquia, vinha aumentando o número de ofertas de professores particulares nos jornais. Alguns destes manifestavam seu especial interesse em se mudarem para fazendas, para fazerem a educação dos filhos de fazendeiros, tendo em vista a boa remuneração que receberiam.¹¹⁰ Esse número de preceptores aumenta ainda mais com o início da república¹¹¹, o que nos leva a crer que Júlia Lopes possivelmente levou isso em conta quando colocou essa forma de educação em seu romance. Como veremos no último capítulo, a autora estava sempre muito atenta à dinâmica da sociedade para descrevê-la em seus livros. Apesar do número de

¹⁰⁷ IDEM. P. 249-263.

¹⁰⁸ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A família Medeiros*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. P.58. Grifo nosso.

¹⁰⁹ Uma análise detida desse romance será apresentada no próximo capítulo.

¹¹⁰ VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *Op. Cit.* Capítulo 1.

¹¹¹ IDEM. *ibidem*.

preceptores do sexo feminino ser maior, havia também a oferta e procura de homens para o ensino dos jovens, crescendo, no início da república, a busca por aqueles que fossem estrangeiros.¹¹² No romance, a educação não aparecia apenas pela presença da professora alemã. O americano, Dr. Morton, que no decorrer da história surge principalmente como um conselheiro de Otávio, havia sido, no passado, o preceptor de Eva e seu irmão adotivo, Paulo. O mesmo Dr. Morton fora quem indicara Grüber para o ensino das jovens filhas do coronel Medeiros. Essa prática, no entanto, deve ser apontada também como uma manutenção de status social, já que era uma possibilidade apenas das famílias mais abastadas. No romance, por exemplo, a presença da alemã pode ser facilmente identificada pelo status, já que nem a mãe das meninas, nem o coronel Medeiros possuíam instrução ou valorizavam efetivamente a possibilidade do ensino.

Como afirma Vasconcelos, a concepção da mãe como melhor educadora dos filhos vai se ampliando para um conceito generalizado da delicadeza feminina como ideal para a educação das crianças. Esse pensamento, apesar de possuir vozes dissonantes, começava a transformar o magistério em uma profissão aceitável e mesmo natural para o domínio feminino.¹¹³

No romance *Memórias de Marta*, Júlia Lopes traz a concepção do magistério para o desenvolvimento pessoal e intelectual da protagonista. Moradora de um cortiço carioca na infância, Marta conta a história de sua vida ao lado de sua mãe, uma mulher pobre que vivia do trabalho braçal. Para fugir do triste destino de sua progenitora e também por incentivo da mesma, Marta dedica-se aos estudos e se torna professora. Temos assim, na ficção da autora, mais uma vez, o reconhecimento da importância da educação, também como uma possibilidade de ascensão social.¹¹⁴ Contudo, observando bem as obras de Júlia Lopes da década de 1890 e início do século XX, notamos um detalhe em relação à argumentação sobre a educação e sua utilização. Ao mesmo tempo em que Júlia Lopes sempre defendia a instrução feminina, a utilização desse conhecimento como um meio de profissionalização só se tornava visível quando essas mulheres não possuíssem outras condições ou apoio masculino. Marta era órfã de pai desde a infância e só possuía sua mãe como família.

¹¹² IDEM. *ibidem*.

¹¹³ VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *Op. Cit.* p.263-265, e LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: DEL PRIORI, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. Segundo Leric Garzoni essa transformação do magistério em profissão feminina alcança sua legitimidade já na década de 1910, quando a profissão passa a poder ser utilizada como uma ofensa quando desempenhada por homens. Ver: GARZONI, Leric de Castro. *Op. Cit.*

¹¹⁴ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Memórias de Marta*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2007.

A passagem do Império para a República, se não trouxe todos os resultados esperados na questão da educação,¹¹⁵ ao menos ampliou as possibilidades de estudos dos potenciais alunos e alunas. Levando em conta os anúncios e avisos publicados na *Gazeta de Notícias* dos dois primeiros anos da década de 1890 podemos perceber um comparecimento das mulheres em alguns ramos profissionais, principalmente o magistério, assim como uma ampla divulgação das várias formas de educação que Vasconcelos mostrou estarem em disputa durante o Império. No corpo do jornal encontramos reiteradamente avisos sobre novas localidades onde seriam abertas escolas na província do Rio de Janeiro e quem seriam os professores responsáveis:

Foram declaradas mistas a escola (sic) para o sexo feminino do Corrego do Prata, no Carmo, e a do sexo masculino de Santo Antonio de Padua, sendo nomeada para reger a ultima, a professora effectiva; D. Senhorinha Martins de Oliveira. Foi tambem declarada mista a escola do Rio dos Indios, no Rio Bonito, sendo nomeada para regel-a a professora D. Maria de Mericia Quaresma de Moura.¹¹⁶

*

Foram criadas duas escolas em S. Benedito da Passagem, em Cabo Frio, sendo uma para o sexo feminino e outra para o masculino, devendo ser regidas, a primeira pela professora D. Engrancia Francisca da Gama, e a segunda pelo professor Candido de Alcântara Pacheco.¹¹⁷

Pela leitura do jornal, a convivência de um sistema de ensino dado tanto por professoras particulares quanto por escolas é nítida nessa última década do século XIX, assim como a exigência por parte de pais de famílias desfavorecidas por criações de mais escolas nas regiões próximas às suas casas:

Sant'Ana dos Tocos – ao Sr. Governador do Rio de Janeiro

Ha muito que reclamamos a reabertura da escola publica do sexo feminino, pois que, nas trevas da ignorancia crescem as nossas filhas, porem até hoje não fomos atendidos. Esperamos que V. Ex. volva os olhos para o numero de quarenta e tantas meninas que na sede d'esta freguesia e seus arredores, esperam a luz que se deve iluminar nessa vida, afim de que façam jus á vida futura. Pedimos a V. Ex. a reabertura dessa escola para que pressurosos corramos a matricular nossas filhas, pois na maioria somos pobres e não podemos comportar com essas despesas para educação delas.¹¹⁸

*

Foi marcado para 2 de março do corrente a reabertura das aulas do curso noturno gratuito para o sexo feminino, estabelecido no Ginasio

¹¹⁵ VERISSIMO, José. *Op. Cit.* “Introdução”.

¹¹⁶ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1890. P.1

¹¹⁷ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1890. P.2

¹¹⁸ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1891. P.2

Nacional, instituição que tem prestado os mais valiosos serviços á difusão do ensino.¹¹⁹

*

Precisa-se de uma professora que ensine perfeitamente o portugues, frances, piano e trabalhos de agulha, para V. Redonda, casa de uma familia de tratamento; para tratar dirija-se á Rua de S. Bento n.18 das 12 às 13 horas.¹²⁰

Quase todos os dias, na seção de anúncios do jornal podemos encontrar oferecimento ou requerimento de professores, principalmente do sexo feminino. Na *Gazeta de Notícias* além das divulgações de professoras, e mesmo diretoras de escolas, encontramos ainda várias notas informativas sobre mulheres que trabalhavam nas agências do correio, para quais regiões foram nomeadas ou transferidas.¹²¹

Em uma pequena passagem do *Livro das Noivas*, Júlia Lopes sustentava a profissionalização da mulher, depois de ter percebido a falta que lhes fazia:

Convenci-me hoje de que todas as mulheres devem ter uma profissão.

Conheço duas senhoras desgraçadas. Uma ficou orphan, a outra viuva, e nenhuma está habilitada a bem ganhar a vida. Lembrei-lhes o commercio. Não sabem contabilidade. Lembrei-lhes a typographia, a telegraphia, a gravura, a pharmacia, mas de que expedientes hão de valer para sustentar a familia enquanto estudem?

Este exemplo fez-me tremer. Se eu tiver filhas... Por Deus! Que hei de prepará-las para poderem vencer estas difficuldades!¹²²

Incoerentemente, esse trecho surge na passagem “Notas de uma ménagère”, onde a autora apresentava pequenas indicações sobre a higiene da casa. Ao observarmos a organização do livro, é lícito nos perguntarmos por que ela não encaixou o trecho em meio às discussões sobre a educação feminina. Mesmo que o assunto não tivesse surgido no momento oportuno, quando ela tratou da educação, por que não prolongou o texto, não o discutiu mais detidamente como outros assuntos?

Apesar das citações profissionais da autora no trecho acima não vemos em nenhuma outra de suas obras do período uma relação com o mundo profissional, além de Marta como professora. Em *A falência*, de 1901, após o suicídio do marido, Camila e as outras mulheres da

¹¹⁹ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1891. P.1

¹²⁰ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1891. P.3

¹²¹ Essas nomeações foram verificadas principalmente de outubro a dezembro de 1891 na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

¹²² ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das noivas... Op. Cit.* P.128.

família tiveram que aprender a construir um caminho para sustentarem-se, forçadas pela situação em que a família se encontrava depois de perderem seus bens.

Apesar de Júlia Lopes de Almeida restringir-se a poucas palavras sobre a profissionalização feminina, as nossas leituras de alguns periódicos onde a autora colaborou nos fez perceber que o seu silêncio era devido a um posicionamento e não uma ausência do debate na época. Vale lembrar que as mulheres haviam conquistado o direito de ingressarem no ensino superior em 1879.¹²³ A revista *A mensageira*, transcreve em 1897, artigo de Maria Amália Vaz de Carvalho, publicado originalmente no *Jornal do Commercio*:

... contra o *feminismo* no que ele tem de odioso e cínico, a favor do *feminismo* no que ele tem de justo e simpático. Questão complexa a tal questão do *feminismo*, que é necessário subdividir e esclarecer.

Há quem peça simplesmente para a mulher algumas alterações na lei, que lhe permitam uma ação mais livre na esfera econômica em que hoje se debatem os principais interesses do mundo. E quem poderá negar que esta reclamação é absolutamente justa, racional, e há de a breve trecho ser cumprida em todas as legislações da Europa civilizada?

Há ainda quem reclame para mulher o direito de exercer, certas profissões que lhe garantiram os meios de ganhar a própria subsistência, se não tem pai, nem marido, nem irmão, e também este ponto, conquanto intrincado e difícil, me parece digno de atender-se.

Visto que ninguém proíbe a mulher que seja operária em uma fábrica, que acarrete a cabeça pesos horríveis como as nossas camponesas do Douro e do Minho, que trabalham no campo como um verdadeiro animal de carga, que lave casas, e engome e cumpra enfim todos os misteres os mais fatigantes e os mais árduos, também me parece demasiado interesse, com seus visos de egoísmo este que leva alguns homens a proclamar a mulher incapaz de exercer missões mais elevadas, embora difíceis, sob o pretexto de que a fatalidade física que a Natureza lhe impôs a inibe de qualquer trabalho regular e metódico que exija esforço, atividade e energia.

Quantas pobres mulheres grávidas não temos nós visto avergadas ao peso de uma enorme trouxa de roupa atravessando as ruas dessa capital, que tão civilizada quer ser? Nunca vimos nenhum filantropo, em nome da raça futura, opor-se a esse excesso de trabalho que esmaga cruelmente o sexo feminino.

Quantas pobres costureiras levam os dolorosos, os trágicos nove meses em que uma mulher passa os máximos tormentos para gerar um ser vivo, quantas pobres costureiras os levam a velar todas as noites, a trabalhar

¹²³ QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. *Mulheres no ensino superior do Brasil*. Trabalho disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0301t.PDF>. Acessado 04/12/2015. Esse direito foi concedido por D. Pedro II quando a primeira mulher brasileira graduada no exterior, em Nova Iorque, no ano de 1876, foi impedida de exercer a profissão ao voltar para o Brasil.

todos os dias, para que nos bailes não faltem atavios luxuosos às que podem comprar!

E contudo a esse julgo opressor do trabalho ninguém se opõe sob nenhum pretexto humanitário ou moral!

Então porque invocar as fatalidades do sexo, para que a mulher não seja advogada ou médica, escultora ou comerciante!¹²⁴

Transcrevemos quase integralmente o artigo de Vaz de Carvalho pois ele oferece uma luz de profunda consciência sobre a profissionalização feminina em fins do Oitocentos. A autora reconhece a grande variedade de defesas do feminismo e as diferenças de classes sociais que influenciavam na forma como a mulher era vista como trabalhadora. Pelas nossas leituras, podemos encaixar Júlia Lopes de Almeida entre aqueles, citados por Carvalho, que defendiam o direito de trabalho formal para mulheres apenas em casos extremos de falta de amparo masculino. Carvalho, contudo, vai além e esmiúça as contradições desse trabalho feminino – que dentro da sua lógica social mercadológica seria aceitável, mas não como uma profissionalização da mulher da elite.

Escrevendo em um mesmo periódico que Júlia Lopes de Almeida, Maria Amália Vaz de Carvalho vai, contudo, mais longe na sua análise do feminismo e da participação feminina no mundo profissional do que em artigos escritos por Júlia Lopes que enfocava os aspectos educacionais da mulher dentro da família. Como cita Carvalho, encontramos em outros periódicos ataques masculinos sobre a profissionalização feminina. No artigo já citado da *Gazeta de Notícias* sobre a baixa capacidade intelectual feminina, o Dr. Crichton-Browne também apresentava motivos contra a profissionalização:

Sir James Crichton-Browne notou com razão a importancia das observações apontadas sobre o systema de educação das mulheres. Tudo que no ensino feminino tende a cultivar em excesso as faculdades naturalmente pouco desenvolvidas, e caracteristicamente pouco alimentadas pela circulação sanguínea, é profundamente perigoso. O que o homem tem que aprender pela applicação, pela analyse, pelo raciocinio, a mulher precisa obtel-o facilmente, instintivamente, por virtude da sympathy e do amor com que o ensino fôr dado. Quasi todas as desordens nervosas de que muitas mulheres soffrem por toda a vida, são devidas aos esforços intellectuaes que elas fazem enquanto novas, nas escolas, onde os processos de ensino são exactamente os mesmos que se applicariam a instrucção de rapazes.¹²⁵

¹²⁴ “Seleção”, 30 de junho de 1898, anno 1, n°18, em *A mensageira*: revista litteraria dedicada a mulher brasileira. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1987. V.1.

¹²⁵ “Homens e Mulheres – por que é que nenhuma mulher foi ainda um grande homem.” *Gazeta de Notícias*, 3 de agosto de 1892.

O posicionamento de Maria Amália Vaz de Carvalho nos mostra, contudo, que essa defesa baseada em preceitos médicos não era, por isso, livre de oposições. A presença negativa e positiva do debate em torno do direito de a mulher exercer uma função profissional fora do lar aponta para uma ampliação dessa possibilidade em fins do século e, por isso mesmo, incômodo daqueles que não concordavam com essas funções. Os debates na imprensa evidenciam também que algumas famílias aceitavam a profissionalização feminina, permitindo que suas filhas se formassem em universidades e exercessem suas profissões.

Em 1899, *O paiz* publicou na primeira coluna do jornal um longo artigo, dividido em duas partes, de Alberto Veiga sobre “A mulher diplomada”:

Quando os homens da geração moderna, isto é, quando os homens do seu século, da sua época, solicitados pelo espírito da reforma, propugnam pela implantação de costumes compatíveis com a nova era, e tentam reivindicar direitos longamente usurpados, dando á mulher o logar que lhe compete na comunhão social, respondem-lhes com a interdição expressa do *Digesto* e se recalcitram, esmagam-nos sob a montanha de caruncho do *Corpus Juris*. Os mais condescendentes ameaçam-nos com os espantalhos das Ordenações do Reino, enquanto invocam com supersticioso respeito a sombra intangível de João das Regras.

Não se sabe, afinal, o que mais admirar: se essa resistência obstinada, systematica, tenaz, á derrogação natural de leis e costumes que podiam convir a um dado século e a uma dada civilização, mas incompatíveis e ridiculos na hora presente; ou se esse exclusivismo antipathico revelado contra a mulher diplomada pelas faculdades de direito, visto como nada se diz sobre as que são formadas em outros ramos da sciencia e exercem as profissões que os títulos lhes autorizam.¹²⁶

Ainda na mesma semana, ele continuava a defender sua opinião sobre o direito das mulheres diplomadas:

[...] ha dois caminhos a seguir para os que se empenham nesta incruenta pugna de aspirações modernas e de tradições incomportaveis: ou a mulher ha de ser eternamente condenada a agir na estreita esphera limitada pelo ângulo da sala de visitas e o rincão da cozinha – o que julgamos aprazer aos amadores de antiquilhas, ou poderá definitivamente elevar-se ao nivel intellectual do homem e partilhar com elle a somma de conhecimentos que a sciencias abrange.

No primeiro caso a mulher continuará no captiveiro dourado que vem desde Salomão, e não constituirá senão um objeto de luxo, uma tetéa de adorno dócil aos caprichos e desejos de seu possuidor [...]

¹²⁶ “Mulher diplomada I” *O paiz*. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1899. P.1

No segundo caso, a mulher, assumindo perante o direito natural a posição que lhe compete, acompanhará o homem nas suas conquistas intelectuais, desenvolverá e aperfeiçoará o seu espirito no exercicio de profissões elevadas, compreenderá melhor os seus deveres como filha, como esposa, como mãe, e terá então pleno conhecimento das responsabilidades que lhe cabem na sociedade como educadora de seus filhos, como protectora natural daqueles que devem um dia honrar a família, a Pátria e a humanidade.

Escolham entre os dois caminhos. Se preferirem o primeiro, como certamente preferem, não poderão admittir a mulher o exercicio da advocacia e qualquer outra profissão liberal e, portanto, interdirão sua entrada em nossos estabelecimentos de ensino superior.¹²⁷

Veiga defendia o direito de as mulheres tomarem outros espaços que não apenas o da casa, porém é importante observar que mesmo o autor, na sua tentativa progressista, não conseguia deixar de vincular a mulher ao papel primordial de mãe e educadora dos filhos. Isso nos coloca a dificuldade social da época de ver a mulher como pessoa individual, mas ao mesmo tempo indicava o começo de mudanças. Mesmo que as regras sociais impusessem a preocupação feminina com o papel de mães, elas estavam agregando a essa, outras funções. Segundo um levantamento publicado, em 1896, na *Gazeta de Petrópolis*, o número de mulheres profissionais havia aumentado consideravelmente entre 1870 e 1890:

O progresso do feminismo

O progresso, que está fazendo o feminismo, pôde ser demonstrado pelo seguinte quadro estatístico, publicado pelo «Romanwelt», comparando a número de profissionaes femininos em 1870 e em 1890.

	Em 1870	Em 1890
Doutoras em medicina	527	4.455
Dentistas	24	337
Advogadas	5	240
Empregadas publicas	414	4.875
Sacerdotisas	67	1.235
Engenheiras	0	180
Architectas	1	25
Pintoras	412	11.000
Escriptoras	159	5.000
Jornalistas	35	888
Musicas	5.735	34.518
Actrizes	692	3.949
Directoras de theatros	100	634
Tachigraphas	7	21.185
Copistas e secretarias	8.016	64.048
Guarda-livros	0	27.777

¹²⁷ “Mulher diplomada II” *O paiz*. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1899. p.1

Apesar de os dados serem internacionais, não podemos ignorar os efeitos que o feminismo, em outras partes do mundo, poderia ter dentro do Brasil. Se, talvez, comparados com os Estados Unidos e Inglaterra – maiores polos feministas do período – tivéssemos um número muito inferior de mulheres profissionais, elas ainda assim estavam conseguindo movimentar alguns seguimentos sociais a seu favor e colocar em pauta os seus direitos de trabalho.

Cristiana Pereira, analisando a inclusão de estereótipos femininos nos carnavais do início da república, comenta a criação de um carro alegórico, em 1889, intitulado “A doutora”. Um ano antes, havia se formado a primeira médica no Brasil. Segundo a pesquisadora, após a formatura, a jovem desfilara pelas ruas da corte acompanhada de ilustres figuras como José do Patrocínio e Quintino Bocaiúva, como forma de demonstrar o apoio desses letrados aos novos espaços de atuação feminina. Durante o carnaval do ano seguinte, as sociedades carnavalescas, ao incluírem um carro específico sobre esses novos horizontes femininos, ao mesmo tempo em que questionavam a possibilidade desse campo de trabalho, davam publicidade e espaço para essas mulheres em um local tradicionalmente reservado para crítica de questões políticas – naturalmente masculina. Mesmo que os desfiles tivessem um fundo de ironia e galhofa na forma como eles retratavam o assunto, expunham para toda a sociedade esses novos espaços que as mulheres letradas estavam buscando. Em 1891, novamente, um carro alegórico sobre o direito do voto feminino, ganha espaço das ruas, sob o título “mundo de ponta cabeça”. Nos dois casos, a organização dos carros, com mulheres barbadas e homens engomando roupas e limpando a casa demonstra a dificuldade de compreensão que ainda pairava no pensamento da maioria, mas, por outro lado, abre espaço para que diferentes grupos analisassem e recebessem essas possibilidades das mais variadas formas. Com apoio ou condenação de seus espectadores, essas novas formas de atuação da mulher, começavam a colocá-las no horizonte político da república.¹²⁸

Em 1899, a *Gazeta de Notícias* informava que:

O Sr. General Pires Ferreira apresentou ontem no senado o seguinte projecto de lei: Art.1. É livre o exercício das profissões liberais á mulher diplomada pelas academias da República. Art.2. São revogadas as disposições em contrario.

¹²⁸ PEREIRA, Cristiana Schettini. “Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades Carnavalescas cariocas em fins do século XIX”. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

Esse projeto ressoa no artigo de Alberto Veiga publicado n' *O paiz*. Veiga chamava a atenção para o fato de mulheres estarem entrando e se formando nas universidades do país para depois sofrerem os prejuízos que organizações masculinas tentavam imputá-las, não permitindo, por exemplo, que advogadas exercessem a profissão. A querela parece ter surgido depois que o Instituto dos advogados do Rio de Janeiro negou o exercício da profissão a uma mulher formada em direito.¹²⁹ Como vemos, a negativa, ganhou o debate público:

Continua a controversia sobre a capacidade legal da mulher para o exercicio da advocacia. Os juriconsultos, membros dos tribunais superiores dessa capital, não tem opinião uniforme sobre a mulher advogada.

No mesmo dia em que o Sr. Dr. Edmundo Muniz Barreto, illustre presidente do Tribunal Civil e Criminal, dava publicidade a maneira por que fundamentou o seu voto, sobre a questão de ser licito ou não a mulher diplomada em direito o exercicio da advocacia, o Supremo Tribunal, instancia superior, desprezando a preliminar da *capacidade legal*, reconheceu, unanimemente, o direito que tem a mulher de exercer as funções de advocacia.¹³⁰

Esse amplo movimento sobre a questão de as mulheres terem, ou não, o direito de exercer a profissão de advogadas nos mostra a importância que, na época, a discussão sobre mulheres diplomadas já ganhava. Colaboradores de diversos jornais, ao não ignorarem a ação do Instituto de advogados e ao colocarem na pauta da imprensa a validade, ou não, daquela decisão, nos indica um reconhecimento da instrução superior feminina. Apesar de, em pequenos números, as mulheres terem começado a estudar em universidades na década de 80, o jornal *A federação*, em 1892, parabenizava algumas recém graduadas em medicina:

Refere um jornal: pela faculdade do Rio de Janeiro, acaba de receber o grau de doutora em sciencias medicas e chirurgicas, a illustre e talentosa moça d. Maria Amélia Cavalcanti de Albuquerque, solteira, natural de Pernambuco.

Pertence ao grupo das heroínas da sciencia que em 1884, com a mais sublime coragem, se entregaram ao estudo da medicina. Foi a ultima que se formou, porque a sua organização fisica não lhe permitia os esforços e energias das outras que a antecederam.

Tem pois, o Brasil, atualmente, seis senhoras medicas:

Dra. Rita Lobato Velho Lopes, rio-grandense.

Dra. Ermelindade Vasconcellos, idem, clinicando no Rio de Janeiro.

Dra. Antonieta Dias, tambem.

¹²⁹ *Minas Gerais* – órgão oficial dos poderes do Estado. Outubro de 1899. P.3

¹³⁰ “Exercício de advocacia”. *Cidade do Rio*. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1899. P.1.

Dra. Maria Amélia, que vai trabalhar em Pernambuco. E mais duas, formadas na Bahia, cujos nomes não sabemos. Depois de 1884 nenhuma outra moça matriculou-se no Rio de Janeiro.¹³¹

Apesar de tratar-se de uma participação pequena e um crescimento lento, havia sobre essa mudança discussões sociais em vários ramos da cultura impressa. Na literatura a movimentação feminina em prol da atividade profissional foi representada no teatro por França Junior, em 1890, por meio da peça *Doutoras*. O desfecho dos acontecimentos e a conclusão da peça demonstravam a opinião de França Junior sobre a profissionalização da mulher.

Na narrativa encontramos duas moças doutoras: Luísa, formada em medicina, e Carlota, formada em direito. A história concentra-se principalmente em Luísa, que no dia de sua formatura casou-se com colega de turma, o Dr. Pereira. O casamento, contudo, se resumiria a uma eterna discussão entre o casal sobre a profissão e a capacidade médica de cada um; viviam em contínua disputa pelos pacientes, enciumando-se um do outro. O marido sentia sua masculinidade atingida pelo papel de médica, e sua concorrente, que a mulher possuía. Ao lado disso, Luísa não admitia ser considerada menos inteligente que o esposo:

Dr. Pereira – Minha senhora, chegamos a um estado em que a nossa vida juntos vai se tornando impossível. Ou hei de abdicar à minha autonomia profissional, **ou o que é mais triste ainda, à minha posição de chefe de família, ou a senhora conserva-se no lugar que lhe compete.**

Luísa – **A sua autonomia de profissional é igual a minha.** Na família que constituímos **não há chefes** e o lugar que me compete é o que estou ocupando.¹³²

Nesse trecho, é nítida a concepção do autor sobre problema em torno da profissionalização feminina e a divisão de papéis dentro da casa. Não era possível ter um chefe quando os dois trabalhavam igualmente, contudo a falta dessa chefia levava o lar à desordem. Sem uma divisão de tarefas bem definida, o casamento tornava-se impraticável. Na peça, essa discordância é levada ao ponto de o casal querer se separar. Ao conversar com um advogado, amigo de sua filha, a mãe de Luísa questiona se não há uma forma de reconciliação, ao que o Dr. Martins observa:

Martins – Se as rixas fossem da natureza daquelas que se dão naturalmente entre marido e mulher, se se tratasse de um desses temporais originados pelo ciúme e que se desfazem aos primeiros beijos em aguaceiros

¹³¹ A *federação* – órgão do partido republicano. Porto Alegre, 9 de fevereiro de 1892.

¹³² JUNIOR, França. *As doutoras*. Disponível em

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000070.pdf> Acessado: 1/7/14. Grifo Nosso.

de lágrimas, compreendo que a felicidade pudesse raiar hoje mesmo debaixo desse teto, mas o que foi exposto por sua filha...

Maria – São rixas ocasionadas por choques de vaidade e interesses, bem o sei doutor!

Martins – E nestas rixas, minha senhora, **não encontrei a mulher**. Vi apenas **uma criatura híbrida**, que não é por certo a companheira do homem.
133

Ao querer se equiparar ao homem, conhecendo tanto ou mais que seu marido, Luísa perdia a sensibilidade feminina; deixava de ser mulher por querer ser mais inteligente ou mais requisitada na tarefa médica.

Um dos trechos do *Livro das Noivas*, de Júlia Lopes, ressoava o mesmo tipo de preocupação sobre a instabilidade no casamento devido à superioridade da mulher ao marido. Segundo ela:

Ha algumas mulheres que desejam para esposos homens de intelligencia inferior á sua. Julgam isso uma probabilidade de ventura, demonstrando assim um egoismo grosseiro. Que prova isso? Que a mulher quer dominar *quand mème*, quer ser temida, quer ser respeitada pelo marido, **não pelo amor, não pela sua fragilidade e doçura, mas pelo medo**, o vergonhoso medo de ser mais ignorante e menos polido que ella.

A mim então parece-me que deve ser ao contrario; que do lado do homem, o mais forte, o responsável, **o chefe**, é que deve estar, mesmo para alegria e conforto da nossa alma, a superioridade intellectual.

É o nosso esposo quem nos conduz pelo braço **atravez dos caminhos da vida que a sociedade embaraça com os seus preconceitos terríveis**; é firmando no seu nome, na sua honra, na sua dignidade, que o nosso espirito descansa e que nos vemos cercadas de respeito.

Tanto mais forte elle fôr, quanto maior admiração lhe teremos.

Os seus triumphos, são as nossas alegrias; o seu exito no mundo, o nosso orgulho; a sua intelligencia e o seu renome, o melhor quinhão que a providencia poderia nos atirar! ¹³⁴

Esse capítulo, nomeado por ela “Concessões para a felicidade”, colocava de forma límpida os papéis dentro do casamento. O excesso de superioridade de uma mulher não ajudaria na manutenção de um bom casamento por conta da insatisfação do homem ao ver-se diminuído dentro da relação. Se alguém no casal deveria ser superior esse seria o homem para o bom desenvolvimento da casa. A autora enfatizava os símbolos do feminino para uma boa imagem da mulher: fragilidade, doçura e amor. Quando a mulher deixava essa representação para entrar

¹³³ IDEM. P.26.

¹³⁴ ALMEIDA, Júlia Lopes. *Op. Cit.* p.49-50.

no domínio do masculino poderia causar a infelicidade no casamento. Contudo, devemos sublinhar, isso não indica um preconceito simples de Júlia Lopes para as possibilidades de ação da mulher. Percebe-se que, ao seu ver, a necessidade de viver à sombra do marido estava condicionada a própria aceitação da sociedade. Devido aos preconceitos dessa era preciso viver de uma determinada forma. Na continuação do texto, Júlia faz uma comparação com espécies de plantas que podem ser parasitárias de uma maior:

[...] Ninguém suppoz serem os pobres morangueiros o motivo da molestia; as proprias arvores robustas, se as consultassem, não teriam certamente confessado ser a sua enervação devida a uma coisa tão pequena, – mas o certo é que morreram...

Os morangos haviam sugado toda a seiva da terra! ...

É preciso que nós, que somos, em força, comparáveis ao homem a planta debil á árvore robusta, busquemos a sua sombra, não para estiolar a custa da nossa vaidade, mas para dar-lhe maior glória com a nossa pequenez e vivermos em paz na sua proteção.¹³⁵

Em alusão aos morangos, seriam as mulheres as culpadas pela não manutenção da harmonia do lar caso tentassem sugar para si toda a produtividade da planta maior. Mesmo sendo pequena, ela teria a capacidade de destruir a vida daquele que tinha, por direito, o espaço do domínio do pensamento e do reconhecimento.

Na peça de França Junior, o desfecho para a felicidade dos casais é o nascimento de crianças. Os filhos fazem as mulheres da peça reconhecerem seu verdadeiro lugar, dentro da função da maternidade, deixando de lado a cobiça de se equiparar ao homem. Assim como a médica Luísa, Carlota casa-se e tem um filho, deixando de exercer a profissão de advogada e o ensejo de tornar-se deputada. Conversando com o pai, Luísa explica a transformação que o filho lhe causa:

Praxedes – Sim. Queres nada de mais triste, para uma mulher em tuas condições! Que papel representas hoje?

Luísa – **O único, meu pai, que pode e deve representar uma mulher.**

Praxedes – Então o juramento que prestaste no dia do teu grau de socorrer todos aqueles que te viessem bater à porta.

Luísa – Meu pai: dizem que o cérebro da mulher é fraco. Pois bem, **por um sentimento de vaidade**, que dizem também ser inato em nosso sexo, eu enchi esse cérebro de tudo quanto a ciência pode ter de mais grandioso e mais útil. Percorri com coragem inaudita toda a escala do saber humano na

¹³⁵ IDEM. P.52

minha especialidade. Calquei ódios e vaidades dos colegas, ergui a cabeça, sem corar, acima desses preconceitos sociais de que falou a pouco e que eu também considerava estúpidos! Venci. Entrei na sociedade triunfante com meu título. **O prestígio que se formou em torno do meu nome fez-me esquecer de que era uma mulher...** A glória atordoava-me... Dentro de mim sentia, porém, qualquer coisa de vago, de estranho, que não sabia explicar! Eu que muitas vezes no anfiteatro havia apalpado o coração humano, que o tinha dissecado fibra por fibra, que pretendia conhecer-lhe a fundo a fisiologia! Desconhecia entretanto o sentimento mais sublime que enche todo esse órgão! **Tudo quanto aprendi nos livros, tudo quanto a ciência podia dar-me de conforto, não vale o poema sublime do amor que se encerra nesse berço!**¹³⁶

Luísa esclarece ao pai que deixara de vez a medicina para ser mãe e que a responsabilidade do pecúlio estaria nas mãos do seu marido, obrigação que, como ela não deixava de sublinhar, era do homem. Para além da tentativa do autor de idealizar o papel da mulher como mãe, percebemos que a peça surgia exatamente pelo movimento social de mulheres que começavam a seguir carreiras profissionais.

Para Cristiana Pereira esses questionamentos sobre o espaço profissional feminino também registram uma percepção mais profunda sobre a própria instabilidade política e social que pairava sob o país no início da república. Ainda eram imprecisos os caminhos que o recente sistema de governo poderia e iria tomar. Além disso, demonstra o papel primordialmente conservador que se mantinha neste novo momento político.¹³⁷ Por outro lado, talvez a própria sensibilidade das mulheres letradas do período, para o tom de galhofa com que eram tratadas tanto na peça de França Junior, quanto nos carnavais, fosse outra que não tão pejorativa como hoje nos parece. Essa possibilidade surge quando levamos em conta que Josefina Álvares de Azevedo, a mais assídua militante do voto feminino nesse período, escreveu uma crítica favorável à peça acima citada de França Júnior.¹³⁸ Talvez, na mentalidade das próprias mulheres ainda fosse confusa a ideia de ocupar espaços masculinos sem verem nisso certa masculinização de suas personalidades.

Em um momento de abertura para novos caminhos é a dúvida que paira ao lado do desejo por mudanças. Afinal não podemos negar que Júlia Lopes de Almeida estava certa ao dizer que o trabalho doméstico e a criação dos filhos ocupariam todos os esforços de uma mulher que, apesar de casada, teria que arcar com as responsabilidades da casa sozinha. Conciliar essas responsabilidades com a possibilidade da profissionalização externa à casa se

¹³⁶ JUNIOR, França. *Op. Cit.* P.40. Grifo Nosso.

¹³⁷ PEREIRA, Cristiana S. *Op. Cit.*

¹³⁸ Nota 44 do texto de Cristiana Pereira. Ver: PEREIRA, Cristiana. *Op. Cit.*

tornaria uma questão para as mulheres do século XX, principalmente na década de 70, o que elucida a visão ainda opaca das letradas oitocentistas sobre essas atividades.

Não buscamos observar essa participação feminina pela lente da inocência e defender que as mulheres burguesas tivessem alcançado amplos direitos sobre suas formas de trabalho em fins do século XIX. Contudo, quando pensamos nas possibilidades desse feminismo burguês de fins do oitocentos, torna-se essencial levar em conta todas as atividades que as mulheres das classes privilegiadas estavam exercendo no período. Como poderia ser pensado o avanço de seus direitos na última década do século XIX? Parece-nos que de forma mais ampla do que o percurso casa – educação.

Quando levamos em conta a existência dessas notícias nos jornais do período, a problematização dos textos de Júlia Lopes ganha um outro aspecto ao considerarmos que a autora escrevia em um contexto em que as discussões sobre o papel da mulher começavam a ir além da função materna. Na prática, o caminho percorrido pelas mulheres para efetivamente alcançarem respeito em funções fora do lar seria longo e Júlia Lopes deixava nítido em suas crônicas e romances que o preconceito da sociedade era o maior bloqueio para as atividades femininas. Contudo, analisar os feminismos possíveis para a escritora é também levar em conta o pensamento questionador que essa sociedade colocava em pauta. Júlia Lopes tinha diante de si um leque maior de possibilidades para a mulher do que apenas uma educação voltada para a Casa e a educação familiar. Além disso, apesar da abordagem da imprensa sobre a educação ainda ser muito necessária no início da república brasileira, não podemos considerá-lo um assunto renovador.

Talvez a autora pensasse de uma maneira mais aberta sobre a profissionalização da mulher do que efetivamente deixou escrito. Tentamos mostrar também que utilizar frases soltas dos textos da autora pode ser um método perigoso que tende a levar a uma interpretação de transgressão que na realidade não pertence à ideia geral do texto. Pelos textos com que temos contato hoje, entendemos que Júlia Lopes escolheu não participar efetivamente de discussões outras sobre a mulher burguesa de fins do oitocentos que, de fato, abriam um novo espaço para a sua participação em sociedade. Essa demonstração, entretanto, não busca desmerecer a obra da autora, nem sua fina percepção das diferenças de gênero. A nosso ver, Júlia Lopes de Almeida desafiou o espaço feminino principalmente através de suas obras ficcionais, dentre as quais *A família Medeiros*.

2. Nas páginas d'A família Medeiros – os personagens e seus espaços:

2.1. A *Gazeta de Notícias* e o período de publicação do folhetim

Podemos ver a publicação de “A família Medeiros” na *Gazeta de Notícias* como mais uma demonstração da boa posição que Júlia Lopes de Almeida já tinha conseguido angariar, entre os literatos, em 1891. A folha, naquele ano, contava com 16 anos de praça e muita popularidade e respeito dentro do jornalismo. Dois anos depois, em ocasião do décimo oitavo aniversário, Machado de Assis escreveria na crônica da série “A semana”, publicada no mesmo jornal:

A *Gazeta* completou os seus dezoito annos. Ao sair da festa de familia com quem ela celebrou o seu anniversario, fui pensando no que me disse um conviva, excelente membro da casa, a saber, que os dous maiores acontecimentos dos ultimos trinta anos n'esta cidade foram a *Gazeta* e o bond. Tens razão Capistrano. Um e outro fizeram igual revolução. ¹³⁹

O renomado autor se referia às mudanças que passaram a vigorar no jornalismo por iniciativa da *Gazeta*. Vendida a 40 réis, o jornal inaugurava a venda avulsa pela cidade, com distribuição pelas mãos de meninos que “espalhavam-se [pelas] ruas, berrando a noticia, o annuncio, a pilheria, a critica, a vida, em summa tudo, por dous vinténs escassos.” ¹⁴⁰ O sucesso da fórmula foi notável, sendo copiado em pouco tempo por jornais como *O paiz* e *Diário de Notícias*, que passaram a adotar o mesmo preço, apesar de ainda não conseguirem alcançar os mesmos números por tiragem. ¹⁴¹

A folha entrava assim para a história do jornalismo popularizando o acesso à informação, já que o tradicional sistema de assinaturas não permitia que um grande número de potenciais leitores adquirisse um exemplar. Não podendo pagar teriam que pedir emprestado para alguém que possuísse a assinatura de uma folha impressa, daí a concordância de Machado que aquela publicação se igualava ao bonde ao dar acesso a um maior número de pessoas à leitura, assim como o bonde dava aos diversos lugares da cidade. ¹⁴²

Fundada por Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes, surgia com a *Gazeta* uma ideia mais bem organizada do que seria uma “imprensa popular”. A nova perspectiva

¹³⁹ “A semana”, *Gazeta de Notícias*, 6 de agosto de 1893.

¹⁴⁰ IDEM, *ibidem*.

¹⁴¹ Em 1881 a tiragem da *Gazeta* era de 24 mil exemplares, enquanto em 1885 a de *O paiz* era 15 mil. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O Carnaval das Letras – literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. (2ª ed. rev.) Campinas, SP: Unicamp, 2004. P.54.

¹⁴² RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)*. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2005. P.7

jornalística dos editores fez com que o periódico conseguisse alcançar o interesse de um público diverso com um ar mais leve.¹⁴³ Segundo Nelson Werneck Sodré, Araújo reformou a imprensa de seu tempo e abriu mais espaço para a literatura.¹⁴⁴ Esse aspecto literário do jornal surge também como parte da memória de muitos letrados do fim do século que, assim como Machado, relembavam em alguns de seus escritos o nascimento da folha com uma grande estima.¹⁴⁵ No entanto, como foi observado em pesquisas recentes, precisamos ter o devido cuidado em aceitar o que o jornal ou seus colaboradores diziam sobre esse empenho, afinal estavam diretamente envolvidos em sua produção.¹⁴⁶

Sobre essa valorização dos textos publicados no jornal, em 1890, quando Júlia Lopes já colaborava com aquela redação, vemos o jornal enfatizar a boa remuneração da imprensa aos seus afamados escritores:

Os jornaes de certa ordem, **seguindo a iniciativa da *Gazeta de Notícias*, que, modestia á parte, fez uma verdadeira revolução n'esta maneira**, pagam habitualmente de 25\$ a 35\$ por cronica, ou conto, mediante a unica exigencia que sejam elles bons.

Está claro que ainda não chegamos a perfeição de pagar produções literárias ao preço que são pagos Gladstone (este vai logo em primeiro lugar, porque recebe um conto de réis por artigo); Zola, Schol, Sarcey, Vitu, etc; mas também é preciso ponderar que o publico d'aqui ainda não se habituou a esgotar dez ou doze mil exemplares a mais de um jornal qualquer, só porque o pequeno vendedor anuncia um nome...

Temos, porém, convicção firme de que isto á de suceder; depende apenas do gosto de cada época: a *Gazeta* já teve em tempo aumento sensível de tiragem, exclusivamente por causa de folhetins publicados em certos dias, os de França Junior.

Perguntem aos editores se eles não recebem de braços abertos, os manuscritos de Aluísio de Azevedo, de quem tivemos ainda há poucos dias uma terceira edição. [...] Não é também tão ingrata como dizem esta vida obscura da cosinha jornalística, do anonymato de noticias e de chroniquetas, da exposição de assumptos diários em artigos ou em seções jornalísticas. Já se

¹⁴³ RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. Pp.121-122.

¹⁴⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. (4ªed) Rio de Janeiro: Mauad, 1999. P.224.

¹⁴⁵ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas "Balas de Estalo" de Machado de Assis*. Tese de doutorado defendida no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2010.

¹⁴⁶ Ana Paula Cardozo de Souza e Ana Flávia Cernic Ramos fazem essas observações. Ver: RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío... Op. Cit.* e SOUZA, Ana Paula Cardozo. *Machado de Assis e a república de "A semana": literatura, imprensa e práticas populares (1892-7)*. Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2015. Capítulo um em ambos textos.

contam para serviços desses ordenados de 500\$ até 250\$, o que não é uma fortuna mas é um bom aconchego.¹⁴⁷

Como vemos, segundo o escritor do texto, a *Gazeta* teria feito uma revolução na prática de pagamentos razoáveis aos seus escritores e a culpa para que a remuneração não fosse realmente vantajada seria a falta de leitores assíduos. Por um lado, pelas palavras de alguns escritores da época, parece-nos que os valores empreendidos pela *Gazeta de Notícias* eram realmente de se considerar. Por outro, algumas pesquisas colocam em cheque essa valorização e a verdadeira possibilidade dos escritores viverem do que tiravam com seus escritos. Leonardo Pereira, usando os mesmos números que vemos no artigo publicado na *Gazeta*, afirma que seria difícil que os literatos vivessem felizes com o que ganhavam das letras se não tivessem outra fonte de renda como suplemento.¹⁴⁸

Ainda assim, não seria apenas a remuneração o ponto de interesse dos escritores em publicar naquela folha. Para Olavo Bilac, o autor que publicasse na *Gazeta* ganhava fama e notoriedade, era reconhecido e passava a escrever ao lado dos grandes nomes da literatura brasileira.¹⁴⁹ No artigo publicado acima, Júlia Lopes de Almeida era o único nome feminino que surgia como colaboradora daquele jornal. Podemos imaginar que a autora certamente apreciava tal participação.

O período em que aparece o folhetim “A família Medeiros” na *Gazeta* também merece ser observado. A publicação começara em outubro de 1891 terminando em dezembro do mesmo ano. Assim como o tempo da história do romance (finais de 1887 até abolição), os últimos meses de 1891 foram conturbados na história brasileira, principalmente para a cidade do Rio de Janeiro. Os constantes atritos entre o Congresso e o presidente da república, Marechal Deodoro da Fonseca, acabaram levando à dissolução do primeiro em três de novembro daquele ano. Durante vinte dias a capital da república viveu em estado de sítio, ficando todos os jornais censurados até vinte e três de novembro, quando Floriano Peixoto assumiu a presidência depois da capital quase cair em uma guerra civil.¹⁵⁰

Esse amplo aspecto de crise foi verificado no jornal desde outubro do período citado. Nas ruas várias revoltas populares foram noticiadas no Rio e em São Paulo. O desabastecimento de carne na capital – e de gêneros alimentícios de modo geral – abria a página principal da

¹⁴⁷ “Concurso Litterario”, *Gazeta de Notícias*, 10 de abril de 1890.

¹⁴⁸ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Op. Cit.* pp.36-37.

¹⁴⁹ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e Humor... Op. Cit.* p.6.

¹⁵⁰ SILVA, Hélio. *1889: a república não esperou o amanhecer*. Porto Alegre: L&PM, 2005. Pp.115-133.

Gazeta reiteradamente durante várias semanas. O assunto político parece realmente inevitável nesse momento.

Estruturalmente o jornal era composto por oito páginas, sendo que durante o período de crise chegou a ter apenas quatro, com três de propaganda e uma de assuntos diversos, normalmente sobre questões internacionais – para não abordar a situação interna. De modo geral, na primeira ou segunda página, vinham transcritos os discursos proferidos no senado e na câmara dos deputados do Rio. No período estudado, a pauta dos direitos e deveres do presidente, assim como os caminhos da imigração para o Rio de Janeiro eram os assuntos mais recorrentes. Ainda na primeira página vinham, além das matérias principais, os acontecimentos cotidianos – prisões, mortes e roubos, na maioria das vezes trazidos com um toque de humor. Eram assim também as crônicas de Zig-Zag, textos ácidos, sem deixar de lado a ironia. Na segunda, surgiam os telegramas, notícias do exército, as novidades do teatro e das corridas, obituários e avisos de interesse geral – como endereços de lojas, consultórios e afins. Na terceira apareciam as publicações a pedido, mais um espaço onde podemos encontrar sinais da crise econômica e política.

Aos domingos o jornal iniciava suas colunas com a “Crônica da Semana” – a qual foi suprimida duas vezes durante os vinte dias de estado de sítio. Como colocava o cronista, a única coisa que ele poderia dizer era que “decorreram sete dias da semana passada”.¹⁵¹ Foi nesse período que começaram a falhar as publicações do folhetim, deixando de sair todos os dias. Até o final da seriação, em 27 de dezembro de 1891, houve 23 dias onde não saiu, na *Gazeta*, “A família Medeiros” – um número bem considerável de dias. Não podemos afirmar que a falta do folhetim tivesse alguma relação com a censura, pois nas semanas subsequentes à transferência do poder para Floriano Peixoto as ausências continuaram por alguns dias. A análise de algumas possibilidades dessa situação se ligam à própria ideia que foi sendo veiculada nos últimos anos sobre essa obra. Afinal, uma justificativa plausível seria que a obra não estava, efetivamente, pronta. Apresentaremos a seguir como foi abordada nos jornais da época e pelos pesquisadores dos séculos XX e XXI que citam a autora e o livro.

2.2. Trampolim para o romance

¹⁵¹ “Crônica da semana”, *Gazeta de Notícias*, 15 de novembro de 1891.

Em 10 de outubro de 1891, a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, anunciava o novo folhetim que em breve ocuparia suas páginas. A nota explicativa buscava atrair o interesse dos leitores:

Começaremos a publicar brevemente o romance *A família Medeiros*, produção da eximia escritora Julia Lopes de Almeida. Offerecemos com esse romance uma fina joia aos nossos leitores. É um belo estudo da vida provinciana no Brasil, photographia exacta de costumes da outr'ora província de São Paulo, onde se passa toda a acção. Esta desenvolve-se naturalmente, apresentando typos completos e scenas da escravidão nos tempos derradeiros da campanha abolicionista.

A vida da fazenda, o *quilombo*, os lazarus, são ahi descriptos com rara felicidade, sendo fielmente reproduzida a linguagem particular dos que habitam a região em que se desenvolve a acção do romance.

Estamos convencidos de que nossos leitores agradeceram o mimo que lhes offerecemos.¹⁵²

Como podemos perceber pela passagem, o autor faz um apanhado geral de cenas que apareceriam no romance. De fato, pela leitura da obra, podemos dizer com certa confiança que o autor da nota acima já havia lido o manuscrito como um todo, pois algumas cenas citadas – como o momentâneo aparecimento dos lázaros – surgem quase no fim do romance. No entanto isso não significa que a autora não tenha resolvido fazer algumas mudanças no percurso da publicação, fato que explicaria a ausência do folhetim em os vários dias do jornal.

Em comentário sobre essa obra da escritora, Wilson Martins diz:

A família Medeiros, sendo um romance abolicionista publicado em 1892, os personagens dividiam-se em dois grupos nítidos, os escravocratas, todos criminosos, perversos e desumanos, contrastando com os abolicionistas, todos nobres, generosos e esclarecidos. Iniciado em 1886 e concluído em 1888, o romance, cuja ação se passava em 1887, não foi imediatamente publicado porque o advento da abolição pareceu, por um momento ter-lhe tirado o interesse: agora, quando os negros passaram a ser abertamente atacados sob novas formas de escravidão congeminada pelos pais da pátria, a história readquiria inesperada atualidade.¹⁵³

Em pesquisa recente, Rosane Salomoni, esclarece um pouco mais sobre a possível origem dessa afirmação de Martins. Segundo a pesquisadora, a afirmação aparece na biografia escrita por Margarida de Almeida, filha da autora aqui estudada. Segundo ela, Júlia Lopes de Almeida teria iniciado a escrita de *A família Medeiros* entre 1885 e 1886 em concomitância com *Memórias de Marta*, que seria publicado primeiro. Uma viagem para Portugal e seu

¹⁵² “Novo Folhetim”, *Gazeta de Notícias*, 10 de outubro de 1891.

¹⁵³ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: T. A. Queirós, 1996. P.399.

casamento com Filinto de Almeida, em 1887, teriam atrasado a publicação, deixando o livro inédito quando ocorrera a abolição em maio de 1888.¹⁵⁴

Contudo, é importante frisar que se o livro foi idealizado e mesmo parcialmente composto antes de 1888, a versão final que aparece em folhetim – e em livro – ganhava novos significados. Para além da defesa da abolição, a bandeira da imigração era essencial nesse momento, afinal, em 1891, segundo os deputados do Rio de Janeiro, a vinda de trabalhadores imigrantes era fundamental para o trabalho na lavoura. Contaminados, no entanto, pelos antigos costumes escravagistas, o discurso desses deputados, dentro da *Gazeta*, ia em direção a encontrar uma forma de baratear o trabalho imigrante. No romance, Júlia Lopes defendia a imigração, mas ao contrário do que pretendiam os deputados do Rio, a autora enfatizava a necessidade de uma consciência dos lavradores com relação à importância da valorização do trabalho. Além desses aspectos de contato entre o folhetim e as notícias do jornal, se observamos a construção do texto com cuidado, percebemos que Júlia Lopes empreendeu uma boa revisão de sua obra – a ponto de ficar dois ou três dias consecutivos sem publicar – quando teve diante de si a oportunidade de lançá-la como folhetim na *Gazeta de Notícias*. Fora isso, o tom geral do romance é de uma obra consciente do fim da escravidão.

Para tentarmos entender os significados possíveis que temos em *A família Medeiros* para aquele momento histórico, precisamos levar em conta que a obra que temos em mãos foi repensada, reescrita e terminada depois da abolição. Júlia Lopes estava reescrevendo uma narrativa histórica de um processo concluído.

Como já foi comentado no primeiro capítulo, a autora considerava *A família Medeiros* um romance concebido por meio de vivências reais que ela tivera.¹⁵⁵ Assim, se acreditarmos que ela começou a escrever o romance em 1885/86, podemos minimamente supor que se interessou pelo assunto nos anos subsequentes e pelas mudanças que foram ocorrendo na sociedade, noticiadas em jornais ou vista por ela em seu dia-a-dia.

Como ela concebeu esse processo de mudanças, em relação às informações que temos noticiadas nos jornais do período, pode ser uma forma interessante de pensar esse papel de defensora da emancipação dos escravos, por parte da autora, e como ela se colocava nessa luta

¹⁵⁴ SALOMONI, Rosane Saint-Denis. *A escritora/os críticos/ a escritura: o lugar de Júlia Lopes de Almeida na ficção brasileira*. Porto Alegre: Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. P.145

¹⁵⁵ Esse comentário está presente na entrevista dada a João do Rio. RIO, João do. *Op. Cit.*

de forças do lugar do negro na década de 1890. Afinal, o que significa defender a abolição e a imigração/modernidade em 1891?

Sobre a forma de construção do texto seguida pela autora, podemos observar que o fato de o romance ter sido publicado em um jornal carioca também foi levado em conta, pela escritora, na produção da obra. Júlia Lopes de Almeida morava com a família, em São Paulo, no momento da publicação. Apesar de o romance ambientar-se em fazendas de Campinas, o texto constrói-se em um diálogo com um leitor de fora do estado que não teria conhecimento da vida cotidiana em terras paulistas. No trecho a seguir podemos visualizar esse aspecto da obra:

Geralmente **as senhoras paulistas** apresentavam-se nos bailes num requinte de elegância e de luxo como se **não vê facilmente no Rio de Janeiro**. As suas *toilettes*, importadas quase sempre diretamente de Paris, tinham, a par da riqueza, graça e originalidade.¹⁵⁶

Notas de rodapé, principalmente nos primeiros capítulos do texto, explicavam o uso regional de determinadas palavras, como “pai” no lugar de “papai”, ou termos que seriam desconhecidos do leitor, traziam em nota um sinônimo ou seu significado mais próximo. Da mesma forma, surgiam descrições da casa na fazenda e suas especificidades e até mesmo descrições de frutas, como um pé de jabuticaba, com todos os detalhes da fruta e da formação da árvore, algo que seria dispensado para leitores que soubessem de que árvore se tratava. Apesar de Júlia estar em São Paulo, ela sabia que o seu público era, principalmente, os cariocas leitores da *Gazeta de Notícias*.

Em 1893, quando saiu em alguns jornais a recepção da obra em sua primeira edição em livro, essa perspectiva de se tratar de um romance de costumes também surgiu nas apreciações dos comentaristas. A revista *A Estação*, editada no Rio de Janeiro, indicou o romance para suas amáveis leitoras, enfocando exatamente o caráter rural que teria a obra:

Acostumadas, assim, com o trato com essas famílias que povoam os bairros caros e fazem a fortuna dos empregados de opera lyrica, porque delas fazem parte, venho como procurador officioso de D. Julia Lopes de Almeida, pedir-lhes a gentileza de se relacionarem com a família Medeiros.

Oh! Não a procurem no Botafogo ou Laranjeiras. Seria inútil: essa família é paulista e mora no interior do prospero e rico estado de São Paulo.

– Caipiras! Estão dizendo, mais que o desdenhoso momo ultra gracioso dos lábios, os olhos inteligentíssimos de vossas excelências. Sim, um pouco... sejamos franco (sic), pois então!?! – caipiras. Seja.

¹⁵⁶ ALMEIDA, Julia Lopes de. *A família Medeiros*. São Paulo: H. Belfort Sabino Editor, 1894. P.129. (2ª edição)

Mas é uma família interessantíssima; posso garanti-lo.

E, demais, a talentosa auctora descreve os hábitos, usanças e linguagem paulistas com tanta graça e simplesa; há tanta bondade e um encanto tão novo no viver dessa modesta família, que as gentis leitoras não tardarão em estreitar suas relações com ela.¹⁵⁷

Seguindo o viés familiar e leve da revista, Valentim Magalhães se isentava de fazer qualquer apreciação crítica da obra, dizendo, apenas, recomendá-la para suas leitoras. Em nenhum momento ele abordava a questão da abolição, como faz a nota prévia da *Gazeta*, onde o autor dizia que na história se passavam alguns “episódios muito curiosos.”¹⁵⁸ A função do comentarista era indicar um bom livro de uma escritora conhecida daquelas leitoras, pois D. Júlia colaborava na revista, tendo, já neste momento, publicado trechos do *Livro das Noivas*, o qual ainda não possuía uma edição em livro.

Talvez Magalhães imaginasse que não seria do interesse de suas leitoras a natureza abolicionista da obra, por outro lado poderia interessar os aspectos do romance que se aproximavam das indicações feitas por Júlia Lopes no *Livro das Noivas* para as jovens casadoiras. Como veremos na análise do romance, *A família Medeiros* era a aplicação, em um romance, de algumas questões levantadas por Júlia Lopes sobre um casamento ideal.

Ainda assim, podemos nos perguntar como esses literatos estavam vendo a obra. Devemos reconhecer que a história romântica do livro não tinha relação direta com a escravidão e talvez essa, dependendo do leitor, pudesse ser vista apenas como foco da intriga contra Eva e sua bondade. Por outro lado, uma apreciação cuidadosa nos mostra como o enredo da história estava vinculado aos caminhos históricos do fim da escravidão de modo a mostrar o conhecimento da própria autora sobre as questões políticas que surgiam nos jornais abolicionistas; ao contrário do que alguns críticos deram a entender na sua leitura, *A família Medeiros* não nos parece ter sido idealizado pela autora como uma simples história familiar.

Para ambientarmos o leitor perdido, que não tenha lido o romance ou esteja ligeiramente esquecido dele, faremos um breve resumo da história. O romance iniciava-se com a chegada de Otávio, único filho homem do comendador Medeiros, patriarca da família que fora criado em antigos padrões sociais, em tempos onde o chefe da família tinha a última palavra, à qual todos prontamente obedeciam. Otávio Medeiros chegava ao Brasil em fins de 1887, depois de uma

¹⁵⁷ *A Estação*, 31 de março de 1893.

¹⁵⁸ IDEM, *ibidem*.

estadia de quase uma década na Europa¹⁵⁹, mais especificamente, na Alemanha, para onde ele se mudara com a intenção de cursar uma faculdade de engenharia. A época de chegada de Otávio é essencial para o desdobramento do romance, pois esse retornava em um período politicamente conturbado por conta do auge da crise no sistema escravista. Como sabemos, a abolição ocorreu em maio de 1888. O romance se passava mais ou menos entre outubro de 1887 e um período imediatamente após o 13 de maio de 1888. O período não foi escolhido gratuitamente pela autora, pelo contrário, ele dava o tom para o enredo que ela pretendia construir. Ao voltar para a antiga fazenda do pai, chamada de Santa Genoveva, Otávio deparou-se com uma desconhecida: Eva, sobrinha de seu pai, filha de um tio com quem a família nunca mantivera contato por desavenças do passado. Inicialmente Eva nos é apresentada pelos olhos de Otávio, que se encantou com a graciosidade e bondade da prima, descrita como uma moça muito diferente de todas as outras mulheres ao seu redor. A intriga da história girava em torno de uma revolta de escravos ocorrida em Santa Genoveva e que o coronel Medeiros acreditava ter sido causada por mando de Eva, como uma vingança por antigas situações familiares entre ele e o irmão, pai da moça.

Além do periódico primordialmente feminino *A Estação*, alguns jornais da grande imprensa, escrita para um público mais amplo, também publicaram comentários sobre a obra. Segundo apreciação publicada em *O paiz*, o romance “como livro de costumes é um documento muito notável e que ha de a todo tempo ser compulsado pelos curiosos que queiram ter uma ideia da vida de província brasileira antes da abolição”.¹⁶⁰ *O Correio Paulistano* diria que

A família Medeiros tem para São Paulo (...) o encanto e o atractivo de ser um romance de costumes paulistas, onde se encontram admiravelmente descritos os hábitos de nosso viver roceiro, toda essa esplendida paisagem dos nossos campos e dos nossos montes, e sobretudo as scenas reaes, mas tristemente luctosas dos ominosos tempos da escravidão.¹⁶¹

A leitura desses comentários críticos nos deixa entrever alguns pontos que surgiam como importantes para esses letrados interessados em ler criticamente o romance. Comparações com obras estrangeiras surgiram em todos os textos, onde seus escritores observavam se a autora estava seguindo ou não bons escritores e se seus personagens estariam baseados com veracidade na sociedade daquele momento. Seria ou não possível existir tais personagens? Essa nos parece ser a grande questão desses leitores críticos de *A família Medeiros*. Paradoxalmente,

¹⁵⁹ O tempo de estadia de Otávio varia de acordo com a edição. No folhetim e na edição de 1894 a autora fala em 7 anos, na edição de 1919 – utilizada para a recente reedição de 2009 – ela muda para 10 anos.

¹⁶⁰ “Bibliografia”. *O paiz*, 17 de janeiro de 1893.

¹⁶¹ “A Família Medeiros”. *Correio Paulistano*, 27 de fevereiro de 1895.

ao mesmo tempo que se mostravam preocupados com a exatidão dos personagens, parecem deixar passar os detalhes realistas que acompanham a história. Realistas por representarem fatos da história brasileiras ou críticas realistas por serem colocadas na narrativa como forma de questionamento e desaprovação de uma realidade que precisava de mudanças. É claro, sabemos que leitura literária muda no decorrer do tempo; leitores de épocas distintas podem valorizar aspectos variados de um mesmo texto. Ainda assim, o interesse do jornal em publicar o folhetim nos mostra que falar da escravidão e da imigração era atrativo aos seus leitores. Três anos depois da abolição, a escravidão tinha se tornado um marco, no entanto era retomada como um universo superado, sua abordagem – em romances, contos, etc – era uma ação de memória.

Ainda em janeiro de 1893, Aluísio de Azevedo publicou em *O Album* a crítica mais longa e detalhada que encontramos sobre o romance, onde ele esmiúça os personagens secundários e principais, as cenas descritas pela autora e faz as tradicionais comparações comentadas acima. No entanto, para o romancista, “*A família Medeiros* [era] a narração de um simples episódio doméstico, passado n’uma fazenda no interior de São Paulo. O enredo, quase nulo, [seria] um pretexto para pintar typos e descrever cenas brasileiras”.¹⁶²

Não podemos deixar de observar no olhar de Azevedo certo preconceito de gênero ao focar em sua leitura o que lhe parecia mais próprio de assuntos femininos. É interessante notar que o escritor, preso às expectativas da escola naturalista, não conseguiu visualizar o romance para além do que seria, segundo ele, idealizações excessivas da escola romântica. Não intencionando discutir posições de escola literária, desejamos apenas observar que Azevedo como crítico conseguiu observar na leitura do romance “miudezas próprias do sexo [feminino]” como as descrições da preparação de alimentos ou dos tecidos de roupas, porém aparentemente não viu na história o conhecimento que a autora tinha da época, algo que, por oposição, podemos entender que seria *próprio* do sexo masculino. Ao sentenciar o romance como “um episódio doméstico”, ele o colocava em um local apropriado para uma obra escrita por uma mulher.

Como crítico, Azevedo não teceu nenhum comentário sobre as sutilezas que Júlia Lopes colocava em seus personagens entre o que a autora considerava que ocorria nas fazendas de Campinas e o que surgia nos jornais da época. Digamos miudezas impróprias ao sexo feminino, como uma provocação às palavras do autor. Como tentaremos mostrar no desenvolver dos próximos tópicos, Júlia Lopes mescla seu conhecimento sobre os caminhos da abolição com suas ideias em relação à mulher, dois pontos-chaves da história. A autora monta o enredo sobre

¹⁶² AZEVEDO, Aluísio. “A família Medeiros”. *O Album*, janeiro de 1893.

a relação entre escravos, senhores e abolicionistas – de uma forma bem lúcida sobre o que ocorria na época. Envolta nessa contenda encontrava-se a heroína Eva, a imagem da mulher ideal, que servia também de contraponto para outras figuras femininas e para o desenvolvimento da história romântica do livro.

A nossa forma de olhar busca as miudezas de gênero e raça, uma leitura que a nosso ver segue as linhas e entrelinhas do romance, principalmente para o leitor de hoje, distante quase 125 anos da publicação original. Iniciaremos o nosso percurso com os “episódios domésticos”, como diria Azevedo.

2.3. A heroína – a construção da mulher ideal para D. Júlia

De todas as personagens criadas por Júlia Lopes no fim do século, Eva Medeiros era quem melhor representava a figura da mulher ideal para a autora. A leitura desse romance em concomitância com suas crônicas do *Livro das noivas*, mostrou-nos vários pontos de contato entre a protagonista de *A família Medeiros* e as indicações que Júlia Lopes de Almeida fazia para a vida pessoal de suas leitoras. Foi possível verificar na narrativa uma considerável relação entre uma intenção pedagógica, que a autora aplicou à protagonista desse romance, e as indicações médicas e higiênicas que o mesmo período buscava difundir. Eva era um modelo de mulher que Júlia Lopes oferecia para suas jovens leitoras, futuras mães e donas-de-casa.

Com relação às imagens femininas apresentadas nos romances da autora, é possível perceber um vasto percurso na construção de tipos sociais femininos. Em crítica publicada em *O paiz* sobre “A família Medeiros”, o comentarista considerava Eva uma personagem pouco realista, um tipo de personagem existente apenas em romances.¹⁶³ Como veremos, a imagem de Eva era fortificada quando colocada em oposição as demais figuras femininas presentes no romance. Eva não era a figura comum, mas a emblemática, que simbolizava a necessidade de mudança.

No romance, apesar da narração não se desenvolver majoritariamente pelo pensamento da jovem Eva Medeiros, era ela o centro de todos os acontecimentos, direta ou indiretamente,

¹⁶³ “Eva, moça equilibrada, levemente romântica, optima ménagère, entendendo as maravilhas á maravilha as coisas de coração, atravessa a vida com seriedade e a firmeza com que um bispo oficia. Seria esse typo real, verdadeiro, copiado do real? Nunca o encontramos e parece-nos que nunca o encontraremos, senão nos romances”. Ver crítica completa em: *O paiz*, 17 de janeiro de 1893.

que ocorriam na história. Ela era a mulher ideal, guerreira, forte em suas ideias e princípios, uma “amazona”, como a própria autora indicava a certo momento da narrativa.¹⁶⁴ Essa perfeição, contudo, dependia dos olhos de quem a via. O romance constrói-se dentro de uma visível lógica de transição histórica, onde haveria os conservadores – aqueles que queriam a permanência dos antigos costumes – e os renovadores – que entendiam a ótica da mudança. Dentro desse jogo de transição, onde velho e novo ainda convivem, essa nova mulher, representada por Eva, poderia vincular-se ao bem ou ao mal de maneira legítima, dependendo do ponto de análise do observador. A partir da narrativa vamos nos esclarecendo.

O jovem Otávio Medeiros – o protagonista – se encantou pela prima assim que a viu pela primeira vez na fazenda Santa Genoveva, propriedade escravista e cafeeira de seu pai, o coronel Medeiros. Como já apresentamos no início do capítulo, Otávio havia chegado de uma estadia de vários anos na Alemanha, onde permanecera estudando engenharia, logo era natural – pelo contato que tivera com as ideias progressistas da Europa – que se identificasse com o republicanismo, abolicionismo e liberdades em geral.

No momento de sua chegada à fazenda do pai ele encontra a desconhecida moça cuidando das galinhas e então, já no seio da família, questiona sobre quem seria a jovem. A irmã mais nova, Noêmia, descreve-a como um anjo, porém seu pai rebate, afirmando ser o diabo. A raiz dessa forte oposição colocava-se desde a primeira frase de Eva diante do recém-chegado. A atitude da jovem, ao mesmo tempo que encantava Otávio, deixava patente o motivo do destempero do Coronel. Assim temos o primeiro encontro dos dois:

Octavio não fora notado e observava com atenção a recém-chegada.

Era uma mulher nova, esbelta, levemente morena, de fartos cabelos negros, rosto oval, olhos franjados por longas pestanas muito escuras, feições regulares, andar firme, cabeça erguida sem afetação nem altivez. Tinha a voz grave e cheia, a attitude serena. Vestia com simplicidade seu vestido de percale, escrupulosamente ajustado.

– Que temos? Indagou o tio.

– **Venho pedir-lhe que perdoe o Manuel**; elle promette ser obediente d’aqui por deante. Mande tirar-lhe os ferros?

– Asneira! **Deixe-se disso que não é da competência das moças**. Se não quiser ver o negro com os ferros, não olhe para elle.

¹⁶⁴ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. Cit.* Capítulo VIII. Devido as diferentes edições disponíveis e a utilização da versão do século XIX, citamos preferencialmente o livro pelos capítulos, pois eles não variam em suas diferentes edições. Quando citada a página é em relação à edição de 1894.

– **Não olho, mas mesmo assim não deixo de saber que os traz**, e isto doe-me.

[...]

– **Já não sei quantas vezes tenho, a seu pedido**, perdoado faltas dos escravos! Olhe, é melhor que vá se preparar para o jantar; aqui está meu filho que chegou hoje, e espero amigos nesta meia hora.

Eva voltou os olhos serenamente para Octavio. [...]

– Eu não sabia da sua chegada; venho neste momento...

– De alguma senzala, interrompeu com ironia o tio.

– É verdade, confirmou ella; de uma senzala. Fui ver a Josefa que está doente. Á saída encontrei o Manuel, que me pediu o apadrinhasse; **prometti** vir em seu socorro e atravessei logo para aqui.

– **Não deve prometter o que não pode cumprir.** ¹⁶⁵

Em seguida, Eva volta um olhar suplicante para o primo, que intercede por ela pedindo o perdão do escravo em comemoração à sua chegada. Refletindo logo depois sobre a cena que presenciara, Otávio percebe-se encantado pela moça, concluindo que ela era, como dissera sua irmã mais nova, “um anjo” e não “um demônio” como contrapusera seu pai.

Esse jogo de anjo e demônio, além de ser típico para configurar mulheres que estavam ou não dentro do padrão esperado,¹⁶⁶ também pode revelar alguns outros detalhes históricos e sociais dos quais a personagem fugia com suas atitudes. No trecho podemos visualizar uma pequena parte do que se desenvolve no enredo: a defesa abolicionista de Eva em contraste ao posicionamento conservador de seu tio, um poderoso senhor de escravos. Contudo, para além de uma simples oposição de ideias, o que temos na passagem é uma insubmissão ao poder do patriarca da família.

Fazia pouco mais de seis meses que Eva havia se mudado para a casa do tio, por conta da morte de seu pai, Gabriel Medeiros. O último desejo desse era que a filha fosse morar com seu único parente (nas proximidades), para estar então protegida. Apesar de ser herdeira da fazenda de sua família, como mulher, Eva não poderia viver nela sem a tutela de um pai, irmão ou marido. Devemos lembrar que até 1916, as mulheres estavam subordinadas a uma figura masculina, sendo consideradas eternas menores de idade.¹⁶⁷ Assim, obedecendo ao último desejo de seu pai e consciente de suas limitações de gênero, Eva muda-se para a fazenda do tio.

¹⁶⁵ ALMEIDA, Julia Lopes de. *Op. Cit.* Capítulo II. P.24-25.

¹⁶⁶ TELLES, Norma. *Encantações... Op. Cit.*

¹⁶⁷ BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade – reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940.* São Paulo: USP, 1999. P.14.

Na cena em que se esclarece para Otávio o meio pelo qual Eva foi parar em sua fazenda, o narrador, Dr. Morton, observava a honestidade do coronel ao não deixar essa jovem mulher desamparada – afinal ele era o único que poderia lhe dar uma proteção moral. E observemos esse ponto para depois voltarmos a ele: Eva não precisava de dinheiro, nem de casa, ela precisava simplesmente de proteção moral, contra as mazelas sociais que acarretaria à moça viver em seu sítio, sendo solteira.

Gabriel Medeiros, no entanto, havia rompido relações com a família desde antes do nascimento da filha. Ele não compartilhava das ideologias conservadoras do pai e dos irmãos, desobedecendo às ordens do patriarca para se casar com uma mulher que ele escolhera. Anos depois, quando, por ocasião da morte da mãe, recebeu como herança um sítio, ele instalara nele o trabalho livre, com mão de obra imigrante. Assim, Eva fora criada por pais modernos e progressistas que acreditavam no crescimento próprio sem a exaustão do trabalho alheio.

Ao se mudar, Eva, naturalmente, leva consigo seus valores familiares. Contudo, ao colocar dentro da família do coronel suas ideias, ela estava desrespeitando sua figura de patriarca. Temos aqui, então, uma das legitimidades possíveis para a ótica da jovem como demônio. Eva é um demônio, pois ela não soube se portar no ambiente que a acolheu. Em seus estudos, Sidney Chalhoub mostra como, no decorrer do século XIX, os proprietários valorizavam o seu poder de decisão. Era o proprietário que decidia os caminhos de seus dependentes, os quais nunca deveriam questionar suas escolhas.¹⁶⁸

Uma das razões que fazem o tio não gostar da sobrinha é sua afronta à autoridade. Eva era uma moça de opinião e vontade, mesmo sendo essa contrária à da figura masculina à qual deveria respeitar e se submeter, dentro das circunstâncias em que se encontrava. Na passagem, Eva promete ao escravo ajudá-lo, ação que o tio prontamente censura, afinal ela não *deveria prometer o que não poderia cumprir*. A situação de Eva dentro da fazenda Santa Genoveva é de uma dependente, estando ela sob favor de proteção de seu tio, entretanto suas atitudes são quase de senhora da casa, ao se relacionar com os escravos – e mesmo diante da passividade de sua tia, como logo veremos. Ao lado disso, as ideias da menina influenciavam também a vida das outras mulheres dentro da casa grande. Conversando com Noêmia, Otávio descobre que a irmã do meio, Nicota, não gostava de Eva:

– Mas qual será o motivo da antipathia de ambas?

¹⁶⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia de bolso, 2011. E IDEM, *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- De ambas não. Eva gosta de Nicota; Nicota é que não gosta de Eva!
- Ciumes?
- De quem? Não, julgo que é porque Eva disse um dia que não se casaria nunca sem amor, assim como...
- Nicota.
- É exacto.
- A quem disse ella isso?
- A nós.
- É romântica, mas afinal tem razão.
- Pois foi esse o motivo; Nicota contou tudo a mãe, mãe contou ao pae e...
- Pae zangou-se, está claro.
- E não quer que a gente esteja muito tempo perto dela, com medo que nos pegue a sua maneira de pensar. ¹⁶⁹

Assim, Eva era uma mulher de pensamentos livres demais para o bom convívio com as pessoas do casarão, habituadas a aceitarem, sem restrições, as vontades do seu proprietário. E de fato o coronel estava certo, pois Noêmia foi influenciada pelos pensamentos da prima, concordando com ela que não deveria se casar sem amor. Quando ocorre a inevitável situação de seu pai querer casá-la com um desconhecido, é à prima que ela recorre, chorosa pela sua falta de sorte.

A impertinente sobrinha do Coronel era uma mulher moderna, que seguia um pensamento diferenciado da participação da mulher dentro do lar. A cena da descoberta do possível casamento forçado para Noêmia ainda colocava outro ponto dessa figura feminina: a participação da mãe como intermediária da defesa entre os desejos do pai e dos filhos. Ao descobrir a resolução do pai, Noêmia correu para os braços da prima pedindo aconselhamento. Assim que terminava de ouvir as lamentações da prima, Eva observava que a pessoa mais apropriada para Noêmia conversar seria sua própria mãe, dizendo o que sentia e essa, certamente, se movimentaria para protegê-la.

Nesse momento, Eva demonstrava o papel adequado da mãe, em contraposição às atitudes da tia que, em sua total apatia, seria incapaz de cumprir deveres para além da procriação e dos cuidados manuais com a casa. Noêmia procurava Eva como conselheira, pois, como ela mesmo concluía, depois de questionada sobre um possível auxílio da mãe, “não havia ninguém

¹⁶⁹ ALMEIDA, Julia Lopes de. *Op. Cit.* Capítulo III. P.38.

por ela” dentro daquela casa.¹⁷⁰ Diante da situação, Eva, novamente, tenciona movimentar-se contra a vontade do tio, ao oferecer sua ajuda à prima. Iria ela mesma conversar com ele. Noêmia, no entanto, sobressalta-se diante dessa possibilidade, pois sabe que o pai estava cada vez menos disposto a aturar as intervenções da jovem em suas decisões.

Outro defeito de Eva, para o grupo com pensamentos conservadores como Medeiros e quase todos os coronéis da região, seria sua educação. A certo momento o Dr. Morton – velho americano amigo de Otávio e ex-professor de Eva – esclarece para o jovem Medeiros que Eva era “perigosa” na visão dos escravocratas como o coronel Medeiros e Antunes. Esse último era o vilão da história, ex-feitor que se tornou dono das terras de um filho seu, depois deste ser morto em uma revolta de escravos. No entanto, em um primeiro momento, Antunes era tido como amigo da família, e compartilhava a impressão do coronel Medeiros de mulheres como Eva serem perigosas por sua inteligência e forma de agir. Logo no começo do romance, Eva aparece conversando com o juiz de órfãos, Azevedo, em uma caminhada que toda a família realizava. Contudo, por seguir um trecho do caminho acompanhada apenas do juiz, recebe uma injúria de Antunes que considera “o procedimento vergonhoso”, observando que deveriam logo “decidir-se sobre o casamento”.¹⁷¹ Em outra cena, o coronel Medeiros completa o mesmo pensamento sobre Eva, quando Otávio lhe diz que considerou Sinhá – a escolhida pelo pai para um sonhado casamento com o filho – uma estátua de gelo que não lhe dirigia a palavra. Para o pai de Otávio isso não era um defeito, apenas significava que a moça não era “leviana como... como a maior parte” deixando na função das reticências o nome subentendido de Eva.¹⁷² Essas situações mostravam que para uma ideologia do proprietário, em São Paulo, Eva estava longe de cumprir com o seu papel – seguindo um comportamento considerado ideal por aqueles chefes de família. Ela pensava demais e agia demais contra os padrões estabelecidos. Estava na casa do tio para não quebrar padrões e, como boa filha, obedecer às vontades do pai, algo enfatizado pela autora:

Lembrava-se com amargura da ultima vontade expressa por seu pae, queria segui-la e obedecer-lhe em tudo. Elle tinha sido um homem raro, bom, justo, caritativo, affectuoso e incapaz de um acto leviano; sempre reflectido, sempre sereno, sempre cheio de boa fé e areolado de virtudes. Por isso tudo foi que elle a puzera em casa do irmão, cuidando abriga-la das adversidades e das baixezas de uma sociedade ociosa e sem espirito!¹⁷³

¹⁷⁰ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. Cit.* Capítulo XVIII.

¹⁷¹ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. Cit.* Trechos do capítulo III.

¹⁷² IDEM. Capítulo V.

¹⁷³ IDEM. Capítulo XVIII.

Havia um papel que a heroína deveria cumprir naquele espaço, porém ela só o fazia parcialmente, para honrar a vontade do pai. Debatia-se com os demais aspectos sociais que aquela vontade impunha. Como podemos ver, Eva não possuía a arte das mocinhas machadianas de “perseguir objetivos próprios por dentro da ideologia senhorial”.¹⁷⁴ Sua personalidade explosiva, como a própria autora pretende demonstrar no decorrer da narrativa, faz com que ela se debata diretamente contra essa ideologia e ao fazer isso, perde. Nesse sentido, Eva também representa os resultados negativos para as jovens que tentavam se colocar diretamente contra as atitudes do patriarca. Vale ainda observar que, se podemos ver nisso uma crítica da autora ao poder patriarcal dentro da casa, não significava ser contra o comando paterno ou masculino. Como vimos, Eva respeitava muito ao seu pai e também a Paulo, seu irmão adotivo, como figuras de homens inspiradores e sábios, a quem ela deveria ouvir os conselhos. A crítica era para a ideologia senhorial tradicional, como apontada por Chalhoub, que desejava manter antigos sistemas de poder. É importante notar que a autora pretendia propagar novas formas de socialização, não apenas para as mulheres, mas também para os homens. Eles continuavam sendo chefes, porém se esperava uma consciência maior de suas responsabilidades e formas de agir – de modo que contribuísse para o bem-estar e crescimento de todos que estivessem sobre seus cuidados.

Por conta dessas dicotomias que podemos ver Eva figurando como anjo e demônio. Contudo, era na face de anjo que a autora queria efetivamente construir sua heroína, colocando nela atributos que considerava essenciais em uma mulher bem instruída. A profunda educação da jovem contrapunha-se aos modos dos demais personagens do seu entorno, principalmente as femininas. A nosso ver, Almeida agrupou em seu romance *A família Medeiros* o desejo de construir uma obra socialmente crítica, mas ao mesmo tempo notavelmente pedagógica no enfoque dado aos personagens. Ao criar personagens secundários tão contrários aos heróis da narrativa, ela enfatizava as mudanças necessárias em algumas atitudes sociais e fortemente difundidas entre a elite. *A família Medeiros* é o romance onde Júlia Lopes estava problematizando a própria classe e seus costumes.

Se compararmos o romance aqui analisado com o imediatamente anterior e o seguinte, nosso conceito fica ainda mais palpável. Em *Memórias de Marta*, de 1889, a autora fazia uma análise da vida de mulheres pobres, vivendo em cortiços e suas possíveis formas de sobrevivência na luta contra a pobreza. *A Viúva Simões*, de 1896, possuía um viés naturalista, onde a autora construía sua história em cima do desejo feminino e da possibilidade de uma

¹⁷⁴ CHALHOUB. Sidney. Machado de Assis... *Op. Cit.* p.91.

mulher viúva ter relações sexuais fora do casamento.¹⁷⁵ Como podemos observar, nenhum dos dois se encaixa como um romance de representação da família proprietária tradicional. Neste sentido, observar o discurso ideológico construído ao redor de Eva nos permite ver como Júlia Lopes imaginava a figura feminina ideal para mulheres de posses. De fato, a autora desenvolve, em *A família Medeiros*, não apenas a imagem da mulher ideal, mas o que, a nosso ver, enquadra-se como um pensamento social e familiar ideal.

Havia no discurso de Júlia Lopes em *A família Medeiros* uma nítida preocupação com a necessidade de transformação dos costumes: como aqueles grandes proprietários viam o trabalho do campo e como viam o trabalho da mulher dentro de suas casas? Essa necessidade de repensar as organizações sociais da elite aparecia no discurso da autora como parte do discurso narrativo e nas falas ou pensamentos de personagens específicos como nos casos acima referidos. Júlia Lopes criticava diversos velhos hábitos paulistas, indicando Eva como o exemplo da boa prática feminina que conhece o dever da mulher dentro do lar e do trabalho doméstico e que não desperdiça seu dinheiro com futilidades.

Eva era reiteradamente construída como uma mulher de hábitos “simples e que gastava pouco consigo mesma”, estando sempre “muito despreziosa com sua *toilette* clara e simples”.¹⁷⁶ Logo na primeira cena, a qual descrevemos no início da apresentação da heroína, a narradora descrevia que a jovem “vestia com simplicidade seu vestido de percale.” E Eva seguia assim, com escrúpulos e bondade, construindo uma vida agradável e literalmente mais bela do que dos demais fazendeiros tradicionalistas da região. Mais bela não só por que Eva era boa e sua casa seria um bom lugar para se viver, mas por saber transformar o seu entorno em um lugar bonito de se contemplar. A narradora reconhecia que muitas vezes as moças solteiras não tinham o que fazer. Como saída útil e agradável, propunha o cultivo de flores que poderiam ainda embelezar o espaço onde vivessem. No *Livro das noivas*, Júlia Lopes fazia todas as indicações sobre a vida doméstica que aplicava em Eva Medeiros. Sobre o tempo excedente do qual muitas mulheres reclamavam, a autora aconselhava a suas leitoras:

Conheço algumas jovens, que vivem numa indiferença lamentavel.

O tempo ha de forçosamente parecer-lhes monotono. A applicação está provado ser a coisa mais necessaria da vida. Sem occupações, os dias são intermináveis, tediosos e doentios; vem-nos o enfado, o mal-estar, e a melancholia. Pois bem, minhas amigas! Quereis um bello meio de tornar as

¹⁷⁵ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A viúva Simões*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

¹⁷⁶ IDEM. Capítulo V e VII.

coisas risonhas e proveitosas, ao menos, duas horas em casa um de vossos dias?

Cultivae flores.¹⁷⁷

Eva Medeiros, como uma boa aprendiz, cultivava muitas flores, embelezava o seu espaço com elas e parece-nos, na narrativa, sempre distraída e ocupada com esses costumes que Júlia Lopes buscava incutir em suas jovens leitoras do *Livro das Noivas*, futuras donas-de-casa e mães. A autora ia mostrando, assim, que o enriquecimento da alma feminina poderia tomar vários caminhos mesmo dentro do seu universo limitado de funções. Eva Medeiros tinha sempre tarefas úteis para realizar dentro do lar, uma delas era torná-lo um lugar belo para o olhar de quem vivesse naquele espaço.

Devemos lembrar que a jovem amazona não se preocupava apenas com esses trabalhos manuais. Ela também sabia francês, inglês e um pouco de alemão. Além disso, no início do romance, estava sempre realizando leituras e estudando clássicos com a preceptora Mme. Grüber. No *Livro das Noivas*, Júlia Lopes indicava sua preocupação com a leitura das jovens, que deveriam se instruir com cuidado e ler apenas obras que lhes enriquecesse o espírito:

O livro é um amigo; nelle temos exemplos e conselhos, nelle um espelho onde tanto as nossas virtudes como os nossos erros se reflectem. Repudial-o seria loucura; escolhel-o é sensato.

A estante de uma mulher de espírito e de coração, isto é, de uma mulher habilitada a apprehender e conservar o que ler; que souber que isso a instrue, a torna apta para dirigir a educação dos filhos, dando-lhe superioridade e largueza de vistas; a estante de uma mulher inteligente e cuidadosa, que ama os seus livros, não como um mero adorno de gabinete, mas como a uns mestres sempre consoladores e sempre justos, essa estante é um altar onde o seu pensamento vae, cheio de fé, pedir amparo numa hora de desalento, e conselho num momento de duvida.¹⁷⁸

Assim como indicava a pedagogia para as noivas escrita pela autora, Eva era inteligente, uma jovem instruída em diversos ramos do conhecimento, nos quais as moças poderiam, na visão de Júlia Lopes, se ilustrar. Por isso, sofria dentro do casarão da fazenda Santa Geneveva, pois percebia que, por sua forma de ser, não era bem-vinda por lá, contudo não queria desobedecer a última vontade de seu pai que lhe indicou a proteção do tio enquanto estivesse solteira, afinal, como mulher ela precisava aprender a lidar com as limitações impostas pela

¹⁷⁷ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das noivas... Op. Cit.* P.131.

¹⁷⁸ IDEM. p.38.

sociedade. Essa compreensão das limitações femininas era enfatizada nos dois livros. Em *A família Medeiros*, na carta de despedida de Mme. Grüber para Eva, a preceptora indicava:

Continue a estudar; leia com cuidado. Um bom livro é tão salutar para a alma como um banho o pode ser para o corpo! Fuja das theorias philosophicas e das exposições pessimistas dos espiritos doentes do ideal. Não se deixe prender, como tantas outras mulheres inteligentes do nosso tempo e da sua instrucção, pelos assumptos guindados das teses sociais; deixe taes argumentos á competencia e á prática dos homens; **o seu concurso não iria, com certeza, abalar as leis estabelecidas e, ainda por cima, comprometeria a sua vida íntima!** Uma mulher com asserções dogmaticas é, aos olhos dos outros, uma ridícula, e aos seus próprios olhos uma infeliz.¹⁷⁹

Como podemos perceber, a necessidade do estudo e leitura feminina era mais uma vez demarcado pela autora, contudo deveria ser feito com o cuidado de não ultrapassar um limite que afrontasse sua posição social dentro da família e em relação aos homens. Segundo a opinião da alemã, uma mulher não seria capaz de mudar as leis estabelecidas com suas ideias, algo que é interessante de se analisar nesse estudo. Por mais que a escritora fosse contra determinadas imposições feitas ao seu gênero, ela muitas vezes transmite certa descrença na possibilidade das próprias mulheres conseguirem mudanças através de suas ideias. No romance, Eva apesar de ser uma boa moça e injustamente caluniada, era descrita pela autora como uma jovem “rebelde”, de espírito forte, o que poderia, como acontece, colocá-la em uma situação ilegítima para uma mulher. Diante de todos os dissabores pelo qual passava na casa do tio, em certo momento Eva perguntava-se por que precisava ficar em um lugar onde não era bem-vinda. Como boa filha e consciente dos preceitos sociais, ela mantinha-se presa àquele convívio, que se tornava cada vez mais insuportável, por questões da sua imagem e da honra feminina que precisava defender. No auge de sua infelicidade, a personagem repetia para si que apenas um homem, mesmo que fosse um “homem qualquer” de “menos escrúpulos ou espírito inferior ao seu” poderia tirá-la daquela condição lastimável dentro da casa do tio.¹⁸⁰ O casamento surge como uma obrigação infeliz, uma rota de fuga para a vida indesejada. A condição da mulher da elite tomava, então, seu aspecto prisional.

Contudo, se por um lado a autora não validava ações femininas em discussões das teses sociais, por outro ela enfatizava a escolha livre e correta de um bom casamento. Em um primeiro momento de desespero Eva sentiu-se tentada a escolher um casamento, qualquer que fosse, tanto que lhe tirasse daquela posição em que se encontrava na casa do tio. No entanto, ela não

¹⁷⁹ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A família...* *Op. Cit.* Capítulo IX. pp.94-95.

¹⁸⁰ IDEM. Capítulo XVIII.

teve coragem de fazer essa escolha que iria afetar toda sua vida. Ao contrário, apesar de ser uma opção contra as regras sociais, Eva saiu da casa do comendador quando recebeu seu primeiro pedido de casamento e voltou para a fazenda de seu pai:

Paulo escutava-a em silêncio, com o rosto carregado por uma grande sombra de tristeza; deixou-a expandir, assim, todo o seu ressentimento e cólera; depois fez-a sentar-se e disse-lhe pausada e moderadamente:

– Você fez mal! De um movimento instantâneo e irrefletido depende muitas vezes a alegria da nossa vida inteira! Acredite, minha querida Eva, que quanto maior for a serenidade, mais certa é, em todos os casos, a vitória. Ora, Eva, você foi precipitada, **não olhou a conveniência nem transigiu com os seus deveres de tutelada!** Abriu a válvula do seu temperamento e deixou-o falar sem consultar a razão. Agora, sem o saber, poderá justificar alguma que talvez haja a seu respeito, coisa que poderia ser perfeitamente evitado!¹⁸¹

Como podemos ver na voz de Paulo, Eva não soube agir como deveria em seu papel de “tutelada” e ainda deu abertura para que dúvidas recaíssem sobre ela, ao sair da casa do tio. Apesar de Paulo, seu irmão adotivo, enfatizar que ela se colocava, com aquela atitude, em uma posição muito melindrosa perante a sociedade, Eva não desistiu da decisão. Ela havia chegado ao seu limite quando o comendador a acusara de ter seduzido Otávio, quando este a pedira em casamento na frente do pai. Assim, ela fica no Manguelal e Paulo contrata uma acompanhante para atenuar a possível maledicência da sociedade.

A nossa heroína, apesar de detestada por alguns, recebeu três pedidos de casamento durante o romance, ou seja, no auge de sua individualidade, ela se deu o direito de recusar dois matrimônios antes de conseguir ficar com a pessoa amada. E devemos observar que, no momento da recusa dos dois primeiros ela ainda não sabia se era correspondida pelo seu verdadeiro e único amor. Isso certamente foi um ponto importante para a autora que buscava defender no romance o direito de as mulheres escolherem o par que as acompanharia pelo resto de seus dias. Afinal, como D. Júlia afirmava no *Livro das Noivas*, “a poesia da vida consiste em tudo; agora a do casamento, essa consiste principalmente no amor.”¹⁸² Era preciso amor para que a mulher conseguisse passar por todas as dificuldades do casamento e se manter feliz e sóbria na sua função de esposa e mãe. Assim, por mais difíceis que estivessem seus dias de solteira ela não poderia escolher levemente um marido. O conceito do casamento precisava deixar de ser visto como um contrato de propriedade para ser o formador de uma nova família,

¹⁸¹ IDEM. Capítulo XX.

¹⁸² ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. Cit.* p.29.

¹⁸³ daí a ideia de amor entre o casal. Júlia Lopes não cobria o casamento de encantos em seu livro dedicado a falar dele, pelo contrário ela enfatizava a necessidade das moças escolherem com cautela o futuro marido, na certeza de que o amavam e de que o escolhido se encaixava na realidade delas. A compreensão de amor para a autora tinha muito de companheirismo e igualdade de ideias entre o par.

Para o leitor que já conhece o romance, não há nenhum suspense sobre quem foi o escolhido por Eva. Contudo, para os que eventualmente não tenham lido as páginas daquela história, reproduzimos o ligeiro suspense intencionado pela própria autora ao construir os seus heróis. Otávio, como vimos, encantou-se pela moça logo à sua primeira ação angelical, ao sair em defesa dos escravos. Azevedo, apresentado também no início do livro, dizia ser completamente apaixonado pela jovem – e as más línguas da vizinhança via nos dois um casal. No entanto, era no terceiro, no amor recluso do coração, naquele que não competia a ninguém conhecer, que residia o verdadeiro amor da moça: Paulo, seu irmão adotivo.

A narradora apresentava primeiro os dois homens que não seriam aceitos pela heroína. Azevedo, identificado como apaixonado pela jovem desde antes da chegada de Otávio, apesar de abolicionista, era colocado como medíocre pelos demais personagens, e como veremos ainda neste capítulo, não parecia ter muitas qualidades além da sua defesa pela emancipação dos escravos. Otávio, o protagonista, surgia então como o melhor partido, um homem viajado, com ideias modernas e também emancipacionista. É o amor de Otávio que vemos se construindo no decorrer na narrativa, no entanto, Júlia Lopes estava arquitetando sua imagem de família perfeita e Otávio, filho do comendador Medeiros, conseqüentemente herdeiro da rica fazenda escravocrata de seu pai, não seria o partido ideal. Levando em conta a construção do romance, que tipos de rixas familiares não se formariam se Otávio ficasse com Eva, moça que seu pai não admitia nem mesmo como sobrinha?

Ainda no começo do romance, quando não sabemos que Eva ama Paulo, temos pelos olhos do próprio Otávio uma descrição de seus concorrentes:

Apartando-se do commendador, elle foi pensando com tristeza nas suas últimas palavras. Eva casar-se com Azevedo! Que insensatez! Mas não refletira elle já nisso, resolvido a protegel-os? É que nessa ocasião, supunha que elles se amavam; mas agora que o juiz lhe tinha aclarado o espirito com a narração da carta, isso parecia-lhe absurdo. Eva merecia um homem superior... e elle julgava o Azevedo um medíocre!...

¹⁸³ LEITE, Míriam M. e MASSAINI, Márcia. “Representações do amor e da família”. In: D’INCAO, Maria Ângela. *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989. P.79-81.

Eva casar-se com Paulo! Que suposição extravagante! Mas, afinal de contas, era uma coisa perfeitamente realizável! Eles eram porventura filhos dos mesmos paes? Creados juntos quase desde o berço, amando os mesmos logares e as mesmas pessoas; ligados pela mesma educação, pelos mesmos factos, pelo mesmo passado, era naturalíssimo amarem-se e quererem continuar a vida em comum.¹⁸⁴

O *Livro das Noivas* nos mostrava esses mesmos indícios do modelo familiar que Júlia Lopes aplicara em seu romance *A família Medeiros*. Paulo e Eva tinham a mesma educação – frisada bem pela autora com a ideia de serem irmãos adotivos – e os mesmos amores e valores familiares. Eles cresceram juntos, no idílio da fazenda perfeita. A construção não deixa de nos lembrar *Paulo e Virgínia*, romance de Bernadin de Saint-Pierre, que contava a história de duas crianças criadas como irmãos e que cresceram longe das mazelas sociais. Eva, assim como Virgínia, se viu obrigada a abandonar aquele lar ideal para enfrentar a realidade da sociedade de seu tempo, para apenas depois poder retornar. Ao contrário do romance francês, no entanto, os heróis conquistam o amor no final e a possibilidade de construírem uma família.¹⁸⁵

Como podemos ver, o casamento de Eva e Paulo concretizava um ideal de matrimônio defendido e divulgado pela autora neste romance e em suas crônicas do fim do século. Os dois irmãos possuíam um reconhecimento social único naquele ambiente representado pela autora; apenas eles conseguiam compreender em sua complexidade a relação entre a modernidade e o trabalho no campo e por isso eram feitos um para o outro, na construção do romance. Como veremos a seguir, mesmo outros personagens como Azevedo e Otávio, que representavam também uma vertente abolicionista e republicana, não se encaixavam perfeitamente no universo visionário que Júlia Lopes propagandeava. Não tendo tido a mesma educação que Paulo e Eva, ambos os personagens acabavam caindo em conceitos conservadores e por isso mesmo não poderiam ser o par perfeito para a heroína da narrativa. Eva, depois de enfrentar bravamente um mundo tão díspar do seu, e conseguir manter-se digna, honrada e, ainda que no limite, sem ultrapassar as barreiras sociais, tinha que demonstrar ser possível a conquista do que essas jovens mais deveriam prezar nesse momento: o casamento com um igual.

A organização do texto de Júlia Lopes nos permitiu perceber que a autora criticava a dicotomia de uma das regiões mais ricas do país. Por um lado, ferrenhos conservadores com a família e com os trabalhadores, por outro, modernos adoradores do progresso mecânico. No

¹⁸⁴ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. Cit.* Capítulo IX. P.90.

¹⁸⁵ No livro de Saint-Pierre Virgínia morre afogada no final da história. Ver: SAINT-PIERRE, Bernadin. *Paulo e Virgínia* – história fundada em fatos. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811. Disponível no site: www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br

tópico a seguir podemos perceber como era através dos personagens secundários que ficava mais claro o que Júlia Lopes queria defender com seu casal ideal.

2.4. Modernos e conservadores – o evoluir e o retroceder das famílias burguesas

O fim da monarquia e o início da república trouxe para a elite e letrados brasileiros muitas expectativas. Esperava-se que ocorressem muitas mudanças no campo social, político e econômico. O desenrolar dessas mudanças, no entanto, tiveram pesos e medidas diferentes para a vida dessa elite. O estado de São Paulo já vinha crescendo e se enriquecendo devido ao poder do café na economia nacional e unia-se a isso o começo da industrialização e a melhoria da mecanização das fazendas para produção do café. No entanto, essa maior modernidade, no plano da mecanização, não era acompanhada, com o mesmo interesse, em seu aspecto social – os direitos trabalhistas, por exemplo, demorariam ainda muitos anos para serem implementados no país.

No romance, como vimos, a modernidade de Eva parecia não a encaixar perfeitamente naquele ambiente, principalmente aos olhos dos lavradores tradicionais – escravistas e dominadores das figuras femininas que tinham em casa. No entanto, a ideia de modernidade perpassa o romance de diversas formas, não apenas nas atitudes da jovem heroína, colocando em cena a complexidade da relação entre a implantação do moderno e a manutenção do conservadorismo familiar.

Eva era proprietária do Manguairal, fazenda modelo que funcionava dentro do sistema de colonos com uma forma justa de divisão do trabalho – esse é o modelo que podemos ver como a defesa do livro. No entanto, a ala conservadora também estava envolta com o moderno – na fazenda do coronel, por exemplo, havia telefone, eles viajavam de trem entre as cidades da região, e o comendador, logo no início se vangloriava da casa de máquinas de sua fazenda, mostrando-a “orgulhoso de sua propriedade”, para os visitantes. Apesar de desinteressado na educação das filhas, o coronel não deixou de contratar uma preceptora alemã para educá-las, o que nos permite pensar que tenha sido mais pela imagem moderna que ela possuía do que necessariamente pelo aprendizado que as meninas teriam.

Na cidade, essa elite frequentava o *club*, as mulheres, em eventos sociais, usavam roupas encomendadas diretamente de Paris, e jornais internacionais estavam presentes e poderiam ser lidos na casa, pelos interessados. Mais para o fim do romance, o Trigueirinhos, esposo de Nicota, recebia um telegrama avisando da chegada da família da esposa em sua fazenda. Estes

iam fazer uma visita à filha recém-casada, mas iam, principalmente, à inauguração, também, da Máquina Paulistana das oficinas Lidgerwood, como assinalou a autora, que o pai de Trigueirinhos iria implantar na fazenda. Como podemos notar, a questão não era o atraso puro e simplesmente dos conservadores, mas a forma de encarar essa modernidade. O conceito de Eva era de uma modernidade que levava em conta o outro, dando-lhe direitos, enquanto os fazendeiros tradicionais tinham uma visão puramente econômica e de riquezas; as melhorias da modernidade deveriam ser implementadas no plano físico da vida e não emocional ou social.

A visão limitada dessa elite tradicional com relação à modernidade surgia no romance de diversas formas. Ainda no plano material, se por um lado eles tinham uma grande riqueza, por outro, na opinião da autora, eles não sabiam usufruir da comodidade que esse dinheiro poderia trazer. No casamento de Nicota, a narradora descrevia suas primeiras impressões e críticas com relação às prioridades daquelas ricas famílias:

Famílias, cujas casas não demonstravam o mínimo vislumbre de gosto, tendo os interiores sem conforto e sem poesia, quasi vãos de moveis e completamente faltos de objetos artísticos, apresentavam-se nos bailes de uma maneira verdadeiramente sedutora!

As representantes da geração passada, senhoras edosas e ignorantes, não sabendo ler, sabiam vestir-se com a seriedade e a distinção que a sua idade requeria. Um agente experto ocupava-se, há bem poucos anos, em ir e vir de Paris com encomendas particulares, para uma cidade do interior exclusivamente. Não tendo ainda a doce e bella idolatria do *home*, o espírito feminino ocupava-se pertinazmente dos adornos pessoais, não por coquetterie – de índole honestíssima e recta e, de natureza, formosas, as senhoras não necessitavam recorrer a isso – mas para satisfazerem uma caprichosa tendencia de seu temperamento.¹⁸⁶

Alguns capítulos à frente, Paulo também mostrava sua indignação com a aplicação que os filhos dos ricos lavradores pensavam que deveriam dar ao dinheiro que recebiam:

Alguns de seus amigos riam-se francamente d'aquelle desusado luxo, dando-o como a mais irrecusavel prova de pouco juizo. O engeitado, o filho adoptivo de Gabriel Medeiros enterrava suas economias em coisas para eles supérfluas, nos delicias objetos artísticos, tão raros na província! Entretanto os agentes e comissários dos grandes armazéns de Paris recebiam listas enormes de toilettes caras; as senhoras encommendavam sedas e veludos, guarneciam-se de rendas, envolviam-se em perfumes e habitavam casas sem conforto, aridas, quasi nuas e aborreciveis!

¹⁸⁶ IDEM. Capítulo XIV. Pp.129-130.

Os rapazes esbanjavam os seus lucros de lavradores ricos lá fora; no jogo, com mulheres, em extravagancias de toda ordem, e recolhiam-se sem alegria para os seus quartos cheios de apetrechos de caça, com roupas pelas paredes e garrafas de cognac e bolsas de fumo sobre as mesas.¹⁸⁷

Nos dois casos os gastos são feitos, na opinião da autora, com coisas supérfluas que não levavam em conta o bem-estar da família dentro da casa. Em um momento em que se quer enfatizar o papel da mulher dentro do lar e no cuidado dos filhos, a casa ganhava uma grande importância devendo ser um espaço prazeroso para a esposa cuidar, o marido descansar e as crianças desenvolverem-se. O gosto por uma vida mais interna à casa ganhava nesse período uma roupagem especial com o desenvolvimento da ideia de “lar”, um conceito que na Inglaterra buscava mostrar a importância da mulher na casa e na construção de um espaço harmonioso para a família.¹⁸⁸ Como vemos Júlia Lopes tentava defender essa proposta também para as casas brasileiras. A nova sociedade, moderna e higiênica, que esses letrados da passagem do século buscavam propagar precisava aderir a mudanças estruturais na lógica familiar. O “lar doce lar” passava a ser o lugar da proteção contra as agruras do mundo externo, cada vez mais capitalizado e supostamente avesso a esse amor genuíno.¹⁸⁹

Ainda nesse sentido, no *Livro das Noivas*, Júlia Lopes de Almeida observava que as brasileiras jovens tinham um gosto muito grande por danças e bailes, enfeitando-se excessivamente e perdendo a graciosidade natural da juventude. Como vemos no trecho citado acima, as mulheres sabiam vestir-se, em contrapartida não sabiam ler. Temos subentendido nisso a questão da mulher como primeira educadora dos filhos e moralizadora da família.¹⁹⁰ Parece-nos que a autora tentava enfatizar um modelo de modernidade que soubesse dosar a riqueza com o bem estar familiar e o desenvolvimento do gosto dos jovens por aquilo que seria essencial a suas vidas. As moças, por exemplo, precisariam aprender a amar a casa e saber usar o seu tempo dentro dela. Afinal, como Júlia Lopes sublinhara diversas vezes no *Livro das Noivas*, a vida de casa não era sempre um mar de rosas e, segundo ela, muitas jovens tinham a impressão que seria, sendo essa uma das razões para um casamento não harmonioso. Era preciso que as moças aprendessem a dosar opinião e a focar a moral que seriam responsáveis por transmitir e manter na família que construiriam.

¹⁸⁷ IDEM. Capítulo XX. Pp.196-197.

¹⁸⁸ DAVIDOFF, Leonore. *Worlds Between* – historical perspectives on gender and class. Cambridge, Polity Press, 1995. Pp.73-102.

¹⁸⁹ SCOTT, Ana Silvia. “O caleidoscópio dos arranjos familiares”. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. Pp.16-18.

¹⁹⁰ IDEM. p.74.

Os rapazes, por outro lado, deveriam saber amar o trabalho da lavoura, pois só assim haveria um crescimento sadio do trabalho e da riqueza. Era então nas palavras de Paulo que a autora colocava sua crítica à formação dos homens, herdeiros de ricas fazendas, que, segundo ela, se amassem o trabalho da lavoura agiriam de outra forma na sua organização. Paulo não havia estudado fora, mas aprendera a amar e a cuidar do espaço que lhe permitia enriquecer. Ele era um “bom lavrador” que se levantava cedo para verificar o trabalho, mesmo se houvesse “mau tempo”. Dedicava-se por amor à agricultura e por isso fazia melhorias no espaço da fazenda, valorizando também o trabalho braçal dos colonos e a sua vida interna àquele lugar. Em contrapartida, Otávio parece simbolizar a maioria dos filhos de fazendeiros que estudavam fora do país e voltavam para suas terras com um interesse muito volátil à vida do campo. No decorrer do romance ele surgia fazendo algumas medições de suas terras, mas sem registrar uma verdadeira utilidade na ocupação; já no começo da narrativa, ele comentava com Dr. Morton que apesar de sete anos de estudos de engenharia ele não sabia o que fazer da vida e provavelmente não ficaria na fazenda. Otávio era por excelência o símbolo da modernidade europeia, desejada pela elite; no entanto, Paulo que sabe cuidar de uma fazenda, enquanto Otávio parece não saber fazer nada.

Quando a narrativa nos leva até o Mangueiral, sítio herdado por Eva e sob tutela de Paulo, seu irmão adotivo, as comparações entre o novo e o velho se transferiam das pessoas para o espaço, mostrando mais uma vez que o atraso dos costumes paulistas afetava o cotidiano das famílias. A autora constantemente sublinhava como ao mesmo tempo que os fazendeiros como o coronel Medeiros e seu genro, Trigueirinhos, traziam modernidade para suas fazendas através de máquinas de produção eles não transferiam essa modernidade para a vida cotidiana, o que era feito por Eva e deixado a vista em seu sítio. Sob os olhos de Otávio temos a apresentação da fazenda:

Octavio Medeiros, observando tudo o que o cercava, estabelecia a relação entre a fazenda de Eva e a do commendador.

Alli tudo era diferente, tinha tudo um cunho original e alegre. A mobília de palha com espaldares claros, disposta artisticamente; o divan de linho de ramagens vivas, a um canto perto de uma jardineira de cortiça, tapada nos três taboleiros por graciosas hastes de avenca e fetos rendilhados; o piano alto, coberto de casimira cinzenta com aplicações de seda; o violoncelo ao lado do piano, junto de uma estante de mosaico e de um jarrão cheio de rosas frescas; a mesa redonda solida, sobre a qual se viam revistas musicais e retratos de maestros celebres; as cortinas transparentes barradas a matiz; todos os objetos, enfim, revelavam que a mão que o dispusera tinha tacto artístico, tão raro na província.

Octavio admirava ora a frescura de uma aquarela, onde, sobre o verde tenro de um pasto novo, babava em fio uma vaca malhada; ora os tapetes bordados num desenho chinês e extravagante, esquecendo-se das apreensões do pae e a reflectir na felicidade de quem gosasse naquela casa as doçuras da vida de família. ¹⁹¹

A casa, assim como sua proprietária, transmite um ar sereno e doce aos olhos do jovem. Ao contrário de Santa Genoveva, que permanecera completamente igual ao que ele havia deixado anos antes, ao partir para Europa, o Mangueiral tinha vivacidade, tinha o aspecto de um lar, no sentido já explicado.

Ainda assim, apesar de admirar o espaço de Eva, Otávio não idealizava sua própria propriedade, somente notava as diferenças entre a fazenda da prima e a do pai. Apesar de herdeiro de Santa Genoveva, Otávio é praticamente indiferente ao seu espaço durante todo o romance, não propões modificações nem melhorias, apenas observava o que parece lhe desagradar. Ao contrário de Eva (e o pai dela, Gabriel Medeiros) que, quando confrontada sobre que caminho seguir, fez sua escolha baseada em seus valores, Otávio apenas diz ser favorável às causas libertárias e inovadoras. Mesmo sendo a representação máxima de alguém com conhecimento da modernidade, ele não faz uma aplicação útil da sua experiência.

Como comentamos, a relação de Eva com o meio escravocrata foi o que fomentou a ideia de que ela poderia causar uma revolta de escravos na fazenda Santa Genoveva. ¹⁹² Otávio, apaixonado pela moça, não acreditou que ela pudesse estar envolvida naquela trapaça. É interessante observar, entretanto, que Otávio representa o espírito do filho do proprietário e podemos nos perguntar se não duvidaria da prima caso não estivesse apaixonado. Em vários momentos ele se põe a dúvida, mas nega logo em seguida baseado na paixão que sentia. Apesar de ser um rapaz progressista, não vemos nesse personagem nenhum aspecto de luta efetiva contra a escravidão. Mesmo dentro da propriedade de seu pai – da qual ele, como filho homem, seria herdeiro – ele se limita a fazer breves críticas à escravidão, em meio a conversas. Com a desculpa de não irritar o patriarca, diversas vezes, ele aparece dizendo que deixaria a conversa ou discussão de assuntos difíceis para depois. Um depois inalcançável. Eva é, mais uma vez, mais ativa do que ele, sempre se envolvendo na luta pela liberdade dos escravos, buscando ajudá-los quando doentes e chegando mesmo a dispor de uma parte de sua herança para que Azevedo comprasse a liberdade de alguns. Na própria fazenda conhecia seus funcionários e

¹⁹¹ IDEM. Ibidem. P.76-77.

¹⁹² A análise detalhada sobre a escravidão dentro do livro será feita no próximo capítulo.

mediava possíveis desavenças.¹⁹³ Porém, sendo mulher seu ativismo abria espaço para ser criticado como atividade imprópria para seu gênero.

Depois de se recuperar do acidente que sofrera, Otávio finalmente encontra-se com Paulo e lhe conta sobre a carta anônima que o pai recebera acusando a prima de organizar a revolta na fazenda. Conversando com ele sobre a bondade de Eva e as suas ações, Otávio dizia:

[...] Sem compreender a imprudência em que incorria, levada unicamente pelos impulsos do coração, **ela intervinha com frequência em favor dos captivos**, de quem captou sympathias. **Essa intervenção foi desastrosa**. Contando com seu apadrinhamento, **os negros amiudavam faltas a tal ponto**, que **meu pae viu-se obrigado** a negar-lhe as graças pedidas. Nasceu talvez d'ahi um pouco de ressentimento, e d'esse ressentimento a mutua desconfiança. Foi isso que, em parte, concorreu para o receio pueril que meu pae nutre acerca do mal que Eva lhe queira causar.¹⁹⁴

Essa fala demonstra muito nitidamente o espaço ocupado por Otávio dentro da família Medeiros. Na opinião do jovem herdeiro, a defesa dos negros causava a falta de dedicação ao trabalho e acabava por justificar a necessidade da represália. No entanto, devemos ter o devido cuidado de ver essa fala nas palavras de Otávio e não da narradora. Júlia Lopes de Almeida escolhia criteriosamente os personagens que estariam falando ou pensando sobre determinado assunto, deixando certas opiniões como uma impressão dos personagens e não dela, como autora. Neste caso, a escolha do personagem se torna ainda mais interessante, pois apesar de ele ter estudado na Europa e considerar a emancipação um direito legalmente correto, ele não deixava de possuir suas marcas de futuro proprietário; Otávio personificava a modernidade conservadora. Mesmo considerando as atitudes paternas erradas, ele sempre relativizava os posicionamentos do chefe familiar para afinal, não ficar completamente do lado das opiniões femininas e contra uma posição que um dia ele mesmo ocuparia.

Ainda podemos ver na reiteração de Eva, aos seus olhos, como uma mulher de extrema bondade, uma forma de relativizar a luta pela qual ela se manifesta. Afinal, Eva seria muito boa e, por ser mulher e de bom coração, ela defenderia os escravos – indiferentemente aos erros que estes cometessem. Ao mesmo tempo podemos ver nisso uma brecha, por parte desse novo proprietário, para o direito de Eva manifestar-se politicamente; ele não é contra o posicionamento dela. Parece haver em Otávio um conhecimento teórico da barbaridade da escravidão que, no entanto, encontrava como barreira a própria forma como se organizava a sua

¹⁹³ Assim como a escravidão, esses aspectos do mundo do trabalho serão detidamente analisados no próximo capítulo.

¹⁹⁴ IDEM. Capítulo XXII. Grifo nosso.

riqueza – que se originava no patrimônio paterno. Certamente Otávio tinha pensamentos bem diferentes de seu pai, ainda assim, ele não lutava por ideias políticas e ao que tudo indica continuaria aceitando o sistema escravista enquanto esse continuasse e o coronel Medeiros tivesse nele sua principal fonte de organização trabalhista. Assim, ao lado dos problemas familiares de Eva com os parentes de Santa Genoveva, havia motivos da própria personalidade de Otávio que não o tornavam o homem perfeito para a prima.

As demais mulheres também são exemplos – ainda mais explícitos – da fissura entre a prática social e a modernidade. Ao lado de Eva, a mulher ideal, vemos se colocando as demais posições femininas e, a partir da jovem amazona e das lições das crônicas da autora podemos inferir suas intenções com tais personagens.

Como vimos, no romance, Nicota estava prestes a se casar com Trigueirinhos, filho de um amigo de seu pai. Ela era a filha que não questionava as ordens paternas, por isso mesmo iria se casar com um homem que mal vira duas vezes antes da cerimônia. Noêmia, por outro lado, se influencia pelas palavras da prima sentindo-se no direito de questionar e tentar lutar contra o casamento que seu pai queria lhe impor.

Essas diferenças de aceitação da imposição masculina sobre suas vidas refletem-se na forma como as personagens são construídas no decorrer do romance. Noêmia foi citada ao lado de Eva como uma “amazona”¹⁹⁵ e teve voz e ações durante o romance. Nicota se limitava ao espaço caseiro, não demonstrando possuir outras aspirações. Abaixo, temos algumas passagens onde podemos visualizar as atitudes cotidianas das meninas:

Octavio não attribuia o mal-estar do pae á conversa que tivera pouco antes com ele, julgando-o preocupado por qualquer interesse da lavoura; por isso, muito satisfeito, convidou as irmãs, a mestra e a prima para um passeio no campo. **Accederam todas, menos Nicota, que se esforçava por acabar antes da noite a colcha de crochet.**

Seguiram os quatro por um dos raros passeios d’aquella grande fazenda, onde todo o espaço parecia pouco para pastagens e cafezaes. Lembraram-se do bosque; Octavio indagou se as senhoras não teriam dificuldade em atravessar o matto, quasi cerrado em alguns pontos. Riram-se affirmando terem andado alli muitas vezes.

Mme. Gruber soltava exclamações gutturaes, corria a grandes passadas atraz das borboletas, mostrando os pés chatos e os tornozelos finos. Eva escolhia e colecionava plantas; Noêmia fazia bulha, gozava com a alegria dos outros, saltava para os logares mais difíceis, enfeitava-se de flores.¹⁹⁶

¹⁹⁵ IDEM. Capítulo VIII.

¹⁹⁶ ALMEIDA, Julia Lopes de. *Op. Cit.* Capítulo V. Pp.58-59.

Assim como nessa cena, nas demais aparições, Nicota estava sempre se dedicando ao seu crochê, tendo desde o início do romance pouquíssimas interações de fala em discurso direto com os demais personagens. A vivacidade de Noêmia, por outro lado, a aproximava das mulheres cultas do livro, que reconheciam na vida outros prazeres e espaços para o passatempo feminino.

Nicota e Noêmia representavam duas posições diferentes em relação ao novo papel da mulher idealizado em Eva. Nicota era a propagação do conservadorismo entre as jovens. Assim como Sinhá, a moça com quem o coronel Medeiros queria que Otávio se casasse, Nicota deixava-se guiar pelos mandos do patriarca sem levantar uma voz de dúvida ou desagrado. Ambas, mesmo sendo jovens, não possuíam nenhum aspecto da modernidade de Eva, logo não serviriam para o papel da nova esposa burguesa. Nicota, ao fim do romance, iguala-se à sua mãe. Sua voz silencia-se por completo e a ênfase de sua presença é colocada nos diversos doces e salgados que ela passava a fazer como esposa de Trigueirinhos, assim como organizadora da casa. Nicota seria mais uma esposa e mãe sem voz, sem expectativas e sem desejos, e conseqüentemente sem competência para uma criação exemplar dos filhos. Vivendo unicamente como escrava dos afazeres domésticos, Nicota não estaria apta ao papel cultural da esposa e mãe.¹⁹⁷ A narradora é dura e direta com a realidade que construía para a jovem; Nicota estava tão absorta naquela educação que surge sempre serena e indiferente à própria vida.

Com Sinhá, que também seguia o mesmo caminho que Nicota, a autora permite-se até certa ironia diante da natureza daquele casamento. No fim do livro, depois de ser abertamente recusada por Otávio, a jovem casa-se com Azevedo. No caminho do casamento, a mãe tentava gabar-se para Otávio:

Pelo caminho, dentro do carro fechado que os conduzia, contava que a Sinhá amava apaixonadamente o noivo; que ele, o Azevedo, fazia-lhe há muito tempo a corte, praticando por ela verdadeiras loucuras, dando-lhe, enfim, evidentiíssimas provas de amor!

Noêmia abria muito os olhos, attonita pelo que ia ouvindo. Octavio esforçava-se para não sorrir, compreendendo o sentimento oculto que dictava aquellas palavras; sentia á medida que os elogios ao Azevedo iam crescendo, desejos de perguntar se elle não indagara nada acerca do dote... Comtudo

¹⁹⁷ Como afirma Maria Angélica Lopes: “a esposa inferior no próprio lar – como mera governanta – repugna Júlia Lopes de Almeida”. Ver: LOPES, Maria Angélica Guimarães. *A coreografia do desejo – cem anos de ficção brasileira*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2001. P.75.

abstinha-se da mínima manifestação de ironia, respondendo ás expansões maternas da viúva com phrases lisongeiras aos noivos.¹⁹⁸

Como sabemos, o Azevedo era apaixonado por Eva, tendo chegado a se declarar, mas sendo recusado por ela. A ironia completa-se, pois a mãe de Sinhá tentava fingir não se lembrar que fizera várias tentativas de casar a filha com Otávio, criando um amor que todos saberiam ser falso. Talvez possamos imaginar essa cena da falsa felicidade dos noivos se repetindo em várias famílias que para os mais desconhecidos passaria como real. Sabemos, no entanto, que Azevedo amava Eva, e o próprio casamento dele com Sinhá provava a mediocridade com que os demais personagens o viam, afinal ele casava-se pelo dote, sem amor e ainda por cima com uma jovem descrita com total apatia pelo seu destino. Apesar de defensor da emancipação, mais uma vez vemos relativizar-se a modernidade de um personagem.

Em outro ponto, Noêmia, ao contrário das duas moças acima citadas – reconhecia o direito de opinar sobre a própria vida, ainda que não tivesse coragem de afrontar o pai, o simples fato de derramar lágrimas contra a sua imposição já demonstrava seu posicionamento e dava forças a sua crítica, pois o pai notava seu desgosto e isso, em certa medida, o incomodava. O comendador esperava não ouvir e nem perceber nenhuma desaprovação de seus desejos e o choro lamentoso da filha mais nova expunha seu autoritarismo. Símbolo do conservadorismo, o coronel Medeiros se por um lado aderira à modernidade das máquinas, por outro lamentava-se pelas mudanças sociais que o tempo lhe impunha:

Octavio magoava-o profundamente, desmoronando um projecto que havia annos elle acariciava com amor! Noemia rebellava-se tambem contra sua vontade, embora fingisse resignada e humilde; a mulher tinha por elle um respeito muito proximo do medo; havia na sua obediência alguma coisa que lhe fazia lembrar o animal domesticado deante do seu domador.

O comendador acusava de todos esses males – o tempo! Ah, os chefes de família de há vinte annos ainda, quanto mais felizes eram! Dirigiam a sua vontade o barco para a direita, para a esquerda, para frente ou para retaguarda, sem que partisse de dentro uma observação, um dito, um queixume ou uma supplica! Um pai casava a sua escolha as filhas e os filhos, encaixava-os na própria família entre os primos mais ricos; aos treze annos as meninas seguiam para as suas novas casas, julgando-se muito felizes, condescendentes e passivas; o mesmo, pouco mais ou menos, acontecia com os rapazes, que enfim esses sempre gozavam de um pouco mais de liberdade! Amor! Essa

¹⁹⁸ ALMEIDA, Julia Lopes de. *Op. Cit.* Capítulo XXXV. Pp.312.

palavra só arripiava os velhos paulistas, como se ella fosse um synonymo de degradação e de torpeza!¹⁹⁹

Vinte anos, no tempo do livro, daria o ano de 1867/68, finais dos anos sessenta, que, como afirma Chalhoub, são os últimos anos do antigo patriarcalismo senhorial o qual começou a mudar em 1871 com a lei do ventre livre.²⁰⁰ Em mais de um momento, não apenas o coronel, como outros fazendeiros de seu tempo, insiste em lamentar a mudança, o tempo que não era mais como “há vinte anos”. A lei do ventre livre começava a distorcer a lógica patriarcal dentro das famílias e seus senhores passam a perceber essa mudança, como vemos na cena acima. O coronel lamenta-se ao ver o que antes eles – os senhores – não viam: os dependentes tentando meter o nariz em seus próprios destinos.²⁰¹

Ainda que Noêmia não conseguisse efeito sozinha, ao desejar ir contra a vontade do pai, e buscar dentro de casa quem pudesse ajudá-la, ela mostrava que talvez existissem frestas para essas jovens atuarem ativamente em suas vidas – mesmo quando criadas por pais autoritários. No caso de Noêmia ela recorreu a Otávio que, em uma de suas poucas ações efetivas no livro, contou a Júlio, o futuro noivo da irmã, a infelicidade da menina ao se ver obrigada a casar com quem não conhecia. O rapaz também representa algumas mudanças na sociedade, pois ao ouvir que a possível noiva não o queria, rompe o noivado. No entanto, o fim do livro caminha a nos fazer acreditar que os dois ficariam juntos, suavizando o que Almeida entendia por casamento com amor. Assim, compreendemos que ela queria dizer que talvez o pai pudesse fazer uma boa escolha de possível casamento para uma filha, no entanto, era preciso que os noivos se conhecessem e se identificassem. Passada a pressão de uma obrigação indesejada, Noêmia parece começar a se interessar por Júlio.

A jovem adolescente é a personagem que simboliza, mais apropriadamente, meninas reais, que ainda teriam seus defeitos dentro da proposta ideal de Júlia Lopes. Noêmia gostava de Eva e aprendia com ela algumas lições, como o direito de escolher seu casamento, porém nas demais atividades ela não demonstrava interesse. Durante o romance vemos que ela não gostava do estudo de línguas, nem da leitura cuidadosa dos autores clássicos que Eva e Grubber faziam; sentia-se entediada na fazenda onde morava, não tendo o costume do cultivo de flores, ou do cuidado dos animais. Contudo, esses aspectos da fragilidade educacional de Noêmia nos parecem ir em direção a educação que ela recebera de sua mãe. Como podemos perceber pela ideia da família higiênica, seria a mãe a imputar esses gostos nos filhos. Como a mãe Medeiros

¹⁹⁹ IDEM. Capítulo XXV. P248.

²⁰⁰ CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis historiador... *Op. Cit.*

²⁰¹ IDEM. *ibidem.*

não é capaz de nada além de funções mecânicas, mesmo Noêmia que era uma garota mais aberta a novas ideias, não aprende a ter gosto por essas pequenas lições da vida. Para Júlia Lopes o aperfeiçoamento da nova república muito tinha a ver com a capacidade de as famílias entenderem a função dessa esposa, pois era algo – que como vemos – influenciava e se propagava para toda família. Por isso sua insistência foi tamanha, em crônicas e romances, na crítica dessas mulheres que não abraçavam o papel da mãe e esposa moderna.

2.5. A mãe e a mamã – maternidade e o ponto de contato entre as “raças” branca e negra

Apesar de em *A família Medeiros* a figura do escravo não ter participação ativa no desenvolvimento da narrativa, não podemos deixar de considerá-lo um romance abolicionista, afinal, homens e mulheres que assim se intitulavam naquele período, poderiam ter atitudes mais ou menos racistas, principalmente aos nossos olhos.²⁰² Levar em conta um olhar histórico, na análise do romance, é saber identificar esses indícios e contextualizá-los, sem se pretender maquiar os dados.

Trata-se primordialmente de um romance onde o branco – tanto os personagens, quanto a autora – fala do sofrimento que a escravidão impõe àqueles que nasceram aprisionados nela. Alguns personagens escravos têm nome, mas ainda assim cumpriam papel figurativo, não possuindo história particular dentro do romance. A única exceção coube à ama-de-leite de Otávio, Joana, personagem com nome, cenas e fluxo de pensamentos.

É interessante observar que a ama Joana oferece no romance um contraponto com a mãe biológica de Otávio dentro da esfera da maternidade, área tão importante – como vimos – para Júlia Lopes de Almeida. A escrava chega a possuir mais espaço e personalidade do que a esposa do comendador, começando pela menção a um nome próprio: Joana, algo que a “mãe” da família Medeiros não possui, sendo referida apenas pelo substantivo feminino. Joana aparece no começo do livro, logo que Otávio volta da Europa e é lembrado por Eva da velha ama-de-leite:

– É verdade o primo ainda não viu a sua mamã; olhe, coitadinha, ela mora bem perto, vamos lá?

– Obrigado por me lembrar esse dever...

²⁰² AZEVEDO, Célia Marinho de. Quem precisa de São Nabuco?... *Op. Cit.*

Octavio corou por se ter esquecido da pobre mulher; depois, desculpando-se:

– Ela devia ter-me procurado ontem mesmo...

– Não lhe faltariam desejos; mas está paralytica. [...]

– Mamã! disse Octavio com os olhos rasos d’agua chegando-se para ella.

A velha estremeceu, fixou no moço os seus olhos fulgurantes, onde toda sua vida parecia concentrada, a peneira caiu-lhe das mãos e ella agitou os braços, suffocada de choro, a chamal-o para perto de si.

Octavio aproximou-se, ella abraçou-lhe os joelhos.

Era daquela velhinha paralytica das pernas, imprestavel, atirada como um caco velho para um canto immundo, que saía a maior manifestação de jubilo pelo regresso de Octavio. Todos os outros o haviam recebido com um sorriso apenas; ella acolhia-o com lagrimas!

Eva deixou-os a conversar e foi sozinha para casa. Octavio sentou-se na soleira, perto da paralytica que lhe beijava as mãos com respeito, que o fitava com ternura, num extase, num embevecimento! A ama falava-lhe em coisas da infancia, perguntava se não lhe mandavam nas cartas as saudades que ela pedia e queixava-se de não lhe darem as d’elle!²⁰³

Ao contrário do que algumas pesquisas verificaram ao analisar os jornais e narrativas da época abolicionista, a imagem da ama dentro do romance não é negativa e não demonstra ter desenvolvido nenhum tipo de inconveniente na relação entre a escrava e Otávio.²⁰⁴ De fato, é um dos trechos lípidos do romance onde a autora parece mais empenhada na representação realista do que preocupada em algum didatismo como em outras cenas e personagens. Ainda assim, na comparação com a função da mãe biológica, não passa incólume a crítica de Júlia Lopes. Como vemos na cena, Otávio se emociona mais com o reencontro com a ama do que com o restante da família, sentindo nela mais sinceridade de sentimentos. Contudo, ao contrário do que Otávio afirma sobre as lágrimas únicas da ama, sua mãe também caiu no choro quando ele chegou na fazenda inesperadamente. Estando essa frase presente em três versões – folhetim, segunda e terceira edição – não nos parece ser ocorrência de um deslize da autora.

Parece-nos de fato haver uma proximidade maior entre a ama e Otávio do que entre o mesmo e a mãe. Não há no livro uma cena onde a mãe biológica e Otávio conversassem

²⁰³ A família... *Op. Cit.* Capítulo IV. pp.49-50.

²⁰⁴ MAGALHÃES, Elizabeth K. C. de. GIACOMINI, Sônia Maria. “A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio?” In: BARROSO, Carmen e COSTA, Albertina Oliveira (orgs) *Mulher, mulheres*. São Paulo: Cortez, 1983. Pp.73-88. No século XIX imaginava-se que o leite materno era parte do sangue da mulher, assim, ao alimentar o bebê com o leite da mãe negra, acabaria contaminando-o com toda a degeneração moral da raça.

instigando no leitor uma relação de afeto como na acima descrita com os beijos da escrava, lembranças da infância e ressentimentos da falta de notícias durante os anos que ele permanecera fora. Quando temos uma descrição da mãe, percebemos o seu espírito:

A mãe trabalhava, fazia doces desde a manhã até á noite, para o noivado da filha, deliberava costuras, examinava com escrúpulo o enxoval, recommendando zelo, muito zelo ás lavadeiras e engommadeiras, que lidavam cantando. A sua opinião nunca fora ouvida nem pedida em assumptos de outra importância. Era a governante da casa e isso bastava-lhe. Casara-se aos treze anos, sem amor, sem sympathia, mas também sem repugnância. Sujeitou-se á vontade do marido e ao seu mando, no começo por medo, depois por habito. De índole bondosa, não se queixava nunca; desculpava sem esforço as faltas dos outros, mas **não advogava perante o marido a causa de ninguém**, justa que fosse, porque elle zangava-se e ella temia-o. Aceitava os factos como elles se lhe impunham, sem tentar nem de leve averiguar-lhes o fundo: e assim deixava correr deante de si, **idiotamente**, como se não os visse, todos os **acontecimentos domésticos**.²⁰⁵

Como vemos, a figura materna da família Medeiros era o símbolo da passividade e inexpressão dentro do universo caseiro. Nem dentro do seu espaço essa mãe conseguia ter sua voz colocada em qualquer situação que fosse; cumpria apenas o papel de governanta, que, como observa Sônia Roncador, não era mais o papel esperado para a nova mulher que deveria saber delegar para os empregados as tarefas manuais enquanto exercia a função moral.²⁰⁶ Assim, a mãe Medeiros passa pela vida sem ação e sem importância.

A improdutividade dela é tanta que quando Otávio levou um tiro e necessitava de alguém que cuidasse de seus ferimentos, o papel é delegado a Eva, pois a mãe não tinha habilidade emocional para cuidar do doente. À primeira vista, pode nos parecer justificável o mal estar diante do filho convalescente, no entanto, a leitura do *Livro das Noivas* mostra como Júlia Lopes de Almeida considerava importante a atividade das mulheres com o cuidado de doentes dentro de uma família, pois, segundo ela, “muitas vezes a cura depend[ia] dos cuidados domesticos” de modo que “feliz [seria] o doente que [tivesse] ao seu lado uma enfermeira boa”.

²⁰⁷

Joana, por outro lado, foi aquela que salvou Otávio percebendo que ele estava vivo enquanto todos o consideravam morto. Ao saber do ocorrido após a revolta dos escravos na fazenda, a ama se arrasta ao local onde ninguém a ajudaria a chegar:

²⁰⁵ A família... *Op. Cit.* Capítulo X. pp.96-97. Grifo nosso.

²⁰⁶ RONCADOR, Sônia. “Histórias paranoicas, criados perversos no imaginário literário da Belle Époque tropical”. *Literatura Brasileira Contemporânea*, n.27, pp.127-140, jan/jun 2007.

²⁰⁷ O livro das noivas... *Op. Cit.* p.33.

[...] a pobre negra velha, que ia como um réptil, com o ventre encostado ao assoalho, as pernas mirradas pela paralyia, arrastadas e molles, pondo nas mãos engelhadas toda a sua actividade, extendendo ora um braço ora outro, encarquilhando os dedos nas gretas das taboas, quebrando as unhas, rasgando as roupas, arranhando as carnes, arfando de canção, mas prosseguindo no esforço até a porta do quarto do ferido, que ella abriu com a cabeça num desespero angustioso.²⁰⁸

Temos aqui uma das cenas onde a autora se esforça para representar a deterioração do corpo da mulher escrava por conta da escravidão, numa passagem bem conectada com o enredo do romance. Joana, no limite do espaço que lhe era permitido agir – tanto pela paralisia quanto pela condição cativa –, joga-se com amor de mãe sobre Otávio e assim descobre sinais de vida no ferido. A construção dessa personagem é expressiva pela força que a autora consegue transportar para a escrava, dando-lhe vida e sofrimento próprios e não apenas em conjunto, como aparece com os demais escravos. Joana, mesmo separada dos vários filhos que tivera, nunca deixou de cumprir o seu papel de ama amorosa, que segundo Roncador, era uma imagem que só seria retomada com o modernismo.²⁰⁹ Porém, vale grifar que aqui, assim como nos demais trechos que citava a escravidão, a narrativa não deixava de ter aspectos da corrente abolicionista que sublinhava a desumanidade e barbárie do cativo. Apesar de separada de diversos filhos que tivera na vida – o que nos permite concluir que sua principal função escrava era ser ama-de-leite – Joana não se apegou ao último filho, com quem pode ficar, como se apegou a Otávio. Segundo a autora:

O filho branco, que tanto orgulho lhe tinha dado sempre, adoçou-lhe o passamento. A falta do Jacintho, seu próprio filho, nascido de suas entranhas, foi bem compensada. Nem um relance de vista a procura d'elle! Esqueceu-o como se lhe tivesse adivinhado o abandono! Octavio era o seu deus, Octavio era o seu amor.

Desde pequeno fora Jacintho o preterido; o filho preto que rolasse nú, esfomeado e sujo, comtanto que o filho branco gosasse a fartura do bom leite, a maciez da cambraia e o aroma da limpeza!

Entre as escravas isso era frequente. Iam da roça calejadas da enxada, para a alcova da parturiente, recebendo nas mãos magoadas pelo castigo e pelo trabalho o mimoso corpinho assetinado e roseo da creança que haviam de amamentar! Desde então a sua atenção, o seu desvello, o seu carinho convergiam para o menino branco; o preto que morresse...²¹⁰

²⁰⁸ A família... *Op. Cit.* Capítulo XV. p.143.

²⁰⁹ RONCADOR, Sônia. “O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural”. In: *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, Brasília, n.31, pp.129-152, jan-jun. 2008.

²¹⁰ A família... *Op. Cit.* Capítulo XXXIII. P.304.

Como vemos, Júlia Lopes de Almeida enfatizava a transferência do sentimento materno do filho legítimo para o filho do senhor, ao invés de insinuar sobre os perigos das amas para as boas famílias, como faziam muitos jornais da época abolicionista.²¹¹ Segundo esses, havia o perigo das amas não darem atenção suficiente para a criança branca, quando seu próprio filho estivesse presente, ou ainda, como aparece em uma narrativa de 1880 no jornal *A mãe de família*, pudessem chegar a pensar em se vingar da família burguesa por conta do afastamento do filho legítimo.²¹² De acordo com Roberto Ventura a incorporação do negro na literatura abolicionista se deu principalmente com discursos que marcavam a possível perversão dos costumes e influência negativa dos africanos.²¹³ No entanto, como vemos, Júlia Lopes não se vincula a nenhuma dessas vertentes, preferindo responsabilizar apenas a escravidão pela degradação, nos negros, de alguns costumes burgueses. Ao colocar em Joana um sentimento materno maior por Otávio ela evita a possibilidade da escrava se voltar contra seus senhores, e aponta a “anomalia da condição” como o cerne da falta de amor pelo filho.

Sabemos, por trabalhos de historiadores contemporâneos, que essa visão é fortemente demarcada como um pensamento da elite brasileira, não sendo realmente a forma como se organizava a vida ou pensamento dos escravos.²¹⁴ Assim, nas duas passagens é interessante também observar o uso de convenções da época para o desenvolvimento das descrições, que refletem a forma como autor se aproxima dos ambientes e personagens socialmente assimétricos. Como apontado, ao tratar do corpo escravo, a autora enfatizava a degeneração causada pela escravidão e seguia um padrão do discurso abolicionista. No trecho seguinte,

²¹¹ GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

²¹² “Mãe escrava”. In: *A mãe de família*, 1880. Segundo ano, n.1 Essa narrativa conta a história de Clara que foi separada de sua filha ao nascimento desta. Depois de ser entregue como ama a uma boa família burguesa ela descobre que aqueles pegaram para criar uma criança e que esse bebê era sua filha. Clara, no entanto, acaba privilegiando os cuidados da filha o que faz com que sua senhora afaste novamente a criança dela. No entanto, Clara deixa de aceitar complacente e pense em se vingar envenenando o bebê dos senhores. No último momento, porém, sua boa índole a impede de fazer tamanho mal e ela acaba matando a própria filha e a si mesma.

²¹³ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical – história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P.45-47.

²¹⁴ A história social da cultura vem mostrando nos últimos anos como muitos aspectos, tanto da vitimização excessiva, quanto da incapacidade do escravo em manter uma cultura própria são errôneos e marcados pelas ideias que as elites possuíam do que era a vida e organização cultural dos negros. Robert Slenes, por exemplo, nos mostra como era possível (e como se dava) a organização de famílias escravas durante a escravidão, quebrando o mito de que pais escravos estariam presos a desestruturação da instituição da escravidão, sendo incapazes de organizar elos de amor. VER: SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. Sidney Chalhoub também faz importantes análises sobre a diferença entre o pensamento difundido pela elite oitocentista, e da passagem para o século XX, e a vida cotidiana das classes trabalhadoras na primeira república. É importante sempre termos em conta que a difusão de ideias pela elite, em romances, teses, e jornais do século XIX e início do XX estavam impregnados de seus ideais de progresso e de uma ideologia de trabalho. Ao lermos esses textos temos sempre que nos lembrar que pertencem a uma classe – uma que se considerava superior em ideias e queria impor seu modo de ver o mundo aos demais grupos. VER: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas, SP: Editorada da Unicamp, 2001.

vemos que essa estética literária também apontava o espaço do belo, no “mimoso corpinho acetinado e róseo” do bebê branco. Vale, no entanto, sublinhar o esforço da autora que, afinal, pertencia a elite brasileira e estava inserida na lógica de pensamento do seu tempo e sua posição social. Dentro desse espaço, a autora apresenta continuidades e algumas quebras do pensamento comum da época.

Como poderemos perceber no próximo capítulo, Júlia Lopes não parece sempre concordar com o que lia nos jornais de sua época. Se, por um lado, seu discurso sobre a educação das mulheres encontra ressonância com médicos, letrados e letradas do período, no que tange à escravidão a autora em *A família Medeiros* tomou, em alguns casos, outros rumos. Como fala o coronel Medeiros no início do romance, “que deixassem gritar os jornais.” Segundo esse personagem, o que os jornalistas diziam não era necessariamente o pensamento unanime dos lavradores do oeste paulista. Interessantemente a posição que a autora toma com relação às atitudes de seus personagens – coronéis, comendadores, barões e demais títulos que os senhores escravagistas possuíam – colocava em questão uma imagem que incomodava o Rio de Janeiro e seus deputados, de acordo com as transcrições dos discursos da câmara na *Gazeta de Notícias*. Seria São Paulo – e o seu rico oeste paulista – um lugar tão melhor para os trabalhadores?

3. Nas entrelinhas – as formas de trabalho, o ideal e o indesejado

3.1. As diferentes edições de *A família Medeiros*

O romance *A Família Medeiros* teve durante a vida de sua autora três edições. A primeira saiu em 1892, um ano depois da publicação em folhetim; a segunda em 1894 e a terceira em 1919. Por ocasião da segunda edição, o livro nos traz a informação de que a primeira edição havia se esgotado em apenas três meses, o que nos dá a entender que teve uma boa recepção por parte dos leitores. A 2ª edição também comunica que aquele era o terceiro milheiro do livro, ou seja, a autora vendeu dois mil exemplares em um ano da publicação, uma venda notável, ainda hoje, para o mercado editorial brasileiro.

Como já comentamos, esse foi o primeiro romance editado da autora e aparentemente foi um bom início, que abriu portas para outras obras. *Memórias de Marta*, por exemplo, já havia saído em folhetim, em 1889, mas não trouxe a Júlia Lopes a mesma visibilidade, tanto que foi apenas em 1899 que a obra ganhou formato em livro, sendo então, o seu terceiro romance impresso.

Infelizmente não conseguimos encontrar a 1ª edição da obra, ainda assim, acreditamos que a versão fosse praticamente a mesma da 2ª edição, pois essa não traz quase nenhuma mudança em relação ao folhetim publicado na *Gazeta de Notícias*. Foi interessante observar que a única mudança entre a primeira versão (pela análise do folhetim) e a segunda foi uma resposta à crítica de Aluísio de Azevedo.

Retomando o que dissemos anteriormente, Azevedo fez uma crítica bem completa ao livro, dando sua opinião sobre vários trechos da história, sobre a construção dos personagens, sobre a forma narrativa e especificamente sobre como a autora construía os diálogos e modos de falar de cada tipo caracterizado por ela. Não concordamos com ele sobre vários aspectos e mostramos na análise anterior o que o escritor deixou de lado com suas considerações um tanto preconceituosas sobre a obra. No entanto, vale observar um trecho da crítica que aparentemente Júlia Lopes levou em consideração em ocasião da 2ª edição:

Esta preocupação em dar privilégios aos heróis da obra, prejudica sempre a verdade. Veja-se, por exemplo o diálogo da pag.205, entre Eva e Paulo. A autora não quiz, com medo de amesquinhal-os, que elles se tratassem por você; não deixou também que se tratassem por senhor, o que seria cerimonioso de mais; e, como nenhum dos dous tivesse titulo que substituísse a voz do tratamento, ela decidiu a coisa do seguinte modo:

“– Eva fez mal! De um movimento instantâneo e irrefletido depende a alegria da nossa vida inteira! – Ora, Eva foi precipitada! – Eva é mulher, sem pae, sem marido, sem um braço forte que a defenda, etc.”

E elle está falando com a própria Eva.

Mais adiante, na p.231, o velho sábio Dr. Mostom (sic), que aliás não é amado por Eva, nem está por ella apaixonado, diz, fallando com Octavio:

“– Nada mais natural do que Octavio apaixonar-se por ella, etc.”

Donde vem esse estranho systema de fazer do proprio nome da pessoa com quem se fala uma especie de tratamento?

[...]

Isso só se vio no Guarany: “Cecy quer a onça; Peri vai buscar a onça; Cecy manda, Peri fica.”

Mas n’um romance que se propõe, e com todo o direito do talento do seu autor, pintar a vida real, isso é inaceitável.²¹⁵

Efetivamente, Júlia Lopes usava essa estranha forma de tratamento no folhetim e, pela citação de Azevedo, na primeira edição em livro. Na segunda edição, no entanto, a autora modificou o original e passou a usar o pronome de tratamento citado por Azevedo em todas as passagens em que anteriormente não havia feito. Essa foi a única modificação que a autora realizou, de modo geral, e em relação aos comentários de Azevedo na crítica publicada em *O Album*. As divisões dos capítulos seguem as mesmas nas duas edições que possuímos e também no folhetim. Júlia Lopes não fez nenhuma modificação considerável entre a versão em folhetim e a edição em livro, como por vezes acontecia com alguns autores oitocentistas. Apenas em 1919²¹⁶, na terceira edição da obra – com uma distância de 25 anos da última edição – que a autora efetuou algumas mudanças que valem observar, apesar de serem pontuais e aparentemente feitas, em sua maioria, para deixar mais clara a mensagem do livro.

Logo no capítulo dois, por exemplo, ela adiciona um diálogo de mais ou menos uma página entre Otávio e um negro, escravo de sua fazenda. Os dois se cruzam no meio da estrada e o trecho serve apenas para colocar um escravo em cena e sua fala estereotipada. A adição parece ter sido feita para apresentar o linguajar escravo no início da narrativa. Na versão de 1894 a fala escrava ficava praticamente circunscrita às cenas onde a ama de leite Joana e sua amiga Joaquina apareciam. Não deixam, no entanto, de ser superficiais essas aparições de um

²¹⁵ AZEVEDO, Aluísio. “A Família Medeiros” In: *O Album*. Janeiro de 1893, anno 1, nº3.

²¹⁶ Essa edição foi reimpressa pela editora Mulheres em 2009. É essa versão que possuímos. Confiamos na credibilidade das pesquisadoras que afirmaram manter a mesma versão de 1919, apenas atualizando a gramática.

ou outro escravo falando. De modo geral, nas três edições, os escravos aparecem nas cenas como figurantes ou surgem, sendo defendidos, na fala dos abolicionistas.

Quase todas as mudanças efetuadas se referiam às passagens sobre a escravidão. Ainda no capítulo dois, a autora mudou o trecho onde dizia que Otávio havia chegado a Campinas pela Serra de Cubatão e deixa apenas que ele chegara por Santos. Em 1919 os leitores provavelmente não se lembrariam da importância da serra de Cubatão para a fuga dos escravos nos últimos anos da escravidão. Quando Júlia Lopes falava que Otávio havia chegado por Santos, mas especifica a passagem pela serra de Cubatão, ela estava fazendo uma alusão direta ao caminho de fuga usado pelos escravos, muitos para se refugiarem no Jabaquara, além da própria possibilidade de viverem em Santos.²¹⁷ A retirada do trecho mostra que ela esperava essa compreensão dos leitores de 1891-94, mas não daqueles de 1919. Talvez por esse mesmo motivo ela inclua, nesse mesmo capítulo, as citações de nomes de famosos abolicionistas. No original de 1894, não apareciam os nomes de Luiz Gama, Antônio Bento e José do Patrocínio, como surge na terceira edição. Na boca do coronel Medeiros, tínhamos apenas a acusação contra as ações abolicionistas, os conhecidos “pescadores de águas turvas”. A expressão, que na edição de 1894 surgia sem nenhuma explicação, aparece descrita e contextualizada na edição de 1919, para que os leitores entendessem o que significava.

Outra questão que surge na comparação entre as edições é a forma como podemos pensar o preconceito racial na obra. Algumas pesquisas levantaram esse tema, em outras obras da autora, como *A viúva Simões* e *A intrusa*, onde também aparece o negro como personagem. Giovana Xavier, em sua análise da *Viúva Simões* (1896), argumentou sobre a construção da personagem Ernestina estar baseada no fato dela ser levemente morena, de forma que isso lhe daria uma pré-disposição para atitudes que tangenciassem a boa moral republicana.²¹⁸ Já Ingrid de Oliveira, em artigo sobre o negro no romance *A intrusa* (1906), apontou a construção negativa do personagem Argemiro, uma “cria da casa”, da época da escravidão, da família de seu patrão. Argemiro, no entanto, ao invés de ter uma atitude íntegra diante da família que

²¹⁷ PEREIRA, Matheus Serva. *Uma viagem possível: da escravidão à cidadania. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

²¹⁸ CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição. *Coisa de pele: relações de gênero, literatura e mestiçagem feminina (Rio de Janeiro, 1880-1910)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

sempre o manteve, aproveitava-se da sua conveniente posição dentro do lar burguês para roubar e tirar vantagens do patrão.²¹⁹

Sem a intenção de analisarmos as referidas obras, nos colocamos a questão dentro do romance *A família Medeiros*. Domício Proença Filho inclui o livro da autora entre romances que, segundo ele, representariam o escravo como um potencial demônio dentro da família do homem branco.²²⁰ Como vimos na análise sobre a ama de leite e ainda veremos mais adiante, a nossa perspectiva é de que Júlia Lopes não criminaliza os escravos. Uma análise acurada mostra que, pelo contrário, a autora consegue ter um considerável discernimento crítico sobre a escravidão. Se compararmos com obras do mesmo momento, como o hoje desconhecido *A carne*, de Júlio Ribeiro, ou mesmo o famoso *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, vemos que Júlia Lopes ao contrário de tais autores sempre evitou o uso de adjetivos como sujo, feio ou hediondo para identificar os negros. Evitou também a natural comparação com animais – principalmente macacos – que era comumente feita àquela época.

Em uma leitura cuidadosa não é difícil encontrarmos pequenas provocações da autora sobre o tema. A aproximação com animais, por exemplo, surge no livro em dois momentos. O primeiro logo que Otávio chega à fazenda. A cena se mantém nas diferentes edições:

- De que morreu o Theodoro grande? [perguntou Otávio]
- Foi obra de feitiçaria, sim sinhô.
- E sua mãe?
- Essa tá com aiva da cegueira... já não véve aqui não sinhô... Sinhô grande vendeu ella... pr'a seu Antune...
- Ah...
- (...)

Octavio reconhecia tudo: nem mesmo as plantas parecia terem variado, somente o hortelão era outro; o velho Thomé de outr'ora tinha morrido, naturalmente, pois já não estava em idade de ser **vendido por outro animal qualquer...**²²¹

Como podemos notar o vínculo de igualdade que a autora faz entre negros e animais é crítico. Identifica uma ação comum no trato com escravos idosos e nos permite reconhecer o ar

²¹⁹ OLIVEIRA, Ingrid Silva de. “O olhar do negro na literatura brasileira do pós-abolição: uma análise de romance *A intrusa* de Júlia Lopes de Almeida”. *Revista eletrônica Cadernos de História*, vol.X, ano5, nº2, dezembro de 2010.

²²⁰ PROENÇA Filho, Domício. “A trajetória do negro na literatura”. *Estudos Avançados*. Vol.18 nº50 São Paulo jan/apr. 2004.

²²¹ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A família...* *Op. Cit.* capítulo IV. Pp.44-45. Como já dissemos o capítulo é o mesmo em todas as edições, mas a numeração de página não. A que utilizamos se refere à obra de 1894.

de crítica que ela pretendia dar a cena. Os escravos são tratados como animais pelos seus proprietários, mas a narradora não os animaliza.

Outra cena em que aparecem escravos e animais tratados como iguais, surge apenas na versão de 1919, na carta de despedida de Mme. Gruber para Eva. Na versão de 1894 tínhamos, no final da carta: “Cosa, lide, passeie, dispense às aves o carinho maternal que tão bem revela, e escreva de vez em quando à sua velha amiga”. Já na versão de 1919 é adicionado “dispense às aves o carinho maternal que tão bem revela **aos escravos** (...)”.²²²

A mudança é intrigante, mas ao aparecer apenas em uma cena onde são colocadas, escritas, palavras da alemã, acreditamos que Júlia Lopes a supôs como uma melhor caracterização da visão dessa personagem, em particular, sobre os negros e não como uma mudança que ela acreditava necessária em relação às suas descrições escravas. De maneira geral, entretanto, vemos que a autora sempre se manteve cuidadosa em suas descrições e adjetivações raciais.

Mais para o fim do romance, Júlia Lopes descreve um samba. É palpável na descrição que se trata de uma observadora externa e que não entende aquela tradição:

À noite, no terreiro, rebentou o samba. Um negro reforçado e coxo vibrava no tambor grandes pancadas ressoantes; um velhote repinicava o caracaxá, revirando alegremente os olhos, e no meio do barulho do batuque, uma grande roda de negros e negras cantava, cantava num rythmo monotonico, em que a melodia parecia nublar-se e esconder-se de vez em quando, para surgir depois mais doce, mais sentida, mais egualmente fugitiva. As palavras repetiam-se, sempre, sem significação, como mero pretexto para as modulações musicas.²²³

Percebe-se que a autora tentava descrever sem toques de grotesco, os negros participantes do samba, ainda assim ela não via significação nas palavras e ritmos das danças. No entanto, a forma utilizada pela autora está consoante com o estereótipo que os brancos faziam das tradições de origem africana como manifestações sem sentido. Ainda assim, mesmo sem que a autora entendesse a prática, podemos notar um esforço para descrever aquele hábito, sem o julgar excessivamente. No fim desse mesmo capítulo, ainda falando sobre o samba, é onde a autora muda o substantivo “melancolia” – que poderíamos dizer neutro – para “selvageria” – que acaba tendo um peso muito mais negativo que o anterior. A frase que antes terminava em “a ouvir a cantiga dos negros, cheia de graça e melancholia”, enfatizava certa

²²² IDEM. Capítulo IX.

²²³ IDEM. Capítulo XXVII.

beleza sofrida, já a sua versão “cheia de tristeza e selvageria” parece-nos intensificar a experiência do sofrimento, mas afastá-la do leitor. Torna-se o sofrimento do outro, selvagem e automaticamente diferente.

Não pretendemos com o tom de defesa, que usamos em algumas passagens, dizer que a autora estivesse acima da problemática de raça que, hoje em dia, vemos com olhos mais críticos nos romances oitocentistas. No entanto, mais uma vez, buscamos marcar as contradições, e entender os limites e possibilidades do escritor dentro do seu próprio tempo. Nos próximos tópicos veremos outros aspectos da situação racial em que Júlia Lopes parecia cair – e em alguns momentos se omitia para possivelmente não cair – em situações de preconceito.

3.2. A abolição no oeste paulista – entre os jornais e o romance

Lilia Schwarcz, em *Retrato em Branco e Negro*, ao apresentar o seu problema de pesquisa, observa:

As notícias, os fatos selecionados serão entendidos e recuperados, então, não como situações que “realmente” aconteceram e cuja veracidade iremos comprovar, mas antes enquanto situações plenas de significação, sendo nesse sentido mais relevante apreender como se produziram, difundiram e repercutiram às vezes diversas interpretações de um mesmo fato do que buscar uma concepção única, onde se operaria uma síntese empobrecedora das diferentes visões.²²⁴

Como coloca a pesquisadora, sua intenção no livro acima citado era observar a representação feita pela elite, os modos de descrição e interpretação criados *pelos brancos* para falar sobre os negros. Nesse trabalho, vale-nos grifar a mesma ideia como um ponto importante para nossa análise. Afinal, temos como documentos um romance escrito por uma mulher branca e abastada, além de um jornal que também é um produto de sua classe. Entender a forma como a elite representava os negros e o seu papel social nos ajuda a analisar os posicionamentos da autora em consonância com sua condição social e época. O que aos nossos olhos pode parecer uma atitude segregacionista e racista não o era necessariamente quando a autora produziu o seu texto. Como vimos no tópico anterior, Júlia Lopes chegou a mudar algumas passagens do livro, por possivelmente achar que não seriam bem compreendidas em 1919, como haviam sido em 1892-94. Hoje, 120 anos depois, talvez se torne ainda mais difícil a apreensão do posicionamento da autora diante da, então recente, abolição.

²²⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. P.16

Os últimos anos da escravidão foram um período conturbado. De fato, desde 1871 com a assinatura da Lei do Ventre livre, apesar de ser, em si, uma atitude paliativa, a organização da lógica social começou a mudar.²²⁵ É a partir desse momento que começam a surgir ideias e movimentos – alguns mais radicais e outros nem tanto – que buscavam reconfigurar a lógica política e social do país. Vale lembrar que é a partir dos anos de 1870 que a estrutura senhorial começou a ruir. Apesar de lentas, as mudanças empregadas com a lei do ventre livre – como o direito de o escravo comprar a própria liberdade, caso conseguisse recursos, indiferente ao desejo do proprietário – começaram a surtir efeito na forma geral como era vista a posição do senhor em sociedade, algumas dessas mudanças já vimos no capítulo anterior.²²⁶

A crise política e as rixas com o governo imperial levaram à criação do Partido Republicano, também em 1870. A questão da abolição entrava como tema principal dos debates dos últimos anos da monarquia, que passava a ser vista como retrógrada, incompatível com o progresso e os novos tempos. Os ânimos aqueciam-se com as diferentes formas de se encarar a possibilidade da emancipação; alguns grupos não viam nas pequenas ações, discutidas pelo governo, um trabalho efetivo pela causa dos cativos. Na década de 1880, a questão da abolição voltou a fervilhar; era assunto diário para as folhas cotidianas. Em São Paulo surge o movimento dos caifazes, liderado por Antônio Bento e que radicalizava as formas de luta pela emancipação escrava.²²⁷

A década de 1880 foi abalada pela certeza, cada vez mais próxima, do fim da escravidão e os consequentes reflexos nas atitudes servis. Desde a década anterior, a fuga em massa de escravos era uma atitude frequente que desorganizava a estrutura das plantações, e segundo Schwarcz, indicava para os fazendeiros do Oeste Paulista que o fim da escravidão era inevitável e, até mesmo, positiva para a reorganização categórica da produção.²²⁸ Com a certeza de que o fim estava próximo – apesar de ainda não ter data marcada – a partir da Lei do Ventre Livre começava-se também as discussões sobre o problema da mão de obra e as possíveis formas de substituição do trabalho escravo. Na verdade, as novas possibilidades estruturais para a sociedade deixavam proprietários e políticos sem saber exatamente como organizar suas bases.²²⁹

²²⁵ Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade... Op. Cit.* SCHWARCZ, Lilia. *Retrato em branco e negro... Op. Cit.*

²²⁶ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis... Op. Cit.* IDEM. *Visões da liberdade... Op. Cit.*

²²⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro... Op. Cit.* pp.33-40.

²²⁸ IDEM. p.37.

²²⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Pp.27-28.

Também a partir de 1870, a rebelião adquire um novo sentido; as constantes fugas e as ações abolicionistas fazem os fazendeiros do Oeste Paulista adotarem uma nova estratégia, alforriando seus escravos mediante contratos de trabalho que estipulavam um prazo para que eles fossem inteiramente livres.²³⁰

Os jornais, nesse sentido, eram grandes colaboradores para abrandar os ânimos abolicionistas da região, ao enfocarem as atitudes emancipacionistas dos proprietários, laureando-os com elogios e frisando seus méritos por uma benevolência, na realidade, forjada. Sidney Chalhoub analisou a ironia dessas alforrias, nesse caso, na corte, através de uma crônica de Machado de Assis.²³¹ Como diz o pesquisador, “na verdade a crônica sobre a alforria do bom Pancrácio trata também das discontinuidades do processo de abolição da escravidão, das mudanças ou rupturas que os acontecimentos evidenciavam”.²³² Ou seja, o antigo sistema de alforrias como recompensa, que era tão importante para manutenção do respeito escravo para com seus senhores, perdia o seu sentido nos últimos anos da escravidão para se tornar até mesmo uma chacota, ao surgir como desespero final do acalentado poder sobre os escravos. Em sua crônica, Machado trabalhava de uma forma cômica e satírica, de modo a deixar transparecer o aspecto interesseiro do senhor – um método que, no entanto, vinha sendo relatado por muitos jornais como altruísmo senhorial.²³³

Júlia Lopes não ironizou as alforrias como Machado de Assis, mas entrou no debate de seus sentidos, entre o jornal e o cotidiano das ruas, ao propor em seu romance uma visão diferente da difundida pelos periódicos. Como dizia o coronel Medeiros, “deixem gritar os jornais”²³⁴, em referência às notícias abolicionistas que surgiam nas folhas, mas que pelo discurso do coronel – e pela construção geral do romance – não condizia com o que realmente acontecia no cotidiano da mais rica região do interior paulista.

É claro que os jornais não mostravam apenas positivamente as alforrias. De modo geral eles estavam constantemente alertando para o perigo e a desestruturação, tanto econômica quanto social, de uma abolição supostamente muito acelerada. Além das questões sobre a própria lavoura e a falta de braços para o serviço, levantavam-se questões de fundo moral sobre a habilidade dos negros para serem livres e sobre o risco de ideias perigosas que a lei de 1871 e as seguintes colocavam na cabeça dos escravos, podendo torná-los um verdadeira ameaça

²³⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. Retrato em branco e negro... *Op. Cit.* p.38.

²³¹ CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade... *Op. Cit.* pp.116-125.

²³² IDEM. p.119.

²³³ IDEM. pp.122-123.

²³⁴ ALMEIDA, Júlia Lopes de. A família... *Op. Cit.* Capítulo IX.

para sociedade, ou ainda para si mesmos.²³⁵ Essa mistura entre aspectos bons e ruins da abolição esteve presente tanto em jornais da corte quanto em folhas paulistas, sendo que, com a aproximação do fim dos anos de 1880, o apelo abolicionista ganhava força e espaço. Júlia Lopes, no entanto, selecionou em sua obra principalmente o aspecto negativo da abordagem da escravidão e da abolição para representar as fazendas de Campinas e região, colocando em cena um grande número de ávidos fazendeiros defensores de seu direito à propriedade a todo custo. De modo geral, o interesse dos fazendeiros era defender até ao limite esse direito, porém a autora não dá espaço em sua obra para as formas adocicadas – ou cínicas como mostra Machado. Não existe espaço para diálogo com os escravos e tentativas de alforrias condicionadas; no romance o diálogo é com a chibata.

Vendo o ambiente específico do Oeste Paulista, Jefferson Cano, em sua dissertação de mestrado, mostrou como os jornais de Campinas publicavam suas matérias a respeito da escravidão. Ele também levou em conta de que se tratavam de representações de grupos políticos, transmitidas pela imprensa oitocentista, e buscou apontar contradições e ambiguidades nas falas que analisara. Nos jornais analisados pelo pesquisador, ele observa as diversas vozes presentes na contenda, os posicionamentos a favor e contra a liberdade dos escravos e a possibilidade de deliberarem logo pela emancipação total.²³⁶ Os últimos anos da escravidão em Campinas foram um ambiente tenso, mas não unicamente conservador como apresenta Júlia Lopes. A autora apaga a gama de contradições possíveis e seleciona a forma como irá falar do problema de maneira bem restrita.

No romance, Júlia Lopes monta uma imagem distante daquela que parecia pairar sobre o rico Oeste Paulista, espaço onde os fazendeiros poderiam defender a imigração por conta de terem recursos abundantes para darem subsídios a ela. Como comenta Cano sobre o espírito dos fazendeiros da época, o coronel Medeiros não era essencialmente escravagista, mas defensor da sua propriedade. Logo no segundo capítulo, assim que Otávio encontra o pai pela primeira vez depois do seu retorno, já temos colocada a problemática:

[Octavio] susteve-se, enquanto o pae continuava amaldiçoando o tempo dos abusos e dos ataques a propriedade alheia!

²³⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro... *Op. Cit.* CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade... *Op. Cit.* AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. CANO, Jefferson. *Escravidão, alforrias e projetos políticos na imprensa de Campinas (1870-1889)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas, 1993.

²³⁶ CANO, JEFFERSON. *Op. Cit.*

– Se elles se lembrarem de vir a Santa Genoveva, exclamava, os bandidos dos abolicionistas, eu sei como hei de receber: – a tiro! Defendo a minha propriedade, estou no meu direito! A culpa é também das autoridades que não *amoldaçam* (sic) **esses cachorros dos jornaes, que latem, latem para os outros morderem.** ²³⁷

Os jornais são os que bradam pela abolição, mas não representam as ações e desejos dos fazendeiros. No romance, os periódicos não identificam ações e expectativas de nenhum dos proprietários (exceto Eva), mas agem contra eles ao se colocarem a favor da abolição. Se como comentou o editor, lá na primeira nota da *Gazeta de Notícias* sobre o folhetim, “A Família Medeiros” era uma fotografia dos costumes de outrora, podemos nos perguntar se seus leitores não questionariam a distinção dessa fotografia entre o livro e os jornais. A narrativa não apresentava uma pintura tão progressista dos pensamentos dos proprietários em relação aos seus trabalhadores, como poderia se imaginar sobre a rica região; como já vimos no capítulo anterior, no romance, a modernidade ficava circunscrita ao espaço mecânico. Podemos imaginar que Júlia Lopes estivesse interessada em enfatizar a força que a escravidão ainda tinha em Campinas nos seus momentos finais, ao contrário do que parte dos jornais queria retratar. Ou, talvez, seria apenas o enfoque que a autora gostaria de dar em seu livro. Cano frisa que essa contradição também aparecia nos jornais, apesar de em menor número. ²³⁸

Em oposição ao Vale do Paraíba fluminense, o rico Oeste Paulista teria uma mentalidade mais avançada para ideias modernas, além de francamente emancipadoras. Segundo o pesquisador, esse tipo de discurso servia para desqualificar politicamente um dos lados da contenda, no caso, o Vale do Paraíba. ²³⁹ No entanto, ao mesmo tempo em que vários periódicos descreviam atitudes civilizatórias e progressistas que estariam acontecendo na região, algumas folhas de viés específico sobre a abolição iam exatamente no caminho contrário, como o romance, ao enfatizarem as atitudes retrógradas dos fazendeiros campineiros, em finais de 1887. ²⁴⁰

Mas, se os leitores não se lembrassem do que os jornais diziam sobre a conduta dos fazendeiros três anos antes, a descrição de Júlia Lopes ainda caía como uma luva para uma problemática enfrentada pelos fazendeiros, em 1891: a falta de braços para o trabalho e a saída de trabalhadores nacionais (os que viviam no estado do Rio de Janeiro) em direção a São Paulo. Nos discursos políticos transcritos no jornal carioca, o Oeste Paulista, sendo uma das regiões

²³⁷ ALMEIDA, Júlia Lopes. *Op. Cit.* Capítulo II. p.23.

²³⁸ CANO, Jefferson. *Op. Cit.*

²³⁹ CANO, Jefferson. *Op. Cit.* pp.100-104.

²⁴⁰ IDEM. p.106.

mais ricas do país, aparecia como um problema, por ser uma região atrativa tanto para trabalhadores nacionais como para estrangeiros. Como subsidiar a imigração, com o risco de os trabalhadores abandonarem o Rio em direção a São Paulo? Sabemos que, a narrativa de Júlia Lopes não impediria qualquer movimento que os imigrantes desejassem fazer, mas ela desestruturava uma imagem que se propagava sobre o Oeste Paulista naqueles anos. Talvez tenha sido exatamente a imagem a contrapelo que interessou os editores da *Gazeta de Notícias* na publicação do folhetim. Economicamente já poderosa, Campinas poderia não ser tudo o que os cariocas imaginavam e com que se preocupavam; a *Gazeta* dava, então, aos seus leitores a “fotografia exacta” do que havia sido a escravidão no Oeste Paulista.

3.3. As conspirações – entre abolicionistas e senhores de escravos

Ironias à parte, como já dissemos anteriormente, nem o romance nem os jornais poderiam construir uma suposta fotografia exata do que havia sido a escravidão em Campinas ou qualquer outro lugar. Tanto a visão de Júlia Lopes, como a visão da *Gazeta de Notícias* são construções de brancos sobre os negros. Ainda assim, é importante observar essa visão que os letrados da época tinham do livro, como algo que representava a realidade. Como poderemos perceber principalmente nesse tópico, Júlia Lopes realmente se esforçou para “falar a verdade” nessa obra. Como ela mesma comentara na entrevista dada a João do Rio, *A Família Medeiros* era um romance *à clef*. Quando comparamos as cenas do romance com notícias publicadas nos jornais da época nota-se bem esse universo crítico que a autora queria produzir com a obra.

Apesar de o romance nos trazer em primeiro plano o amor de Otávio por Eva e as várias injustiças que ela sofria nas mãos do tio, a estrutura romanesca está fortemente ligada ao fim da escravidão. É o período dos últimos meses de 1887 e início de 1888 que permite que a história se construa como foi construída. O medo e as desconfianças que são lançadas contra Eva só são possíveis por conta do grande número de fugas e rebeliões que ocorriam nas fazendas naquele período.²⁴¹ Por fim, podemos dizer que o clima que percorre o romance é de tensão, desconfiança e perigo.

Como colocamos no capítulo anterior, a intriga da história estava centrada em uma revolta de escravos que ocorrera em Santa Genoveva. Logo nos primeiros capítulos do romance

²⁴¹ CANO, Jefferson. *Op. Cit.*, SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro... *Op. Cit.*, MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987.

o coronel Medeiros recebe uma carta anônima denunciando Eva e Azevedo como organizadores de uma possível revolta de escravos na sua fazenda. O motim ocorreria no dia do casamento de Nicota, quando todos estariam na cidade participando da cerimônia.

Num primeiro momento Otávio permanece descrente diante da acusação. Ele tenta defender a amada para o pai, argumentando que aquela proposição nada mais era do que uma tentativa de caluniarem a jovem e suas boas intenções. No entanto, para o coronel Medeiros, são exatamente as “boas intenções” de Eva que a incriminam, afinal ela se colocava em defesa da emancipação posicionando-se ao lado dos abolicionistas.

Nos últimos anos da década de 1880, os abolicionistas de São Paulo vinham se tornando mais incisivos nas formas de lutarem contra a escravidão. Com a lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, muitos fazendeiros que se mantinham nas fileiras monarquistas passaram para o Partido Republicano como forma de desaprovação do governo monárquico. Essa mudança, no entanto, se fazia exatamente por serem contra a abolição e sentirem-se lesados no seu direito à propriedade. Em São Paulo, com essas novas participações, o Partido Republicano Paulista passou a ter um posicionamento a favor de medidas mais paliativas e ineficazes com relação aos projetos emancipatórios. Esse conjunto de mudanças fez com que vários partidários da abolição se desligassem do partido e buscassem modos mais efetivos de lutarem pela causa.²⁴² Nomes importantes da época, como Luiz Gama e Antônio Bento, começaram a se mobilizar lutando individualmente pela causa dos escravos. Antônio Bento acabou organizando um grupo de “ativistas”, conhecidos como caifazes, que se espalhavam pelo estado divulgando notícias sobre o avanço da abolição para inspirar os negros e mesmo para ajudá-los a se libertarem de diversas formas.²⁴³ Ajudavam os escravos, por exemplo, a se refugiarem em São Paulo ou Santos – no famoso quilombo do Jabaquara, reduto organizado por abolicionistas brancos.²⁴⁴ Com o aprofundamento da crise, os abolicionistas passaram a ser odiados pelos proprietários de escravos.

Eva não fazia nenhum tipo de campanha a favor das radicais ações abolicionistas, no entanto, pela sua estrutura familiar – herdeira de uma fazenda inovadora, mantida por imigrantes – e seu posicionamento enfaticamente contra os castigos e abusos das fazendas escravistas tradicionais, abria-se caminho para verem com desconfiança as suas intervenções. Em um trecho já citado no capítulo anterior, Paulo repreendia Eva pelo seu posicionamento

²⁴² SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro... *Op. Cit.* pp.86-87.

²⁴³ ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998. P.72.

²⁴⁴ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *A abolição da escravidão*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1982. P.77.

dentro da fazenda do tio, que dava razões para as prevenções que ele tinha sobre ela. Por outro lado, as primeiras desconfianças do comendador partiam de um antigo desentendimento entre ele e o pai de Eva. Tentando persuadir Gabriel a se casar com a mulher designada pelo pai, o coronel ameaçara a família de Eva e coincidentemente o avô dela – pai da noiva escolhida por Gabriel – acabara sendo assassinado. A partir desse dado do passado, o comendador acreditava que Eva planejaria uma vingança e teria encontrado o momento ideal com a desestruturação do sistema escravista.

A jovem nunca soube das suspeitas sobre a morte do avô. Na realidade ela passa o romance inteiro sem estar a par de nenhuma das suspeitas, nem do passado nem do momento presente em que se passa a história. Por ser mulher, Otávio considera que não deve lhe dar esse desgosto e mesmo o comendador, apesar de contrafeito, não chega a acusá-la diretamente em nenhum momento. Quando Eva abandona a fazenda do tio, Otávio resolve contar para Paulo o ocorrido, mas este concorda que não seria decoroso deixar que Eva soubesse que estava sendo acusada de ser cabeça da revolta.

O interessante é que efetivamente ocorreu a revolta e, mesmo que de modo indireto, a culpa *foi* de Eva. Vejamos a cena de momentos antes do início da rebelião, quando os capangas, que incitariam o motim, se reúnem para ir à senzala:

- Tá tudo prompto? – perguntava um d’elles.
- Tudo... respondia outro.
- Os negro da casa tão no curro? Carece de sabê bem isso...
- Dê certo estão...
- Tá dereito, nho Furctuoso! Eu sou um decidido! Logo pégo, arrombo num baque as portas do quadrado e ponhamo-nos a fazê baruío. Sae cinza.
- Que a confusão damnada! Mecês tudo **não se esqueça de dize que foi d. Eva qui mandou nois cá... Si não os negro nos arresiste!**
- Entonces, quem si haverá de si esquecê disso?!²⁴⁵

Otávio, que até então não acreditava na possibilidade real da revolta, fica chocado ao chegar na fazenda e ver que ela realmente ocorreria. Ele escuta a conversa acima, mas depois de um primeiro momento de desconfiança, volta a acreditar na inocência da prima. A sua confiança, no entanto, é baseada apenas no amor que ele sente por ela, pois ele não encontra provas que mostrem que Eva não planejou o motim. Quando a revolta é controlada por Antunes,

²⁴⁵ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A família... Op. Cit.* Capítulo XV. P.138.

antigo feitor e amigo do coronel, e os escravos são presos e castigados para revelar o culpado, era o nome de Eva que surgia. Como colocava a narradora, “naquela atmosfera carregada, cheirando a sangue, cortada pelas vibrações sibilantes das pontas do bacalhau e pelos ais dos negros, o nome de Eva parecia fúnebre, repercutindo-se sempre como um dobre a finados aos ouvidos do comendador”.²⁴⁶

Conforme um conceito comum que se tinha na época, os escravos agiam agressivamente, aceitando participarem de uma revolta, por conta da suposta mão abolicionista, no caso, de Eva. Os negros são, aqui, representados como agentes passivos da direção abolicionista dos brancos.²⁴⁷ Os escravos de Santa Genoveva confiavam em Eva como organizadora de um possível caminho para liberdade. Curioso que, consciente ou inconscientemente, Júlia Lopes nos dá a entender que os negros viam Eva como abolicionista – alguém que os tiraria de lá – e não apenas uma boa mulher que os protegia dentro do regime comum de proteção dos senhores brancos. Fica subentendido que as notícias sobre as ações abolicionistas chegavam às senzalas, apesar de a autora não falar nada sobre isso. Talvez ela mesma não tenha notado, pois ao mesmo tempo ela deixava claro que Eva nunca atentaria contra o direito à propriedade. Mas, afinal, como os escravos saberiam que uma rebelião poderia funcionar? Como o próprio capanga Frutuoso diz na cena acima, se não usassem o nome de Eva os escravos não aceitariam participar da ação.

Talvez Júlia Lopes tenha percebido a trama complicada em que envolvia Eva. O caipira Frutuoso, quando questionado por Otávio, havia atribuído o delito a uma mulher. O jovem não consegue nenhum indício de que o crime tivesse sido planejado por outra pessoa, no entanto, ele confiava cegamente na prima, por amor. Paulo também. Já o coronel não teria motivo nenhum para acreditar na inocência da sobrinha. Ela era desobediente e a rebelião na fazenda dele realmente acontecera. A leitura do romance nos deixa a impressão que a própria autora não sabia como tirar Eva da rede em que a envolvia, colocando, então, no desenlace, uma confissão, baseada no “peso da culpa” do criminoso. No fim do romance, Antunes, falido, envia uma carta para o comendador revelando ser o culpado por todos os males que se passaram na fazenda. Numa saída um tanto rocambolesca, revela também ser dele a responsabilidade pela morte do avô de Eva. Àquela altura, no entanto, a confissão só servia para inocentar a heroína

²⁴⁶ IDEM. Capítulo XVII. p.166.

²⁴⁷ AZEVEDO. Célia Marinho de. *Op. Cit.* pp.175-178. Conforme mostra a autora, essa ideia de passividade dos negros – como pessoas incapazes de se organizar e fazer suas reivindicações sozinhos – surge no próprio ideário abolicionista e como vemos aqui é a forma como Júlia Lopes enxerga a participação escrava nas revoltas do período que ela narra.

e para alívio de consciência e paz de espírito do coronel Medeiros, afinal o romance estava em maio de 1888, os escravos haviam fugido de Santa Genoveva, assim como de outras fazendas das redondezas.

No romance, a concretização da revolta, de certa forma, justifica o medo que ronda os fazendeiros. Como vemos pela bibliografia sobre a escravidão em seus últimos anos no Brasil, nos jornais pipocavam notícias de possíveis conspirações, rebeliões e insubmissão de escravos.²⁴⁸ Com certeza a preocupação das famílias proprietárias era considerável e muitas deviam achar repreensível as atitudes dos abolicionistas, mesmo que apoiassem a emancipação incondicional. Os jornais também abordavam o tema da necessidade de uma abolição controlada para não ocorrerem riscos para as famílias.²⁴⁹ No romance, o risco foi grande, afinal Otávio foi baleado durante a revolta e se encontrou à beira da morte. Essas possíveis rebeliões certamente exaltavam os ânimos de muitos. Jefferson Cano comenta, em sua dissertação, sobre a notícia de uma suposta revolta que ocorreria na região de Campinas, organizada por um misterioso emissário abolicionista que aparecera andando pelas fazendas da região, incitando seus escravos a fugirem. A conjectura era que a revolta estava marcada para o natal de 1885, deixando as cidades da região em estado de alerta. A rebelião nunca ocorreu, o que não muda o medo e o estado de espírito dos proprietários da região.²⁵⁰

Júlia Lopes apresenta uma leitura cuidadosa dos vários jogos de forças que o momento do fim da escravidão dava a ver em sua organização social. No romance a presença do medo negro, da situação em que se encontrava a escravidão, surge em várias passagens:

Que iria fazer lá fóra o feitor? Que era um homem para uma revolta de cem? Como o tratariam tantos e tão encarniçados inimigos? Agora não eram os mesmos cordeiros, aos quaes elle distribuía a esmo chicotadas; não eram brutos irracionais, sem dignidade e sem coragem: eram homens enraivecidos e capazes de tudo para satisfazerem seus fins. (...)

O feitor tremia, encolhido e cor de cêra; a mulher, com a physionomia alterada, levantava para serena imagem as mãos supplices. Houve um momento em que o marido, abandonando o canto em que se collocara, foi

²⁴⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* IDEM. “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira”. In: CUNHA, Olívia M. G e GOMES, Flávio. (orgs) *Quase-cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Andrews, George R. *Op. Cit.* CANO, Jefferson. *Op. Cit.* CHALHOUB, Sidney. *Visões... Op. Cit.*

²⁴⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* IDEM. “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira”. In: CUNHA, Olívia M. G e GOMES, Flávio. (orgs) *Quase-cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

²⁵⁰ CANO, Jefferson. *Op. Cit.* pp.81-86.

ajoelhar-se em frente ao oratório, acompanhando alto um *Padre Nosso*, dito nervosamente por ella.²⁵¹

Com o ataque em plena execução, o feitor esconde-se dentro de casa com a certeza que seria morto caso caísse em mãos escravas em um momento como aquele. Contudo, a descrição da autora sobre os negros é o mais interessante. Ela não animaliza os escravos na hora do ataque, pelo contrário, enfatiza a humanidade que eles possuíam. Numa leitura descuidada pode-se ter a impressão de que os negros tomavam a posição de algozes, no entanto, no contexto do livro não é essa leitura que temos. Logo no capítulo seguinte, Otávio observa que a culpa não era dos negros, pois eles “havia sido incitados por estranhos”.²⁵² Não temos descrição dos capangas dentro da senzala, mas, pela leitura que propomos aqui, podemos dizer que os negros foram incitados pelas ideias abolicionistas. Isso significa que a autora acusava, então, o abolicionismo dos perigos que rondavam as fazendas? Não, se a forma de leitura dessa acusação for direta, pois ela também passa o romance todo defendendo as ações de liberdade que ofereciam os abolicionistas. O pai de Eva, por exemplo, havia deixado um montante de sua herança para a compra de liberdade de escravos. No fim do romance, desde a primeira edição, Júlia Lopes colocara uma nota de rodapé homenageando Antônio Bento como um grande líder da luta pela emancipação. No entanto, podemos ver a conjuntura do momento como propícia para quem quisesse se aproveitar da causa – e da boa vontade daqueles que lutavam por ela – para ações negativas.

Se, por um lado, o feitor ajoelhar-se de medo diante da possibilidade da casa ser invadida por escravos, por outro quando a revolta foi controlada e todos foram capturados, os escravos pagam o preço por sua rebeldia. A cena do medo do feitor tem certa graça irônica no homem se arrastando pelo chão da casa, acuado e tremendo de medo e arriscando uns Padres Nossos. A cena dos castigos nos escravos não tem ares de cômico. Após a rebelião, temos o inquérito dos escravos:

O fazendeiro ouvia-os de pé, e o feitor executava as ordens com desembaraço e calma, escolhendo uns escravos para surrarem os outros. (...)

O feitor designou então para o supplicio um outro escravo e para carrasco o próprio pae da victima! No quarto sombrio, onde gottejava o sangue dos corpos quentes, estirados e nús, houve uma scena de dolorosa angustia. O filho avançou rápido para o logar da tortura, despiu-se ele mesmo, num movimento febril, e pondo as mãos para traz encruzou-as, para que as amarrassem; mas o pae continuou no seu canto, com a cabeça baixa, os olhos reluzentes, as pernas tremulas e a respiração ofegante. (...) Depois de alguns

²⁵¹ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. Cit.* Capítulo XV. pp.140-141.

²⁵² IDEM. Capítulo XVI.

instantes o feitor repetiu a ordem (...) e o algoz caiu de joelhos, elevando para o tecto escuro, como a procurar atravez delle o Deus clemente, um olhar cheio de lágrimas e as mãos supplices. ²⁵³

A utilização da figura do pai e do filho na passagem demonstra a intenção da autora de enfatizar o abuso do feitor e o sofrimento dos escravos. Novamente no controle da situação o feitor “executava as ordens com desembaraço e calma” fazendo questão de escolher o pai para chicotear o filho numa tortura psicológica, além de física. É muito mais cruel o sofrimento dos negros do que a possibilidade do sofrimento branco; ele aparece, mas sempre no plano da possibilidade, da preocupação, nunca da prática. Mesmo o tiro que Otávio tomou foi da arma de um dos capangas e não dos negros.

O temor aparece intimamente ligado com escolhas feitas por aqueles que dominam e dão ordens para o funcionamento do sistema, como o feitor ou o coronel Medeiros. Alguns capítulos à frente, nas palavras de Otávio, temos a crítica à insistência dos proprietários em tentar manter a escravidão a todo custo, calcados em “antigos hábitos”. O jovem, com educação moderna, vê a abolição como inevitável e a atitude dos fazendeiros como causadora das rebeliões escravas, pois eles não percebem que “quanto mais apertado for freio, mais indômito é o desejo de correr.” ²⁵⁴

Não acontece, afinal, nada com os brancos – apenas se sentiram ameaçados. E como vemos insistentemente, o medo deles surge das próprias ações cruéis dos proprietários:

Medeiros saiu para o terreiro, suffocava; (...) Lá no quarto do tronco que se terminasse a abominavel scena, contanto que seus olhos não a vissem; sentia-se fatigado, mordido de remorsos que o perseguiam como uma matilha brava e soffrega da presa! Desgraçada condição a que se sujeitava! Para ele o castigo era a necessidade absoluta, rígida, indispensavel. (...) Medeiros sentia amargamente essa verdade. Doíam-lhe agora os golpes que mandava vibrar nos servos e desviava a vista, impressionado nos instrumentos de tortura. (...) Sentia-se cansado daquela vida de sustos e cuidados; não podia conciliar o somno, sem ter a certeza que os escravos estavam fechados por fora, no quadrado, e que o feitor guardava a chave debaixo do travesseiro.

Julgava-se no direito de exercer a justiça pelos mais bárbaros processos. (...) Caía contudo em contradições desde que Eva fora habitar Santa Geneveva, e principalmente depois da chegada de Octavio. ²⁵⁵

Esse é um longo trecho de reflexão do próprio coronel Medeiros sobre a escravidão. Como podemos perceber, ele mesmo começa a questionar os métodos de dominação criados

²⁵³ IDEM. Capítulo XVII. Pp.166-167.

²⁵⁴ IDEM. Capítulo XXII.

²⁵⁵ IDEM. Capítulo XVII.

pelos proprietários mais violentos para manter a ordem entre os escravos. Apesar da rebeldia de Eva não ser bem vista pelo coronel, ela é importante para começar a haver mudanças no pensamento dominante. Quando a autora coloca nas próprias reflexões do coronel – o representante do conservadorismo – a consciência de que os escravos agem de acordo com a forma como são tratados, fica mais evidente a sua crítica. Ainda no mesmo trecho, Medeiros admite que o medo vive nas fazendas de coronéis como ele, que sempre trataram seus escravos com desrespeito, criando uma “vingança justificada” por parte dos negros. Já na casa daqueles que souberam ser mais bondosos do que ele, as famílias poderiam “adormecer sem sobressaltos nem cuidados na chave do quartel.”²⁵⁶

Não há exatamente mocinhos e vilões no romance. O que temos são diferentes formas de manifestações de consciência e ignorância. Consciência do valor do trabalho e seus trabalhadores; ignorância nas formas de agir com relação a ele e de aceitar a necessidade da mudança, que é tratada como inevitável pelos jovens inovadores e inaceitável pelos conservadores. O coronel Medeiros, mesmo depois da fuga total de escravos da sua fazenda – e de outras da região – se nega a aceitar o sumiço e mantém uma busca por eles. Ele não aceita a mudança e, com a Lei Áurea, se revolta com o governo e muda para o partido republicano, indicando, no fim do romance, a falência política com a abolição. Na fazenda Ibicaba, no início de 1888 ocorrera uma situação semelhante à criada por Júlia Lopes em sua ficção. Por iniciativa própria, quase sessenta escravos fugiram da fazenda do comendador Vergueiro. O comendador, no entanto, não aceitava o fato e recorreu às autoridades para que recuperassem seus escravos – essas, contudo, davam o caso por perdido.²⁵⁷

Júlia Lopes se mostra uma cuidadosa observadora das questões sociais dos últimos anos antes da abolição, as quais reúne nesse romance de modo crítico. Na narrativa também são citados os crimes de escravos com a intenção de irem para a cadeia, como chegou a ocorrer várias vezes no período.²⁵⁸ Mas, vale notar o discurso, em certa medida, complacente do delegado que aparece em *A família Medeiros*:

– Há um assassinato em uma fazenda, dizia; bem! Que se faz do assassino? Entregam-n-o á prisão para que se siga os processos legais da justiça? Qual! Querem vingança mais completa. Apoderam-se da presa, escondem-n-a no quarto lúgubre do tronco, e, conforme a categoria da **vítima**, castigam-n-a severamente (...)

²⁵⁶ IDEM. *ibidem*.

²⁵⁷ MONSMA, Karl. “Pânico e repressão: a reação à abolição das elites nas regiões de cafeicultura paulistas.” *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho de 2011. P.3

²⁵⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* pp.190-193.

– Neste caso não competiria á justiça intervir seriamente no crime?
Perguntou com ingenuidade o moço escrívão.

– Oh! A justiça é muitas vezes iludida e... Muitas vezes tambem ha uma série de conveniências que a obrigam a fechar os olhos. Que remedio!

Como o Fonseca demonstrasse surpresa, o delegado retorcendo as suíças grisalhas, continuou:

– É bom notar uma coisa, que até certo ponto atenua a gravidade do delito; muitos negros matam sem ódio, praticando as mais absurdas vilanias com o único intento de irem para as galés! Desapparecendo essa esperança...²⁵⁹

O jovem escrívão se mostra surpreso e o delegado demonstra há muito ter se acostumado com aquela forma de dominação dos proprietários. Em seguida temos uma afirmação um tanto dúbia, que pode ser interpretada como referente aos escravos ou à justiça. Atenua a gravidade de que delito? O delito da justiça fechar os olhos para as atitudes dos proprietários ou dos crimes escravos? De qualquer forma a passagem não trata a ação dos escravos como baseada no ódio ou na vingança. Também não se refere à situação desse escravo como um assassino que cometeu um crime hediondo e está tendo o retorno de suas ações, mas uma vítima que cai nas mãos do proprietário para ter a vida decidida por ele. A utilização da palavra “vítima” gera uma mudança considerável no posicionamento da cena. Pela construção que Júlia Lopes faz dos escravos no livro, temos a impressão de que ela defendia a ideia, como Luiz Gama ²⁶⁰, de que os escravos matavam em legítima defesa.

O crime é colocado pela autora como algo muito mais irracional quando cometido pelos brancos, afinal, na lógica do período, eles são os propagadores do progresso e donos do conhecimento. Otávio, em uma conversa com Paulo sobre o espírito da época em relação ao abolicionismo, observava as atitudes dos proprietários:

Na perseguição do abolicionismo vêem não a indignação nem a piedade por uma raça submetida e infeliz, mas a inveja dos seus bens e o desejo feroz de os arruinar! Hoje não se raciocina; aceitam-se todas as idéas, por mais absurdas, desde que sejam contrarias ás dos inimigos. Os lavradores têm o espirito obcecado e doente, e nessas condições não é difficil germinar depressa um sentimento errôneo.²⁶¹

Esse espírito obcecado e doente ao qual Otávio se referia logo iria demonstrar até onde era capaz de agir para se colocar contra as ações abolicionistas. A verdadeira ação irracional e

²⁵⁹ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. Cit.* Capítulo XVI. Pp.156-157.

²⁶⁰ Luiz Gama chegou a defender, nos tribunais, a ideia de que o escravo sempre mata em legítima defesa. AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

²⁶¹ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. Cit.* Capítulo XXII. P.214.

violenta se passa no fim do romance, quando os fazendeiros da região da fazenda do esposo de Nicota se revoltam contra as atitudes de um juiz local.

Acuado pelos colegas lavradores, Trigueirinhos se envolve no plano de assassinato do juiz, no entanto, na noite da transgressão ele se apavora com a possibilidade de efetivar o crime e foge; volta para casa e conta tudo para Otávio – já que o cunhado e a família estavam de passeio em sua fazenda. Apesar de, ao saber do segredo, Otávio sair da casa disposto a impedir o cruel assassinato, seria verdadeiramente impossível, caso ele cruzasse com os lavradores mancomunados com a ação. Segundo Trigueirinhos, havia mais ou menos duzentos homens envolvidos no crime, com a ideia de assim impedir que a justiça pudesse fazer algo contra tanta gente:

O caso era fazer numero, extendendo num largo circulo a responsabilidade do acto. Assim, faziam reuniões, forjavam intrigas e espalhavam pela cidade boatos aterradores, designando astuciosamente uma data certa para uma revolta de escravos, afastando toda a suspeita de que fosse elles, os brancos, os ricos, os senhores, os proprietários, quem andasse pelas ruas de revolver em punho, arrombando casas e despedaçando a felicidade de uma família honesta e pobre! Os burguezes medrosos encolher-se-iam entre os lençoes, deixando lá fora berrarem os negros á vontade!²⁶²

Como podemos ver, os donos de terras aproveitam-se da tensão do momento com relação às revoltas de escravos para encobrirem o projeto de vingança que organizavam. Ao contrário dos negros que são incitados ao crime, os brancos planejam minuciosamente uma barbaridade. Eles sim, são movidos pelo ódio. Contudo, como representantes do progresso isso é algo inaceitável.

Essa cena passava-se em fevereiro ou março de 1888, as vésperas da abolição todos os ânimos pareciam aquecidos. Não apenas escravos são perigosos, brancos também; nem mesmo a representação da justiça continua a ser respeitada.

Enquanto a cena da revolta em Santa Genoveva resumia-se ao feitor engatinhando aterrorizado pela casa, e Otávio com uma bala – perdida – no peito, a descrição do assassinato do juiz é bem mais minuciosa em sua crueldade:

“Deita cá para fora os nossos escravos! Apareçam os abolicionistas!”

Vendo-se ameaçado, o juiz tentou fugir e aconselhou a mulher que se salvasse com os filhos... A pobre senhora atirou-se por uma janela; o marido seguiu-lhe o exemplo, mas desgraçadamente, esperavam-n-o já em baixo, no

²⁶² IDEM. Capítulo XXX. p.286.

quintal, os seus assassinos. Principiou então com toda a ferocidade a negra acção do crime! **Espancaram, mutilaram, estrangularam a vítima**, sem atenderem aos rogos da infeliz esposa, que se arrastava de joelhos, implorando misericórdia!

Á sua voz dolorida, transtornada pelo pavor e pelas lágrimas, **unia-se a voz chorosa e doce de uma filhinha inocente**; mas os sicaros respondiam-lhes com termos injuriosos, redobrando os golpes, na sanguinolenta fúria. **Só quando viram tudo em destroços, ruínas, sangue, vergonha e dor irreparável, foi que elles saíram, felizes, satisfeitos da sua obra.**²⁶³

A intenção da cena é focar a barbaridade cometida. Júlia Lopes, ao colocar na cena mãe e filha ao lado do pai, buscava deixá-la ainda mais perversa e inadmissível. Os brancos não apenas se revoltam contra o juiz, mas espancam e mutilam a vítima e sentem-se plenamente felizes apenas quando veem tudo destruído.

No dia seguinte, a população local se mostra horrorizada com o que o grupo fizera ao juiz. Otávio, enquanto verifica a destruição da casa e ouve a história do ocorrido, escuta um vendeiro repetir várias vezes: “Que hão de dizer de nós lá fora!”. No entanto, dias depois, em ocasião de seu retorno para Santa Genoveva, ao passar para se despedir do lojista, escuta esse mesmo homem concordando com os fregueses locais que a lição fora boa e que “os pescadores de águas turvas” pensariam bem antes de agir ali novamente. A honestidade e senso de justiça da população teoricamente instruída estava distorcida pelos seus desejos de manter um sistema que ruía. De um lado negros se revoltavam por sua liberdade, de outro, brancos proprietários tentavam impor a sua própria lei e antigos desejos. Não tinha como a organização social continuar daquela forma. Em 1891, Júlia Lopes via a abolição como inevitável. Não podemos dizer que fosse esse o seu pensamento antes de 1888, mas é possível perceber pela narrativa que ela não criminalizava simplesmente os negros e nem os culpava pelas consequências da escravidão; como podemos ver, todos tem sua dose de participação e brancos proprietários teriam ainda mais responsabilidade pela insensatez em suas ações.

Assim como outras passagens citadas, a cena do assassinato do juiz realmente acontecera em situação semelhante, na região do oeste paulista, com as mesmas especificações que a autora apresentara em seu livro. Em fevereiro de 1888, mais de duzentas pessoas, entre elas proprietários e integrantes das boas famílias da região, lincharam um delegado abolicionista em represália as suas atitudes favoráveis aos escravos.²⁶⁴

²⁶³ IDEM. Capítulo XXXI. Pp. 291-292.

²⁶⁴ MONSMA, Karl. *Op. Cit.* p.4.

Em *A família Medeiros*, Júlia Lopes constrói uma narrativa com a sua opinião crítica sobre os processos da abolição. A cada leitura da obra pudemos perceber o cuidado que o pesquisador precisa ter ao analisar as narrativas da autora. Ela não diz sempre o que pensa, mas constrói muito bem o que percebe sobre a sociedade da qual faz parte – sua percepção em boa parte das vezes é crítica, mas em alguns momentos também é de consentimento com certos juízos que se tinha naquele momento, principalmente em relação aos negros.

Buscamos mostrar até agora a sintonia do livro com as questões que surgiam nos jornais do período, indicando o enfoque dado pela autora – que algumas vezes fugia do que os grandes jornais estavam mostrando sobre a relação dos fazendeiros e o fim da abolição. Ao escrever esse romance, Júlia Lopes escolhe a forma que considera mais adequada para falar da escravidão e também para colocar questões políticas que eram discutidas nas folhas cotidianas. Ela não estava apenas falando dos assuntos amenos da casa, estava colocando na narrativa o tema mais importante do momento, entre finais de 1887 e início de 1888, a crise gerada pela abolição em suas várias formas.

A nossa percepção é de que as leituras das obras da autora precisam ainda ser feitas com maior cuidado, não buscando representá-la como mártir de seu tempo, avante dos preconceitos e nem enterrada neles. Pela leitura de *A família Medeiros* vemos uma Júlia Lopes bastante crítica, leitora assídua de jornais e observadora das questões políticas que cercavam a sociedade paulista e carioca. A mesma escritora que estava construindo, nesse livro, uma personagem feminina idealizada estava também criticando os jornais. Assim, consideramos a crítica de Júlia Lopes sobre a escravidão muito lúcida, contudo por percebemos tão acurada preocupação da autora com questões que surgiam recorrentemente nos jornais, não podemos deixar de notar alguns silêncios. A leitura do jornal e da bibliografia sobre a abolição e pós-abolição nos fez notar um desaparecimento: onde ficaram as festas, as comemorações, os júbilos da abolição? Afinal, para onde foram os negros?

3.4. Escolhas e silêncios – Vadios e libertos na República

Em 5 de novembro de 1891, o Dr. Carvalho Nobre, mandava publicar na *Gazeta de Notícias* uma das poucas menções diretas que encontramos sobre a situação dos libertos três anos após a abolição. O Dr. Nobre manifestava-se indignado com os últimos acontecimentos da fazenda de Santa Cruz, propriedade pública, que, segundo ele, tinha uma gestão lamentável

e era utilizada em proveito particular de seus administradores. No meio de todos os péssimos serviços, para completar, o administrador pedia a retirada de libertos que viviam no local:

Isto é simplesmente uma ilegalidade, pela qual não é responsável o superintendente atual, que acha-se (sic) coagido pelo sr. Curvello com ameaças de demissão, ilegalidade que não acreditamos seja sancionada pelo sr. Lucena, uma vez que essas senzalas, em numero avultado, estão todas ocupadas por famílias de libertos pobres, ha mais de 50 annos, e que não podem em tão curto espaço de tempo procurar abrigo para suas famílias.

O Sr. Curvello obrou de má fé, pois do contrario teria aceito o parecer do tenente coronel Olympio, que pedia fosse todo o material, que pouco vale, cedido aos libertos, que não devem ser desamparados e expulsos por meios arbitrários, afim de construírem suas moradias, procedimento humanitário e correto, com o qual não quis anuir o Sr. Curvello, pois do contrario não poderia prestar favor aos seus amigos políticos (...) ²⁶⁵

Esse é um dos poucos textos que encontramos, no período estudado do jornal, com referência tão direta à situação dos libertos após a abolição. Sem terem para onde ir, muitos deles continuaram abrigados em senzalas, contando, contudo, com a compreensão e humanitarismo dos proprietários, que agora nada lhes deviam, ou ainda do governo, que tendeu a omitir-se diante das necessidades deles. Relegar os libertos ao silêncio foi o que mais ocorreu depois de 1888, quando progressivamente eles foram sumindo das páginas dos jornais, como um grupo a ser observado, para tornarem-se os desordeiros e vagabundos das seções de crimes ou distúrbios sociais.

Nesse mesmo número do jornal, na coluna logo abaixo do texto anterior, temos a primeira parte do capítulo XII do folhetim “A família Medeiros”, onde a autora resolvera inserir Otávio se perdendo numa floresta nas proximidades de um quilombo formado às pressas por negros fugidos da região. Logo depois de vê-los, no entanto, Otávio percebe que a floresta está ardendo em chamas e começa a fugir. Quando finalmente alcança a estrada, ele reconhece o fazendeiro que punha fogo nas terras e avisa que os quilombolas corriam perigo. O homem, no entanto, afirma que “não ha[via] perigo”, pois os negros “sab[iam] bem fugir de tudo”. Otávio não o questiona, parece aceitar a assertiva do colega de que, livres (ou fugidos), os escravos davam um jeito em tudo.

O romance, assim como os jornais, acompanha a tendência de fazer desaparecer a escravidão. Podemos imaginar que Júlia tenha simplesmente considerado desnecessário falar

²⁶⁵ *Gazeta de Notícias*, 5 de novembro de 1891. P.3

sobre os momentos posteriores à abolição ou, o que nos parece mais plausível, ela pode ter escolhido deliberadamente se omitir sobre os caminhos dos negros após a lei de 13 de maio.

No final do livro, no capítulo XXXIX, como se para não passar em branco, Júlia Lopes coloca na sua história a legalização da abolição:

Quando a mão patricia da princeza Izabel decretou no Rio a abolição dos escravos, davam-se na província scenas do mais grotesco e irresistível comico.

Octavio, para quem tudo agora parecia risonho e bello, envolto na doce esperança de desposar a prima, fazia passeios longos, tendo ocasião de verificar até que ponto o egoísmo dos velhos lavradores consumia e estragava tudo! (...)

Quando vibrou, como um toque sonoro de clarim, a noticia da redenção dos escravos, o comendador Medeiros foi o primeiro a oferecer a observação do filho um factu singular. Elle, que até então apoiara o governo, applaudindo, por convicção e systema, todos os actos do ministério conservador, partido em que militara desde a mocidade; elle, que fôra sempre fiel á sua idéa, agarrando-se a ella como uma ostra á rocha, e que era nas eleições um dos mais influentes (...) na tarde do glorioso 13 de maio, bufava de indignação, dispersando aos quatro ventos todas as suas velhas opiniões, e proclamando, como unica salvação para essa terra, a Republica.²⁶⁶

Temos a impressão de que Júlia Lopes termina de chofre a história sobre a escravidão que tão detalhadamente ela vinha se preocupando em descrever. No folhetim, os capítulos XXXIX, XL, XLI e XLII saíram todos no mesmo dia, ocupando todo o rodapé da página 3 do jornal.²⁶⁷ Ainda assim, as passagens foram bem curtas, quatro capítulos espremidos em um único dia, o que nos permite dizer que eles apenas finalizavam a história dos caminhos da abolição. A escravidão é decretada e os escravos desaparecem, mas também os “homens de cor” que eles se tornaram após o 13 de maio, dando a impressão de que sobravam na província apenas brancos – agora entre os patrões e os recentes imigrantes italianos. Júlia Lopes queria escrever sobre a problemática do abolicionismo dos anos 80 e não exatamente sobre a *liberdade* dos escravos. Talvez o fim da escravidão não estivesse distante o suficiente para ela conseguir emitir uma opinião sobre os caminhos dos negros.

Depois de duas frases sobre a abolição pelas mãos da princesa Isabel, o texto passa para as caminhadas de Otávio e a constatação da indignação dos fazendeiros mais conversadores, pelas palavras do coronel. Ficam claras as questões políticas presentes para os proprietários – a república iniciava-se com o apoio dos fazendeiros ofendidos com a decisão final da monarquia.

²⁶⁶ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. Cit.* Capítulo XXXIX. Pp.339-340.

²⁶⁷ *Gazeta de Notícias*, 27 de dezembro de 1891. P.3

Os negros, no entanto, não têm importância nenhuma, além de terem sido objetos de toda ação entre proprietários e abolicionistas. Durante suas caminhadas, Otávio não se depara com nenhuma manifestação festiva sobre a escravidão, e nem mesmo com um ou dois negros indo embora da fazenda.²⁶⁸ Tudo parece adquirir uma completa paz e certo branqueamento. Para onde foram os negros libertos? Os escravos da fazenda Santa Genoveva haviam fugido, mas, e os demais?

A única cena que temos, ainda no mesmo capítulo, é a de Otávio passando por uma fazenda das redondezas do Mangueiral, onde o senhor tentava ludibriar seus ex-escravos:

Nesse dia elle tomara o caminho da fazenda do Gusmão, como teria tomado qualquer outro d'aquelle lado; foi encontrar o rancoroso fazendeiro discursando aos escravos, aos quaes dizia conceder a liberdade! E parvoneava-se na sua acção generosa, querendo persuadir os servos que de partia d'elle tão grande beneficio!²⁶⁹

Alguns dias depois da abolição os negros dessa fazenda estavam sendo enganados pelo proprietário, o que aumenta a nossa sensação de desaparecimento dos demais escravos. Aparentemente isolados, esses escravos não tinham tomado contato com ninguém que comemorasse ou espalhasse a notícia da abolição. Por sinal, Otávio também não fala nada aos negros, apenas toma o “indefectível café” na casa do fazendeiro e pouca importância dá para situação escrava além da sua rápida observação da tentativa de Gusmão manter certo poder sobre seus ex-escravos. Parece não importar muito a forma como está se dando essa liberdade e a posição dos negros diante dela.

Com a abolição o escravo passava a ter que assumir o duplo papel de trabalhador e cidadão,²⁷⁰ contudo a boa sociedade de letrados e proprietários não parecia totalmente convencida da capacidade desses novos cidadãos cumprirem com seus deveres. Júlia Lopes

²⁶⁸ Obras que podemos citar que falam do tema das festas da abolição: ABREU, Martha. *O Império do Divino – festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2006. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação – abolição negra e cidadania no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; PEREIRA, Matheus Serva. *As festas negras pela abolição – sambas, batuques e jongsos no 13 de maio (1888-1898)*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Regional ANPUH-Rio, 2010. Uma das questões abordadas pelos autores é sobre a recepção que a população branca e de posses deu as festas de cunho popular e dirigidas pelos próprios ex-escravos e negros livres. Essas manifestações eram vistas muitas vezes como início de desordem e perigo para a população local, como se os libertos ficassem fora de controle nessas comemorações. Essas festas passaram, com o tempo, a ser mal vistas pela elite. Existiam, contudo, festividades coordenadas também pelos brancos, os abolicionistas de posses, apesar de organizadas de maneira diferente, eram comemorações e com participação de libertos. Podemos imaginar que a razão de Júlia Lopes se omitir sobre elas fosse pelo próprio tom hostil que ela criara no livro, entre proprietários e libertos da região.

²⁶⁹ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. Cit.* Capítulo XXXIX. P.341.

²⁷⁰ CANO, Jefferson. *Op. Cit.* p.158.

talvez se questionasse sobre essa habilidade nos escravos emancipados e também por isso tenha preferido se calar, para não comprometer a obra com algum teor contrário ao direito de liberdade que ela defendia enquanto falava do período anterior à abolição. Conforme aponta Ana Lugão Rios, a escravidão vinha perdendo forças havia algumas décadas, também por ter se concentrado mais nas mãos de grandes proprietários, de modo que não integrava a vida de muitas famílias. Por não partilharem das necessidades escravistas, o apoio às ideias abolicionistas foram se tornando cada vez mais comum nos últimos anos de 1880.²⁷¹ No entanto, a partir da abolição esses novos integrantes da sociedade passavam a ter uma interação mais próxima com as demais camadas da sociedade pelo direito de ir e vir que passavam a adquirir com a liberdade. Entre os recém-libertos e os brancos livres, a ideia de liberdade tinha significados diferentes e, na maioria das vezes foi interpretado pelos jornais e letrados como vagabundagem, desordem e violência.²⁷²

Como afirma Sidney Chalhoub, a abolição de 1888 trazia consigo o fantasma da desordem entre os libertos.²⁷³ Pela leitura da *Gazeta de Notícias*, percebe-se uma expectativa de jornalistas, políticos e de cidadãos comuns em se resolver o “problema” representado pelos negros que, neste momento, passam a surgir mascarados pelos nomes: vadios, vagabundos, desordeiros, gatunos, capoeiras. Os libertos passavam a irritar as vistas da população já em suas pequenas ações, como no ato de tocar algum instrumento na calçada à espera de umas poucas moedas.²⁷⁴ Casos supostamente mais graves eram, às vezes, denunciados por “pais de família” que acusavam a polícia de não fazerem seu serviço contra libertos armados que podiam colocar em risco as boas famílias.²⁷⁵ De maneira positiva surgiam apenas de modo a laurear os bons abolicionistas de outrora.

A compreensão de que grande parte dessa população se recusava a trabalhar era recorrente. Era preciso organizá-los e incuti-lhes o bom costume do trabalho e no período uma das possibilidades era enviá-los às “colônias militares”. Segundo o jornal:

A polícia e o governo prestariam um grande serviço a esta capital e a outras cidades da Republica, se mandasse para colônias militares ou logares apropriados todos os indivíduos, homens e mulheres, que fossem encontrados

²⁷¹ MATTOS, Hebe Maria, RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²⁷² CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

²⁷³ IDEM, ibidem. Pp.64-67.

²⁷⁴ “Homenagem as artes” *Gazeta de Notícias*, 26 de agosto de 1891.

²⁷⁵ *Gazeta de Notícias*, 9 de maio de 1891. P.3.

vagando pelas ruas, ou sem ocupação certa, além dos delinquentes de pequenos delictos sujeitos aos tribunales correccionaes.

Assim veríamos diminuir em grande parte os casos de gatunice e outros que com grande escândalo se dão as vezes nas praças e ruas mais frequentadas desta capital por indivíduos ociosos ou entregues ao vicio da embriaguez.²⁷⁶

Como vemos, as colônias eram lugares para onde deveriam ser enviados esses potenciais trabalhadores que fossem pegos em desordem pela polícia. Nesse pequeno trecho temos reunido as várias designações da mentalidade dos bons cidadão sobre o destino de parte dos libertos. Além das nomeações já acima citadas havia também o grande problema da embriaguez.

No Rio de Janeiro, desde 1888, logo após o término da escravidão, a câmara dos deputados discutia formas de se reprimir a ociosidade, preocupação causada exatamente por conta da abolição.²⁷⁷ Em 1891, no entanto, o jornal ainda não parece satisfeito com os possíveis resultados da repressão aos ociosos. Casos de gatunice, vagabundagem e ataques capoeiras aparecem quase diariamente em “casos policiaes” ou com outras nomeações de acordo com o crime praticado. Os criminosos, acusados da prática de capoeira e caracterizados como incorrigíveis, chegaram a ser enviados para Fernando de Noronha, ao que a polícia agradeceu a população por não se intrometer “naquela boa medida”.²⁷⁸

A sociedade da recente república, principalmente a elite, esperava poder incutir nos libertos, conhecidos também como trabalhadores nacionais, o sentimento da importância do trabalho para a vida – desde uma forma que possibilita a sobrevivência dessas classes pobres, como também por uma função social. O trabalho passa a ser um valor social, não de riqueza, mas de moralidade e bons costumes. As pessoas passam a ser julgadas pelo seu engajamento em afazeres honestos que darão o sustento da sua família e também trarão o desenvolvimento da sociedade como um todo.²⁷⁹ Essa ideia, no entanto, como vemos também no jornal, ainda precisaria ser transmitida aos libertos que não compreendiam esses aspectos necessários ao progresso de uma nação. Com esse espírito, o deputado Manuel de Oliveira também indicava que os vadios fossem mandados para as colônias militares de modo que aprendessem os serviços da lavoura. Apesar dessa colocação do deputado, que nos dá a entender que ele considerava que os libertos não estavam trabalhando, ele dizia preferir, no serviço do campo, o

²⁷⁶ “Casos Policiaes” *Gazeta de Notícias*, 25 de agosto de 1891. P.1

²⁷⁷ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim... *Op. Cit.* p.66-67.

²⁷⁸ *Gazeta de Notícias*, 17 de outubro de 1891. P.1

²⁷⁹ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim... *Op. Cit.* pp.70-72.

colono nacional e elogiava suas qualidades.²⁸⁰ Aqui, podemos notar outro detalhe da percepção dessa elite sobre os libertos, que é o reconhecimento de que a suposta vagabundice não é um procedimento geral. Oliveira esperava que todos os libertos continuassem a trabalhar nas lavouras, sem causar, assim, distúrbios nos centros urbanos e desta forma participando do desenvolvimento do país. Basicamente existia um desejo de manutenção das atividades como sempre foram, com a diferença de que, desde o 13 de maio de 1888, os libertos tinham o direito a receber alguma quantia pelo seu trabalho.

No romance, Júlia Lopes apenas tangencia a questão do trabalho – fora da lógica de uma oposição entre escravo ou imigrantes – realizado por pessoas livres. Os caipiras da região surgem em volta do bandido Frutuoso, que fora o homem contratado por Antunes para forjar a participação de Eva na rebelião da fazenda Santa Genoveva e depois, aparentemente, participa do assassinato do juiz da região da fazenda de Trigueirinhos e Nicota. Ou seja, a única impressão que temos dessa população intermediária – nem proprietária nem escrava – é de homens que vivem como bandidos, sempre se aproveitando de situações à margem da boa sociedade. Fica a dúvida sobre qual era o papel que, afinal, a autora imaginava para os seus recém libertos que, na história, fugiram para Santos. Em nossa análise entre o folhetim e o seu suporte original chegamos à conclusão de que o romance é abolicionista como denúncia e imigrantista como ideologia.

Encontrar os possíveis caminhos e espaços dos negros em 1891 é uma tarefa difícil devido às ausências e disfarces que 124 anos de distância impõem à leitura. Da imigração, no entanto, o difícil era conseguir fugir da sua presença diária nas páginas da *Gazeta de Notícias*.

3.5 Trabalhadores para o Rio de Janeiro – imigrantes e colonos nacionais

Na leitura do segundo semestre de 1891 da *Gazeta de Notícias*, a posição imigrantista que percebemos no jornal foi de especial interesse para avaliarmos o papel de “A família Medeiros” no periódico. A publicação do folhetim coincidiu com um período conturbado para a recente república, que passava por uma grave crise de abastecimento e financeira que desestabilizou completamente o governo do marechal Deodoro e levou ao estado de sítio, fechamento do congresso e, finalmente, à renúncia do presidente. No meio da crise, no entanto, um assunto não deixava de ser discutido pelos deputados representantes do estado do Rio de Janeiro. Os caminhos da imigração e colonização foram, no decorrer do ano, se tornando um

²⁸⁰ *Gazeta de Notícias*, 10 de setembro de 1891. P.2.

dos tópicos mais assíduos e acalorados entre os representantes do governo. Os deputados, tanto estaduais quanto federais, pareciam ainda não ter um consenso sobre os rumos que deveriam tomar em relação às formas de trabalho e colonização que aplicariam no país e mais especificamente no Rio de Janeiro.

No dia 10 de outubro de 1891, mesmo dia em que “A família Medeiros” era anunciada para começar em breve, pela *Gazeta*, um longo discurso de Francisco Glicério, ex-ministro da agricultura, ocupou as oito colunas da segunda página do jornal e mais uma da terceira. O assunto? A colonização.

A política do ex-ministro em prol da colonização e criação de estradas férreas andava gerando dissabores entre seus pares, apesar de serem ações do ano anterior. Em um momento de crise, alguns deputados parecem questionar os usos das verbas públicas por Glicério, motivo que o levou ao seu longo esclarecimento. O então deputado defende-se de um possível uso incorreto das verbas com uma extensa argumentação sobre a necessidade das obras realizadas. O Relatório do Ministério da agricultura, commercio e obras publicas, apresentado em 1890 por Francisco Glicério elencava as várias partes do seu trabalho²⁸¹, entretanto, o discurso de 1891 versava apenas sobre colonização, imigração e viações férreas que eram os pontos mais problemáticos da pasta do ministério.²⁸² Assim dizia Glicério em seu discurso na câmara:

O orador não desconhecia que, annunciando esse programma, transformava o seu ministério em um pateo de leões, cujo inexperiente Daniel tinha menos saber e fortaleza do que patriotismo. E ahí se conservou sereno durante um anno e deve confessar que, com surpresa sua os leões fizeram-lhe a gentileza de rugirem sómente depois que o orador logara escapar-se por uma columna trajana que o chefe do governo erigiria com solitudine e bondade.

Tanto o decreto que creou tal commissão, como o que, a nomeou, foram actos públicos que critica alguma soffreram. Ella empreendeu e continuou os seus trabalhos e o orador empreendeu o seu em relação á immigração e colonização, gastando no estudo desse serviço os mezes de fevereiro, março, abril, maio e junho. Sómente em fins desse último, o orador expediu o decreto n.528 de 28 de junho de 1890.²⁸³

O decreto citado por ele era o que regulamentava a colonização e imigração no país. Ele versava sobre as formas de trabalho assalariado nas lavouras e indústrias, auxiliava pequenos proprietários de terras, oferecia auxílio pecuniário direto da União para proprietários que

²⁸¹ Relatório do Ministério da Agricultura, commercio e obras publicas. Ano de 1890. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1975/index.html>

²⁸² Francisco Glicério, dados bibliográficos. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLIC%C3%89RIO,%20Francisco.pdf>

²⁸³ *Gazeta de Notícias*, 10 de outubro de 1891. P.2

quisessem dividir terras e cedê-las aos imigrantes e organizava a divisão de lotes de terras devolutas, também para famílias imigrantes, para o povoamento do território. Em sua exposição o deputado esclarecia que sua política buscava valorizar terras desgastadas e apoiar o povoamento do vasto território através da demarcação legal das terras públicas e privadas. Essa política implicava também na possibilidade de acesso aos locais que seriam colonizados, por isso a ampliação das linhas férreas.

Glicério explicava e defendia a necessidade de aumento de ambas as ações – política de colonização e de deslocamento – para o crescimento do país. Para ele, ao contrário do que alguns diziam, tais melhorias “não compromet[iam] o crédito de seu país”. Depois de fazer algumas exposições numéricas sobre a economia brasileira da época ele continuou sua defesa partindo para comparações entre a imigração nacional e de outros países, principalmente Estados Unidos e Austrália, para demonstrar o quanto o Brasil continuava atrasado neste aspecto.

A discussão também se estendia para outras colunas do jornal que não apenas os discursos políticos. Menos de dois meses antes ainda estava sendo publicada uma série de artigos, intitulada “Colonização”. Dividido em dezesseis partes, e mais algumas notas esporádicas do mesmo autor em alguns dias em que não pôde publicar, a *Gazeta* divulgava em primeira página mais uma defesa da colonização, artigos do deputado Anfrísio Fialho, que na época trabalhava entre o Brasil e a Europa na divulgação do país para agentes e governos interessados na imigração. Para ele:

Será uma das páginas mais curiosas da nossa história a narração do que temos feito em materia de colonisação e immigração.

Desde que o Brasil se constituiu em nação independente, sentiu-se a necessidade e comprehendeu-se as vantagens de povoar o seu quasi deserto territorio e de desenvolver os seus immensos recursos naturaes. Devia ser esta a principal missão dos governantes do novo império; e a julgar pela linguagem que empregavam quando se dirigiam aos representantes da nação, pareciam estar sinceramente animados do desejo de satisfazer essa necessidade nacional.²⁸⁴

Segundo esse deputado, da mesma posição sobre o tema que vemos em Glicério, o estímulo da imigração era essencial ao país. Vale ressaltar que ambos, quando falavam de imigração e colonização, se referiam à considerada “boa imigração”, ou seja, aquela que se dedicava a trazer para o país imigrantes brancos, dos países europeus. Ele principiava os seus

²⁸⁴ “Colonização” in: *Gazeta de Notícias*, 30 de julho de 1891. P.1

artigos falando sobre suas iniciativas na Alemanha, Bélgica e depois também Itália, Espanha e Portugal. Segundo o deputado, durante o império, D. Pedro II fingia se interessar em propagar a imigração no país, pois sabia que ela traria um progresso perigoso para a manutenção da monarquia, de modo que ocultamente não tinha nenhum interesse real em apoiá-la. A sua posição de ataque ao antigo governo imperial também deixava entender, de forma às vezes mais direta ou menos, que os representantes da república, em busca do progresso do país, não poderiam agir da mesma forma que agira a monarquia. Desta forma era inegável a necessidade premente da difusão da política a favor da imigração.

Fialho escreveu de meados de julho até o fim de agosto e cinco dias depois do fim de sua exposição, Travassos, o senador pelo estado do Rio, punha em discussão na câmara um projeto de lei para regulamentação da imigração. Na descrição feita pelo jornal, temos algumas considerações do deputado que propõe a regularização:

O Sr. Travassos diz que nas considerações escriptas com que justificou seu projecto, salientou a necessidade urgente que ha, de se acudir a lavoura na substituição do braço escravo, pelo do immigrante.

Não tratou de climas, mas sim da assimilação de raças; e se escolheu o povo do norte da Italia, foi por sua índole pacifica, por seus costumes, educação e sujeição ao trabalho, e facilidade em emigrar e em adoptar os nossos costumes.

Examina as conveniências da immigração de diversos povos da Europa, como franceses, hespanhóes, principalmente da Galliza, dos canarianos, que tendo-se estabelecido em Caravellas, na Bahia, dispersaram-se depois, não se sujeitando aos nossos trabalhos ruraes.

Fala da immigração açoriana, que julga ser mais conveniente, mas que não pode ser maior que a atual, por ser pequena a população dos Açores. Diz que o projeto em discussão não é mais que uma tentativa de que se espera bom êxito.²⁸⁵

O foco inicial do projeto era pensar sobre a imigração europeia como a substituição principal ao fim da escravidão. Existia entre todos os deputados um consenso sobre as vantagens do branco europeu, contudo, com as demais vozes da câmara presentes na discussão, percebe-se que a forma e momento adequado para um subsídio do governo a esses povos não estava alinhado entre a maioria deles. Apesar de todos concordarem que a imigração europeia era a mais indicada para “aperfeiçoar a raça brasileira”, a discórdia encontrava-se no estado econômico e da lavoura do estado do Rio que para alguns não permitia um gasto alto como requeria a imigração europeia. A questão dos gastos e da crise no estado voltava sempre como

²⁸⁵ *Gazeta de Notícias*, 4 de setembro de 1891. P.1

tópico de vários deles. Em grande parte, consideravam que o Rio de Janeiro não estava financeiramente pronto para trazer imigrantes europeus para o estado. Esse apelo da impossibilidade econômica para se subsidiar e manter a imigração europeia, no entanto, existia desde os anos 70 quando, por conta da Lei de 28 de setembro de 1871, começaram as discussões sobre a substituição da mão de obra escrava.²⁸⁶ A construção do discurso político fazia-se de forma a transmitir que, apesar de no plano ideal desejarem os imigrantes brancos, no plano prático havia a necessidade da imigração asiática.

Como veremos, apesar de não haver referência no folhetim aos chineses, a compreensão social dessa “raça” era de se tratar de um povo propício para uma nova forma de escravidão. Tanto que, a princípio, não foi colocada em pauta no projeto de Travassos a viabilidade dessa imigração, mas, mesmo assim, acabou sendo a grande questão que circulou nas reuniões da câmara.

A possibilidade da imigração chinesa não era nova. Em 1878 tinha sido o tópico principal do Congresso Agrícola, que contou com a participação de 278 representantes das províncias interessados em discutir os caminhos possíveis para a manutenção da lavoura nacional.²⁸⁷ Um ano antes a Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos, criada em 1870, publicou uma obra onde elencava as vantagens da imigração chinesa, que foi utilizada como referência no Congresso. Com a realidade do fim da escravidão, trazida pela Lei do Ventre Livre, essas formas de imigração eram tentadoras aos proprietários e o motivo principal para isso era, inegavelmente, o baixo custo da mão de obra desses trabalhadores.²⁸⁸

Em 1891, alguns dos deputados argumentavam que a lavoura estava à beira do colapso devido à necessidade imediata de trabalhadores. Apesar de não estarem na pauta inicial do projeto, os chineses eram uma opção que não poderia ser deixada de lado na discussão do tema. A outra eram os trabalhadores nacionais. Como afirma Chalhoub, a categoria “trabalhadores nacionais” é mais uma forma de identificar para onde foram e o que faziam parte dos antigos escravos, aqueles que, na opinião da época, não tinham se perdido na vadiagem.²⁸⁹ A categoria abarca todos os trabalhadores pobres nascidos no país e claro que isso significa que não eram apenas negros. No jornal, quando era colocada a questão da aparente falta de braços para o

²⁸⁶ DEZEM, Rogério. *Matizes do “amarelo”* – a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. Pp.45-59.

²⁸⁷ IDEM. Pp. 66-90.

²⁸⁸ IDEM. p.65.

²⁸⁹ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim... *Op. Cit.*

trabalho, os deputados abordavam as três possibilidades: trabalhador europeu, asiático ou nacional.

Sobre os trabalhadores do próprio país, o deputado Paes Lemes:

Diz que o projeto não cogitou de todas as necessidades de nossa lavoura, tanto assim que esqueceu o estudo de todas as questões de aproveitamento do colono nacional, indo buscar o auxilio no estrangeiro, sendo aquelle, por conhecimento proprio, melhor, não só por estar affeito ao clima, como também por ter a maior boa vontade e facilidade em adoptar os melhoramentos rurais modernos, que se deve introduzir no paiz.

Pensa que uma boa policia basta para multiplicar o braço municipal, e que, educando, protegendo, e mesmo proporcionando os meios de subsistência aos colonos nossos patrícios, colheremos ótimos resultados.²⁹⁰

Alguns dias depois o deputado Valladares emitia opinião parecida sobre a importância de se considerar o trabalhador nacional e não o desprezar na organização do trabalho das lavouras. A afirmação chegou a se repetir mais algumas vezes, por outros integrantes do parlamento.

A questão do trabalhador nacional tem um aspecto interessante para a análise do folhetim “A família Medeiros” que se passava em Campinas, região cafeeira mais rica de São Paulo. No período estudado notamos o desenvolvimento de certa rixa entre Rio e São Paulo, particularmente dentro da fala dos deputados. Afirmar que São Paulo estivesse melhor economicamente do que o estado do Rio de Janeiro era motivo para vários “apartes” nas reuniões da câmara. A proximidade com o estado de São Paulo parecia ainda acarretar problemas para o bom desenvolvimento da imigração e para a manutenção de trabalhadores nacionais. Segundo os discursos, os deputados temiam que os futuros imigrantes “fugissem” para o estado vizinho e se perguntavam se teria uma forma de evitar esse fluxo. Em seus artigos Anfrísio Fialho também chegou a abordar o tema, dizendo que o momento não era para restringir as opções dos imigrantes quanto as localidades que eles desejassem habitar.

Apesar de tais temores, defendiam que a lavoura do Oeste Paulista estava momentaneamente mais produtiva que a do Vale do Paraíba fluminense e que era questão de tempo e dos investimentos agrícolas corretos para que começassem a produzir mais do que eles. Por conta disso, era colocado que não era o momento certo para investirem pesadamente nos imigrantes, sendo que nem a própria lavoura estava com os recursos que deveria.

²⁹⁰ *Gazeta de Notícias*, 4 de setembro de 1891. P.1

A reunião de 14 de novembro resume bem toda a problemática da Câmara. O prolixo Licínio de Barcellos argumentava:

Está provado (...) que a bacia do Parayba está se esgotando e é preciso estrumar-a. Para estrumar-a é necessário ensinar a fazer o serviço. E' muito fácil, facillimo, mas é preciso que o Estado vá em auxilio dos lavradores, para que elles vejam os campos de experiencia que o Estado lhes deve fornecer e aprenderão a estrumar a terra (...)

Mas eu digo: é inutil introduzir immigrants (não é colonisação) para povoar o sólo enquanto não pudermos competir com S. Paulo. (...)

Em 3 ou 4 annos as lavouras todas, pelos processos modernos, poderão estar produzindo tanto, se não mais do que as da bacia do Paraná. Então sim, os immigrants que vierem, poderão ser convenientemente recompensados pela lavoura do Estado do Rio e n'ella se conservarão.²⁹¹

Segundo a explicação do deputado, o Oeste Paulista ficava na região da bacia do Paraná que era mais recente e por isso mais fértil naquele momento. A bacia do Paraíba, região das plantações do Rio de Janeiro, precisavam de cuidados por serem mais antigas. Com esses cuidados aí então o estado estaria pronto para receber imigrantes europeus que eram mais exigentes do que os asiáticos. Ele também diferencia imigração de colonização, o que, pela própria discussão que se instaura entre os deputados, não parecia estar em um consenso. Para Barcellos imigração se referia às famílias de imigrantes que queriam se desenvolver na terra. Já a colonização era de homens individuais que emigravam de seus países apenas atrás de trabalho, como o caso, para ele, dos trabalhadores asiáticos e, internamente, dos trabalhadores nacionais. Contudo, de modo geral, no jornal e no romance, os termos não são utilizados de formas diferentes. De toda forma é interessante notar as marcas de distinção que o deputado propõe. Trabalhadores nacionais e asiáticos seriam aqueles que não exigiram muito dos patrões. Se analisarmos a visão apresentada por ele ao longo do texto, esses dois grupos não implicavam, por parte dos proprietários, preocupações com organizações familiares e de prosperidade para o futuro. Podemos dizer que eram preferíveis pela facilidade que teriam de desvalorizá-los socialmente. Como estamos vendo, já não havia uma preocupação com os caminhos percorridos pelos libertos após a abolição, eles foram lançados à própria sorte; e esse descaso se aplicaria também aos possíveis imigrantes chineses. Havia um nítido paralelismo, para a sociedade e mesmo para os deputados, entre imigração chinesa e escravidão. A crítica de que a imigração chinesa era uma tentativa de retornar com uma forma escravista no trabalho se repetia

²⁹¹ *Gazeta de Notícias*, 15 de novembro de 1891.

diariamente no jornal. Apesar de a imigração chinesa não ser citada diretamente no romance *A família Medeiros*, a sua possibilidade, para os leitores do período, era análoga à escravidão.

A proximidade com o estado de São Paulo era também um problema quando falavam dessa mão de obra nacional. Aparentemente os trabalhadores do Rio de Janeiro haviam migrado para o estado vizinho, diante da perspectiva de um futuro melhor. No entanto, defendiam os deputados, eles vinham percebendo que São Paulo não dava melhores condições de trabalho e queriam voltar para o estado do qual haviam saído. Em seu longo discurso Barcellos também enfatizava a ausência dos trabalhadores brasileiros no projeto de Travassos. Diante das adversidades pelas quais passava o estado, era importante e mais fácil investir nesses trabalhadores nacionais:

E' preciso não confundir immigração com colonização. O projecto não trata da introdução de trabalhadores, mas de famílias immigrantes; e quando eu disse que a imigração deveria preceder melhor systema de cultura das nossas terras, referia-me a immigração, quanto á colonização, apresentei dois alvitres, um dos quais foi **mandar fazer propaganda em São Paulo para convergirem ao Rio de Janeiro os nossos trabalhadores que quisessem regressar; pagando-se-lhe as passagens**; e outro foi que aceitava como medida transitória, por tempo determinado, a introdução de trabalhadores asiáticos, enquanto paralelamente se estudem medidas de melhoramento do systema de cultura.²⁹²

Segundo Barcellos o enfoque do projeto não era o adequado; naquele momento tinham a necessidade de resolver o problema da mão de obra e não do povoamento. Para eles os trabalhadores nacionais haviam sido enganados por uma falsa propaganda feita pelo estado de São Paulo. Os deputados, então, insistiam que precisavam fazer uma contrapropaganda para que os trabalhadores não saíssem do Rio e para que os outros retornassem. Não é forçoso dizer que o folhetim também poderia ser visto como uma forma de desprestígio para a região do Oeste Paulista. Como vimos até aqui, Júlia Lopes não era nada cordial em sua representação do trabalho em Campinas. No romance, ao contrário do que muitos jornais apresentavam ao falar do Oeste Paulista, eles não eram mais progressistas do que as outras localidades; eram ferrenhamente conservadores e escravistas. O coronel Medeiros, por exemplo, utilizou a chibata até 1888, sendo que ela fora proibida em 1886,²⁹³ além de todas as outras crueldades que acompanhamos na leitura do romance. Apesar de não podermos dizer que os trabalhadores liam

²⁹² *Gazeta de Notícias*, 15 de novembro de 1891.

²⁹³ CANO, Jefferson. *Op. Cit.*

o folhetim, ele teria um apelo especial para as classes abastadas que sentiam o incomodo da concorrência com São Paulo.

Fora da sessão parlamentar, a possibilidade da imigração chinesa esquentava os ânimos dos leitores da *Gazeta* e de outros jornais dos quais a mesma transcrevia alguns textos. Em 11 de outubro, no meio das discussões da câmara – e no início da publicação do folhetim aqui estudado – temos uma matéria sobre “O perigo amarelo”:

Vejamos, em primeiro logar, e por que appareceu agora de novo a idea anti-patriotica da immigração chinesa no Estado do Rio. A lavoura fluminense, surpreendida pelo 13 de maio, que lhe veiu arrancar do dia para noite o braço escravo (...)

Mas quem conhecesse um pouco o estado a que ficou reduzida a lavoura depois de liberto o preto e quem conhecesse um pouco a ingenuidade do fazendeiro fluminense, viciado pelo trabalho escravo, não podia deixar de ver na idea da immigração chinesa uma cousa muito mais perigosa do que uma tentativa de ocasião: uma ameaça constante, arma de destruição manejada por altos interesseiros até uma definitiva organização do trabalho agrícola. (...)

Desta vez apparecem com pés de lã os escravistas amarellos. (...) Aqui estamos para gritar alerta ao ver que se approximam os inimigos do trabalho livre.²⁹⁴

O texto acima fora transcrito do *Diário de Notícias* que acusava o jornal *Imprensa* de defender a imigração chinesa, no entanto não temos publicações dessa visão favorável aos asiáticos na *Gazeta*, apenas quando surgiam nos discursos dos deputados. Como podemos ver o principal argumento contra a imigração chinesa era a possibilidade de uma nova escravidão nas lavouras do Rio de Janeiro. Ou pelo menos era esse o principal argumento utilizado para se colocarem contra os asiáticos.

De acordo com Dezem, a *Gazeta de Notícias* e o *Paiz* eram os principais jornais contra a possibilidade da imigração chinesa, razão que mostra por que não encontramos textos favoráveis naquele jornal e que também nos dá mais um motivo para o interesse na publicação do folhetim.²⁹⁵ Seguindo essa afirmativa a *Gazeta* teria um interesse direto na discussão que estava ocorrendo na Câmara.

No entanto, os deputados não se sentimentalizavam com o paralelismo público entre imigração chinesa e escravidão e assim a contenda continuava. Em 18 de outubro a Sociedade Central de Imigração aconselhava os deputados na não aclimação dos chineses no estado do

²⁹⁴ “Perigo Amarelo” in: *Gazeta de Notícias*, 11 de outubro de 1891. P.3.

²⁹⁵ DEZEM, Rogério. *Op. Cit.* p.62.

Rio de Janeiro.²⁹⁶ Quase dez dias depois, no entanto, um leitor observa que a imigração chinesa estava proibida pelo decreto n.528 de julho de 1890.²⁹⁷ O que, no entanto, segundo alguns deputados poderia ser revertido.

Ainda em outubro, a mesma Sociedade Central de Imigração enviara um ofício, transcrito na *Gazeta*, a Dermeval da Fonseca que se pronunciara no senado contra os chineses:

Cidadão. A attitude que assumistes no senado fluminense, por ocasião do debate sobre a introdução dos trabalhadores chineses e *culis*, a título de imigração aceitável, leva-me a dirigir-vos estas palavras de applauso, em nome da Sociedade Central de Immigração.

Muito justa e apropriadamente frisastes também um ponto interessante bem interessante, destruindo, só com um aparte, uma serie de argumentos, tida como valiosíssima e produzida por um de vossos collegas do senado.

“O chim, dissera ele, serve perfeitamente de transição entre o trabalho servil e o trabalho livre.”

Como, porém, fallar ainda da escravidão, nos seus moldes, processos, aspirações e usos em 1891, três annos e muitos mezes depois de solemnemente decretada a abolição?

Não representa semelhante excavação verdadeiro retrocesso a épocas já muito longe de nós? Transição de uma coisa que já não existe mais, para outra incontestável em qualquer parte do Brasil? Apelar para um estado de servidão, quando de um extremo a outro do paiz impera a liberdade do trabalho? (...)

Exprime que a lavoura fluminense não tem devidamente aproveitado as lições da experiência, e **se volta teimosa e cheia de saudades para os tempos em que dispunha só dos elementos amolgados pela férrea escravidão**. E’ essa submissão, esse servilismo que ella pretende encontrar no appetecido usufructo da miséria e da degradação do chim, ideal, aliás bem enganador e pérfido, origem dos mais fundos e terríveis dissabores.²⁹⁸

Argumentação interessante usada por Fonseca no senado, nos permite pensar um pouco mais a função de um folhetim abolicionista nesse mesmo período no jornal. Talvez, realmente fosse importante falar da escravidão. Não por conta do que estivesse acontecendo com os negros em si, mas por conta dos caminhos possíveis para o trabalho que a política estava levantando naquele momento. A discussão do trabalho chinês estava presente na sociedade desde os anos de 1850, quando a proibição do tráfico colocava pela primeira vez a questão da futura falta de braços para a lavoura. Nos anos 70 o tema voltou com mais força e o argumento apresentado

²⁹⁶ *Gazeta de Notícias*, 18 de outubro de 1891.

²⁹⁷ *Gazeta de Notícias*, 27 de outubro de 1891.

²⁹⁸ “Sociedade Central de Immigração”, *Gazeta de Notícias*, 22 de outubro de 1891. P.1.

na época era exatamente o da transição.²⁹⁹ O chinês como mão de obra transitória, no entanto, como advertia Dermeval da Fonseca no texto acima, eles não estavam mais em transição; a abolição era concreta. Seria bom lembrar dos vários problemas sociais que a escravidão havia, um dia, implicado como uma forma que reafirmar que aquela não era uma boa saída. Por outro lado, o romance falava também da necessidade de valorização do trabalho livre. A narradora defendia, ao expor a sua fazenda modelo baseada no trabalho imigrante, que todo período de transição era um momento árduo e muitas vezes de baixo retorno para o lavrador. Era, no entanto, preciso insistir no sistema para que ele crescesse e trouxesse vantagens para todos. O pensamento escravista que se mantinha nas ideias da maioria daqueles políticos só traria prejuízos para a futura imigração. No romance são citadas outras fazendas que usando o sistema de colonização, mantinha-se com o pensamento escravista. A ideia fixa no tamanho do lucro era o que impedira, durante a escravidão legal, a aplicação do trabalho imigrante:

Como se destacava de todas ellas [demais fazendas] o Manguairal, onde os trabalhadores eram livres, a cultura feita sem a rega das lagrimas, as habitações dos colonos claras, arejadas e limpas, a casa da proprietária atufada em verduras, coberta de perfumes e de sombras doces! Seria menos rendosa, talvez, mas era com certeza muito mais agradável. Era a fazenda futura, salientando-se entre todas as outras, rotineiras e estupidas. Tinha, como poucas, abundancia de fructas, de hortaliça e de agua, e sobretudo, muita paz e contentamento!

Era discutida pelos vizinhos, uns carranças, que a lamentavam, censurando-lhe a administração; affirmavam que daria o triplo se a soubessem dirigir; faltava-lhe o elemento principal: o escravo, que trabalhava indubitavelmente mais que o branco, quando debaixo do respeito de um feitor severo; faltava-lhe economia, rotina, e sobejavam-lhe os seus rumos de rosas modernas, as suas arvores fructiferas e ornamentaes, o conforto do lar bem adornado, á moda da cidade, **a hortaliça e o leite que distribuía a farta pelos trabalhadores**; todas as regalias, emfim, que permitem forçosamente propriedades dessa ordem. No emtanto, o Manguairal continuava a enfeitar-se e **a prodigalizar vantagens aos seus empregados**.³⁰⁰

Como é possível perceber, o Manguairal não era uma fazenda modelo apenas por utilizar o trabalho imigrante, era um modelo pelo conjunto do sistema de trabalho que ela seguia. Os trabalhadores cresciam junto com os donos da fazenda e tinham também seus direitos, em alimentação e produção. No Manguairal o “bem-estar [estava] espalhado desde a habitação principal até a ínfima”.³⁰¹ Ali, o trabalho imigrante era bem remunerado para a possibilidade de

²⁹⁹ DEZEM, Rogério. *Op. Cit.* 45-120.

³⁰⁰ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. Cit.* capítulo XXII. P.217.

³⁰¹ IDEM.

um descanso futuro, como merecimento de um trabalho feito com dedicação. Imperavam “o direito, a razão e a justiça”, mesmo que para isso os lucros do fazendeiro fossem medianos – era o suficiente para uma vida prospera. Era preciso que os proprietários – e todos aqueles deputados o eram – vissem a importância de valorizar o trabalho dos assalariados.

Contudo, isso era uma particularidade do pensamento avançado de Eva e Paulo, pois, nas outras fazendas, mesmo quando havia o uso de colonos, o sistema normalmente não era saudável, por conta do desejo explorador dos lavradores:

O trabalho dos colonos é duro, e era em todas as outras fazendas mal retribuído. **Só alli encontrara certas vantagens** que lhe permittiam viver á farta e ainda guardar todos os anos algum dinheirinho. Tinha consciência do valor do seu braço de camponez robusto, e não queria ser explorado. **Do esforço que fazia para cavar a terra, via brotar esperanças de futuro descanso.** Antes de entrar no Mangueiral trabalhava para os grandes proprietários, suportando injurias de feitores boçaes; acertava por fim numa fazenda modelo, estava feliz.³⁰²

Em 1887, apenas no Mangueiral o imigrante conseguia encontrar aquelas condições de trabalho. Os imigrantes do romance desejam – e no Mangueiral conquistam – o direito de pensar no futuro e se planejarem para em algum momento terem condições de se manterem e poderem descansar. No entanto, pelo discurso dos deputados, em 1891, os imigrantes brancos da Europa não encontrariam condições muito favoráveis, não no Rio de Janeiro, pelo menos. Os deputados cariocas afirmavam e reafirmavam, a todo instante, que a imigração era uma preocupação de primeira importância para o estado, o problema era qual a forma de imigração que eles desejavam. Não aparece, nos discursos da Câmara, uma preocupação em relação as necessidades, direitos e meios de levar a prosperidade para os trabalhadores.

Em novembro, em mais uma reunião na Câmara do Rio de Janeiro, o deputado Licínio Barcellos fez uma colocação sincera e valiosa para a nossa análise:

Alguns deputados têm idéas de introduzir não immigrants, mas colonos ou trabalhadores asiáticos. **Como lavrador eu declaro que isso é muito bom:** aceito os trabalhadores asiáticos de braços abertos. **Mas como representante do Estado,** devo declarar que não me parece vantajoso para elle introduzir-se a immigração chinesa, porque **me parece que não temos o direito de baratear artificialmente o salario dos brasileiros em nosso benefício.**

Não há duvida de que nós representamos uma classe por demais conservadora da sociedade. Se todos os trabalhadores rurais fossem eleitores, nenhum de nós teria a coragem de se levantar aqui para propor a introdução

³⁰² IDEM. p.83.

de trabalhadores que viessem artificialmente baratear os seus salários. Mas, como nós representamos mais a classe dos lavradores do que do proletariado, é que nos animamos a pedir a introdução de taes trabalhadores.³⁰³

Não deixa de ter certa graça, para o leitor de hoje, palavras como essas proferidas com tanta sinceridade pelo deputado. O trecho elucida a questão aqui abordada. A imigração chinesa era uma forma de desvalorizar o trabalho e por ser mais barata, era preferível, à primeira vista, pelos lavradores. A valorização do trabalho parecia um ideal ainda um pouco distante, para a maioria dos deputados defensores unicamente da classe dos lavradores. E era exatamente contra isso que Júlia Lopes se colocava em seu romance. A *Gazeta*, sendo contrária à imigração chinesa e suas possibilidades de semiescravidão, viu na história um interesse particular para aquele momento.

Levando em conta o aspecto didático da autora, que já apresentamos nos capítulos anteriores, podemos considerar que no tema do trabalho ela também pretendia instruir. É claro que, entre a denúncia literária e sua aplicação social existe uma grande distância, mas com a análise do jornal podemos entender melhor a intenção da autora e dos editores com o folhetim. Mesmo falando da escravidão, o romance se encaixava de maneira harmoniosa no problema enfrentado em 1891, algo que os editores certamente notaram. Sem tocar diretamente no incômodo, mas circundando a questão, o romance não estava apenas falando de uma situação histórica, que já havia passado, estava apontando situações que ainda precisavam ser resolvidas.

³⁰³ *Gazeta de Notícias*, 5 de novembro de 1891.

Dois dedos de prosa – para uma finalização

D. Júlia foi autora de inúmeras obras no decorrer de sua vida. “Dois dedos de prosa” foi uma coluna que ela manteve no jornal *O paiz*, nas primeiras décadas do século XX que tinham um caráter leve e rápido, assim como o queremos dar à finalização desse texto. Na última década do século XIX, foi *A família Medeiros* que lhe legou maior prestígio, sendo sempre referenciada pelos críticos mesmo quando a intenção principal era comentar uma de suas outras produções. É admirável ver como Júlia Lopes de Almeida conseguiu registrar, por tantas vezes que com ela conviveram ou nela se inspiraram, uma imagem de grande intelectual da Belle Époque. Por isso, essa dissertação começou falando da surpresa, da sensação do inesperado pela qual muitos pesquisadores são tomados quando encontram tão belas palavras, como as de Cecília Meireles e Iracema Vilella que abriram o primeiro capítulo dessa dissertação, sobre uma mulher que muitas vezes, num longo percurso educacional que cumprimos da escola à universidade, nunca ouvimos falar. Ao lado da surpresa, contudo, é preciso tomar o cuidado com o deslumbramento – para não se deixar levar pelas expectativas de um feminismo moderno que se anima ao encontrar mulheres instruídas e com poder de disseminação de suas ideias em um momento pouco propício para sua liberdade de expressão.

No decorrer da última década do século XIX, Júlia Lopes já possuía um renomado espaço no ambiente literário, de modo que, com certeza, para não prejudicar a sua imagem, ela devia analisar muito bem as suas palavras antes de dizê-las em público. Júlia Lopes escolheu sua forma de expressão sobre os problemas que circulavam a vida das mulheres da elite, essa, no entanto, era apenas uma das formas possíveis de se posicionar naquele período. Como disse Natalie Zemon Davis, a esposa de Martin Guerre pode ter escolhido o silêncio sobre o falso marido, mas será que ela realmente não sabia que aquele era outro homem?³⁰⁴ Para a pesquisadora, Bertrand, a esposa, escolheu sua posição, pois lhe era mais conveniente aquela vivência. Para nós, Júlia Lopes escolheu se posicionar como lhe era mais confortável sobre os caminhos do feminismo, mas não como se a sua posição fosse o limite possível para sua época. Ela poderia ter dito mais, no entanto escolheu cuidadosamente suas palavras.

Vale observar também que por sua relação familiar, casada com um importante político e jornalista, mulher da elite, convivendo desde pequena com letrados do nosso panorama nacional, as chances de Júlia Lopes de Almeida como escritora, eram muito maiores do que de outras mulheres e homens que não tivessem os contatos que ela possuía.

³⁰⁴ DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Principalmente buscamos mostrar que ao contrário do que a maioria dos pesquisadores vieram enfatizando até agora, a obra de Júlia Lopes pode ser vista por uma perspectiva muito mais abrangente do que fechada dentro de questões internas à Casa. Júlia Lopes foi dona de um olhar multifacetado, muitas vezes escondido por trás do espaço aberto para as ideias femininas. A autora, no entanto, não se conteve e com sua costura cuidadosa construiu textos que versavam sobre os “delicados assuntos femininos” e “temas viris”, como tradicionalmente eram tratados a política e a economia do país. Buscamos evidenciar no romance ao menos três pontos: a educação feminina no ambiente doméstico, a interlocução entre a imigração e a abolição no que se referia ao trabalho e a visão da autora sobre a modernidade no oeste paulista.

A *Gazeta de Notícias* soube se utilizar da forma diversificada que a autora escrevia ao perceber que o tema proposto por ela em “A família Medeiros” poderia ser muito mais abrangente do que apenas defensor da já alcançada abolição. A relação direta entre imigração chinesa e escravidão, era uma motivação suficientemente vivaz para colocar o tema novamente na preocupação política dos republicanos. Apesar dos asiáticos não aparecerem em momento algum na história do romance, era preciso lembrar o quão problemático havia sido a escravidão negra, para que não caíssem na amarela. O discurso da necessidade da produção barateada existia desde o início das discussões sobre a abolição, o romance reafirmava que era preciso mudar o tom e o pensamento, para que a nação e seus agentes (os brancos proprietários) se tornassem realmente progressistas e modernos.

REFERÊNCIAS:**Jornais:**

- A mãe de família* – 1880;
A estação – 1893;
A federação – 1892;
A mensageira – 1897, 1898;
A notícia – 1899;
Cidade do Rio – 1899;
Correio Paulistano – 1895, 1899;
Correio da Manhã – 1935;
Gazeta de Notícias – 1890, 1891, 1892, 1893;
Minas Gerais – órgão oficial dos poderes do Estado – 1899;
O Album – 1893;
O paiz – 1891, 1893, 1899;
O commercio de São Paulo – 1899;

Obras literárias:

SAINT-PIERRE, Bernadin. *Paulo e Virginia* – história fundada em fatos. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811.

ALMEIDA, Julia Lopes de. *A família Medeiros*. São Paulo: H. Belfort Sabino Editor, 1894.

_____ *A família Medeiros*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

_____ *Livro das noivas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

_____ “A Caolha” in: MORICONI, Italo. *Os cem melhores contos brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

_____ *Memórias de Marta*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

_____ *A viúva Simões*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

_____ *Ânsia Eterna*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903.

JUNIOR, França. *As doutoras*. Obra disponível em

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000070.pdf>

Documentos históricos:

Relatorio do Ministério da Agricultura, commercio e obras publicas. Ano de 1890.
Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1975/index.html>

Bibliografia:

ABREU, Martha. *O Império do Divino – festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMED, Jussara Parada. *Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)*. Tese de doutorado defendida no Departamento de História Social da Universidade de São Paulo, 2010.

ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru/SP: EDUSC, 1998.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. “Quem precisa de São Nabuco?” *Estudos Afro-asiáticos*, vol.23, nº1. Rio de Janeiro, jan/jun 2001.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem? – Rio de Janeiro - Século XIX*. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, 1989.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade – reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” in: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1981.

CANO, Jefferson. *Escravidão, alforrias e projetos políticos na imprensa de Campinas*. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1993.

CARVALHO, Dayana Façanha de. *Política e escravidão em O tronco do ipê, de José de Alencar: o surgimento de Sênio e os debates em torno da emancipação, 1870-1871*. Dissertação apresentada ao IFCH – Unicamp. Campinas, 2014.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, v.5, n.11, São Paulo jan-abril, 1991.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia de bolso, 2011. E IDEM, *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

COSTRUBA, Deivid Aparecido. “*Conselho às minhas amigas*”: Os manuais de ciências domésticas de Júlia Lopes de Almeida (1896 e 1906). Dissertação de mestrado apresentada à FCL – Unesp. Assis, 2011.

CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição. *Coisa de pele: relações de gênero, literatura e mestiçagem feminina* (Rio de Janeiro, 1880-1910). Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. “De historiadoras, brasileiras e escandinavas – loucuras, folias e relações populares (século XIX e início do XX)”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.3, nº5, 1998.

_____. *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DAVIDOFF, Leonore. *Worlds Between – historical perspectives on gender and class*. Cambridge, Polity Press, 1995.

DE LUCA, Leonora. “O ‘feminismo possível’ de Júlia Lopes de Almeida”. *Cadernos PAGU* (12), 1999.

DEZEM, Rogério. *Matizes do “amarelo” – a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de romances – as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

FANINI, Michele Asmar. *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP, 2009.

_____. “Júlia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras”. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.14, n.27, pp.317-338. Ano: 2009.

_____ “Júlia Lopes de Almeida em ‘retrato e prosa’: a propósito dos diálogos entre as imagens da escritora e sua produção literária”. *Cad. Pagu*. N.41. Campinas, jul/dez, 2013.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FONTES, Mirella de Abreu. *Júlia Lopes de Almeida – representações de uma mulher/escritora*. Apresentado em: X Encontro Regional de História – ANPUH/RJ. História e Biografias – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

GARZONI, Lericce. *Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Tese de doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

HAHNER, June Edith. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.

_____ *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.

HELLER, Barbara. *Da pena à prensa – mulheres e leitura no Brasil (1890-1920)*. São Paulo: Porto de Ideias, 2006.

KARAWEJCZYK, Mônica. *O voto feminino na constituinte de 1891: primeiros trâmites legais*. Trabalho apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011.

LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2015.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

LEITE, Míriam M. e MASSAINI, Márcia. “Representações do amor e da família”. In: D’INCAO, Maria Angela. *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: DEL PRIORI, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

LOPES, Maria Angélica Guimarães. *A coreografia do desejo – cem anos de ficção brasileira*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2001.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987.

MAGALHÃES, Elizabeth K. C. de. GIACOMINI, Sônia Maria. “A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio?” In: BARROSO, Carmen e COSTA, Albertina Oliveira (orgs) *Mulher, mulheres*. São Paulo: Cortez, 1983.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa – discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

MATTOS, Hebe Maria, RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: T. A. Queirós, 1996.

MEIGID, Daniela Maria. *À roda com Brás Cubas: literatura, ciência e personagens femininas em Machado de Assis*. Dissertação apresentada ao IFCH – Unicamp. Campinas, 2012.

MONSMA, Karl. “Pânico e repressão: a reação à abolição das elites nas regiões de cafeeicultura paulistas.” *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

MUZART, Zahide L. *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. (Volume I) Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 1999.

_____ *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. (Volume II) Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2004.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josefina Alvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A família*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional: 2009.

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. “O olhar do negro na literatura brasileira do pós-abolição: uma análise de romance *A intrusa* de Júlia Lopes de Almeida”. *Revista eletrônica Cadernos de História*, vol.X, ano5, nº2, dezembro de 2010.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PEREIRA, Cristiana Schettini. “Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades Carnavalescas cariocas em fins do século XIX”. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

PEREIRA, Matheus Serva. *Uma viagem possível: da escravidão à cidadania, Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil*. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 2011.

_____. *As festas negras pela abolição – sambas, batuques e jongos no 13 de maio (1888-1898)*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Regional ANPUH-Rio, 2010.

PINHEIRO, Alexandra Santos. *Para além da amenidade: o Jornal das Famílias (1863-1878) e sua rede de produção*. Tese apresentada ao IEL – Unicamp. Campinas, 2007.

PROENÇA Filho, Domício. “A trajetória do negro na literatura”. *Estudos Avançados*. Vol.18 nº50 São Paulo jan/apr. 2004.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. *Mulheres no ensino superior do Brasil*. Trabalho disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0301t.PDF>. Acessado 04/12/2015.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *A abolição da escravidão*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1982.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)*. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2005.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

RIO, João do. *O momento literário*. Obra disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000134.pdf>.

RIOT-SARCEY, Michèle e VARIKAS, Eleni. “Réflexions sur la notion d’exceptionnalité” In: *Cahiers du GRIF*, n.37-38, 1988.

RONCADOR, Sônia. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

_____. “O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural”. In: *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, Brasília, n.31, pp.129-152, jan-jun. 2008.

SALVAIA, Priscila. *Diálogos possíveis: o folhetim (1876), de Machado de Assis, no jornal O Globo*. Dissertação apresentada ao IEL – Unicamp. Campinas, 2014.

SALOMONI, Rosane Saint-Denis. *A escritora/ os críticos/ a escritura: o lugar de Júlia Lopes de Almeida na ficção brasileira*. Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____ *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____ “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira”. In: CUNHA, Olívia M. G e GOMES, Flávio. (orgs) *Quase-cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SCOTT, Joan. *Gênero : uma categoria útil para análise histórica*. Tradução : Christiane Rufino Dabat e Maria Bêtanía Ávila. Disponível em :

http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAneroJoan%20Scott.pdf

SCOTT, Ana Silvia. “O caleidoscópio dos arranjos familiares”. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema*. Comunicação apresentada no XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Marcelo Medeiros da. *Júlia Lopes de Almeida e Carolina Nabuco: uma escrita bem comportada?* Tese de doutorado defendida na Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SILVA, Hélio. *1889: a república não esperou o amanhecer*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

SILVEIRA, Daniela. *Contos de Machado de Assis, leitura e leitores do Jornal das Famílias*. Dissertação apresentada ao IFCH – Unicamp. Campinas, 2005.

_____ *Fábrica de contos – ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2008.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. (4ªed) Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Ana Paula Cardozo. *Machado de Assis e a república de “A semana”*: literatura, imprensa e práticas populares (1892-7). Dissertação de Mestrado defendida no

Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2015.

TELLES, Lygia Fagundes. *Coração Ardente*. Companhia das letras: São Paulo, 2012.

TELLES, Norma. *Encantações – escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012.

_____ “Escritoras, escritas, escrituras.” In: PRIORI, Mary del (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres – a educação no Brasil do oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical – história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERISSIMO, José. *A educação nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

ZANCHET, Maria Beatriz. “Tradição e vanguarda na escritura de Júlia Lopes de Almeida”. *Revista Trama*, volume 2, número 4, 2º semestre de 2006.